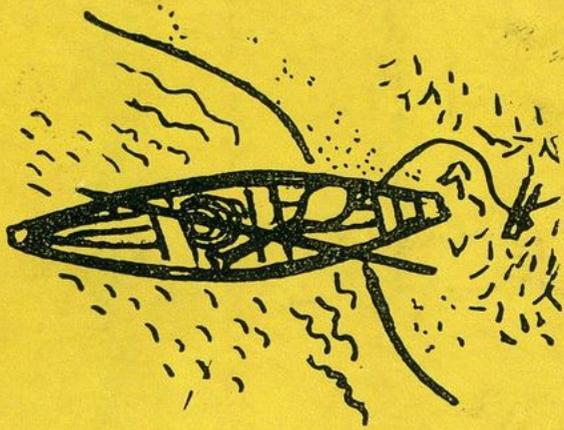


série EUCLIDES DA CUNHA

samuel benchimol

**ESTRUTURA
GEO-SOCIAL E
ECONÔMICA
DA AMAZÔNIA**

(1.º VOLUME)



piranga

/1

O AUTOR dêste livro é uma das mais lúcidas inteligências novas do Amazonas. Samuel Benchimol nasceu em Manaus, a 13 de julho de 1923. É bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito do Amazonas, da qual é hoje professor catedrático de Economia Política, brilhantemente concursado. Possui curso de post-graduação em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidade de Miami, Oxford, Ohio, U.S.A. (Mater Degree). A tese que defendeu para seu doutoramento, no concurso da Faculdade de Direito do Amazonas, subordinou-se ao título de "Ciclos de Negócios & Estabilidade Econômica" e a tese de licenciamento na Universidade de Miami, ao título "Manaus The Growth of a City in the Amazon Valley"

O professor Samuel Benchimol tem diversos trabalhos publicados, o primeiro dêles, "O cearense na Amazônia" de 1946, premiado pelo X Congresso Brasileiro de Geografia, com o prêmio José Boiteux. No mesmo ano publicou, em Manaus, editado pela Livraria Clássica, "O Bacharel no Brasil Aspectos de sua Influência em nossa História Social e Política" e, no Rio de Janeiro, no Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia, ano IV n.º 42, "O Aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo Aspectos Antropogeográficos da Imigração e Colonização no Brasil" Em 1947 in "Sociology and Social Research" Vol. 32, n.º 2, dezembro, Los Angeles, Califórnia, publicou "Sociology in Brazil A Comparative Study" e a sua tese de licenciamento na Universidade de Miami, a que já nos referimos.

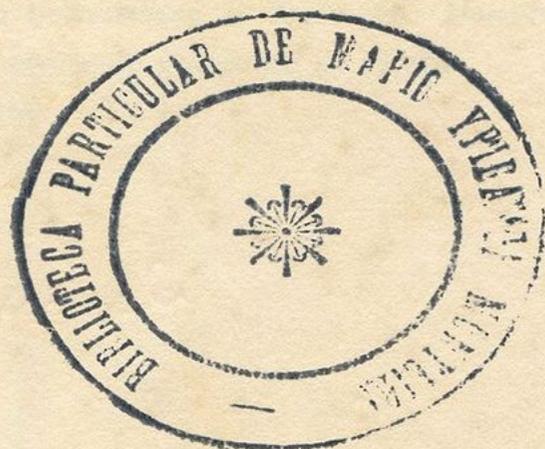
Destacam-se, ainda, os seguintes trabalhos publicados pelo professor Samuel Benchimol em 1955, na revista da Faculdade de Direito do Amazonas, n.º 3, Manaus, "Relação entre a Economia e o Direito" Em 1956, em Manaus, Edição Sérgio Cardoso e, no Rio de Janeiro, na Revista do Serviço Público DASP volume 73, "Inflação e Desenvolvimento Econômico" Em 1957 em Manaus,

To Prof. Harold Spencer,

Condolences,

Samuel J. [unclear]

19.4.66



**ESTRUTURA
GEO - SOCIAL E
ECONÔMICA
DA AMAZÔNIA**

(1.º VOLUME)

série EUCLIDES DA CUNHA

volume V

ESTRUTURA
GEO-SOCIAL E
ECONÔMICA
DA AMAZÔNIA

(5.º VOLUME)

SAMUEL BENCHIMOL

Catedrático de Economia da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas. Membro
do Conselho Consultivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado
do Amazonas (CODEAMA).

ESTRUTURA GEO-SOCIAL E ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

prefácio de
ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Manaus Amazonas

EDIÇÕES GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Manaus

AmM
304.2
B2572
v. 1

Ilustração de capa
de
AFRÂNIO DE CASTRO

Bt. Mário Ypiranga Monteiro
Registro: 00117
Folha:
Data:

1966

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

ESTRUTURA GEO-SOCIAL E ECONOMICA DA AMAZONIA

Aos jovens economistas amazônidas que estão sendo formados pelas Universidades do Amazonas, Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, com a responsabilidade de assumir as tarefas e os encargos de formular o processo de desenvolvimento econômico da área, dedico êste Manual na esperança de que as questões aqui levantadas ajudem a definir o campo de seu labor analítico.

A meus pais,

à Mery, minha espôsa, e
aos meus filhos Nora e Jaime.

S. B.

índice

PREFÁCIO	13
JUSTIFICATIVA	15

1.º VOLUME

1 0	CONCEITOS	
2 0	COMPLEXO GEOGRÁFICO	19
2.1	— <i>As Regiões e o Clima</i>	24
2 2	— <i>O Rio e as Águas</i>	32
2.3	— <i>A Floresta e a Fauna</i>	40
2 4	— <i>A Terra Firme e as Várzeas</i>	45
3 0	DIMENSÃO HUMANA	51
3.1	— <i>Conquista e Ocupação</i>	53
3.2	— <i>Povoamento</i>	57
3.3	— <i>População</i>	70
4 0	CONTEXTO CULTURAL	115
4.1	— <i>Origens Culturais</i>	117
4 2	— <i>Contribuição Indígena-Cabocla</i>	118
4.3	— <i>Contribuição Portuguesa-Hispânica</i>	121

4.4	— <i>Contribuição Européia-Inglêsa</i>	127
4.5	— <i>Contribuição Norte-Americana</i>	133
4.6	— <i>Contribuição Semita</i>	136
4.7	— <i>Contribuição Asiática</i>	143
4.8	— <i>Contribuição Cearense-Nordestina</i>	147
4.9	— <i>Integração Brasileira</i>	151

2.º VOLUME

5.0 ESTRUTURA ECONÔMICA

5.1	— <i>Formação Histórica</i>	
5.2	— <i>Economia Extrativa Florestal e Animal</i>	
5.3	— <i>Economia Extrativa Mineral</i>	
5.4	— <i>Economia Fluvial e Lacustre da Pesca</i>	
5.5	— <i>Economia Campestre da Pecuária Bovina</i>	
5.6	— <i>Economia Ribeirinha da Lavoura de Subsistência</i>	
5.7	— <i>Economia Agro-Industrial e de Exportação da Várzea e Terra Firme.</i>	
5.8	— <i>Economia Urbana Industrial e de Serviços</i>	
5.9	— <i>Estrutura Agrária</i>	
5.10	— <i>Estrutura Financeira.</i>	
5.11	— <i>Estrutura do Intercâmbio</i>	
	5.11.1 — <i>Amazônia e o Resto do Mundo</i>	
	5.11.2 — <i>Amazônia e o Resto do Brasil.</i>	
5.12	— <i>Estrutura da Renda Regional.</i>	

prefácio

A ECONOMIA amazonense, nas suas peculiaridades e na sua participação no processo de desenvolvimento do Brasil, encontra, no livro do professor Samuel Benchimol, de que o Estado lança, em suas edições, o primeiro volume, a sua proposição, os seus detalhes e a sua atualidade. Tudo rigorosamente elaborado, com fundamento na observação e na documentação disponível. E' de registrar-se logo que há no livro, a "Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia", não a exposição rotineira, do compêndio para o ensino universitário ou visando à informação pura e simples, sem maiores ambições. Há nêle, ao contrário, muito elemento nôvo, muito fato ignorado, muita realidade examinada com decisão e segurança. Trata-se, destarte, de obra que atende ao público universitário, para que foi escrita, como aulas proferidas no Curso de Análise Econômica, recentemente realizado nesta Capital, e ao grupo mais numeroso dos que desejam ou precisam saber, conscientemente, o que foi e é a elaboração da vida econômica da Amazônia.

Sim, porque a obra não se situa apenas no âmbito estadual. Ela é mais ambiciosa, amplia-se por tôda a região, abrangendo-a como um todo, senão uniforme, pelo menos global como unidade. Propõe os aspectos maiores e menores da infraestrutura regional para melhor examinar o fato econômico no que êle significa e de como êle reflete a atividade coletiva. No particular da infraestrutura, dá o balanço pormenorizado de como ela se elaborou e se vem corporificando. E', sob êsse ângulo, um balanço extremamente rico e revestido da

melhor comprovação. É no particular da análise dos sucessos que importam no processo econômico propriamente dito, mostra-se rigoroso, sem negativismo ou exaltações, que não seriam lícitos no autor e no tema.

O Govêrno do Estado, ao lançar a "Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia", tem a certeza de que edita obra que vai marcar época, pela dignidade de que se reveste, pela sistemática por que foi ordenada, pelo conteúdo de suas páginas, pela extrema segurança do que nêle se afirma e conclui. Pelos tempos adiante, "Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia" será guia permanente"

MANAUS, março de 1966.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

justificativa

APROVEITANDO a oportunidade oferecida pelo Curso de Análise Econômica, recentemente realizado em Manaus, promovido pelo Departamento Nacional do SESI da Confederação Nacional da Indústria, e sob o alto patrocínio do Governo do Estado do Amazonas e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas, ministrei, durante o mês de julho de 1965, um curso de Estrutura da Economia Amazônica.

A experiência que me proporcionou a realização do referido curso, através do preparo e sistematização do material, bem como dos debates realizados, animou-me a escrever o presente manual de exercícios e treinamento; e, ao fazê-lo, tive por principal objetivo, na ausência de um livro de texto, proporcionar aos jovens economistas e analistas estagiários, um elenco de questões, teses, proposições, práticas e debates que servissem para fixar as diretrizes do curso, sobre as quais pudessem os seus integrantes desenvolver ulterior elaboração conceitual e analítica da problemática regional. Para tanto, o manual procurou, sob a forma de inquérito, reunir dados e informações, cujo conhecimento fôsse fundamental para a formação do economista amazônico.

Os exercícios propostos tiveram, outrossim, a finalidade de despertar a vocação de pesquisa e provocar a inquietação na mente dos economandos, possibilitando treinamento dialético, habilidade interpretativa, argúcia intuitiva na observação de fatos e identificação de oportunidades a serem exercitadas com base nos complexos

geográfico, cultural, social e econômico do Vale, de maneira que ajudasse a definir a problemática regional, em resposta ao grande desafio que a Amazônia representa para todos nós.

Compartilhando agora, com um público maior, essa experiência pioneira, quero deixar registrado os meus agradecimentos ao Professor Arthur César Ferreira Reis, que antes de tudo continua sendo o magnífico *scholar* e professor universitário, pelo incentivo proporcionado para divulgação deste manual, na série *Euclides da Cunha*, editada pelo Govêrno do Estado do Amazonas; ao Professor Manuel Orlando, o grande treinador de economistas em todo o Brasil, pela oportunidade oferecida para realização do curso; ao Professor Saul Benchimol, Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas, pela acolhida dispensada pela sua dinâmica escola; à equipe da CODEAMA, pelo trabalho datilográfico, e ao Professor Antônio Gonçalves de Encarnação Filho, pela revisão vernacular do texto original; e, finalmente, à brilhante turma de estagiários do Curso de Análise Econômica, pelo estímulo e calor dos debates que permitiram, naquela altura, a manutenção do diálogo, e agora, a publicação deste trabalho.

MANAUS, março de 1966.

SAMUEL BENCHIMOL

AMAZÔNIA:

- vigésima parte da superfície terrestre
- um quinto da disponibilidade mundial de água doce
- quatro décimos da América do Sul
- três quintos do Brasil
- um terço das reservas mundiais de florestas latifoliadas
- dois e meio milésimos da população mundial

1.0 - CONCEITOS

2.0 - COMPLEXO GEOGRÁFICO

1 0 — CONCEITOS

1. A Amazônia constitui um universo em si. Para representá-la seria necessário elaborar um conceito macro-amazônico que nêle integrasse a região geográfica, a província botânica, a bacia hidrográfica, o conjunto geo-político, o espaço socio-econômico e a área legal

Partindo dêsse critério, poderíamos conceituar a Amazônia como aquela parte da Região continental sul-americana

caracterizada por uma configuração preponderantemente planiciária que se abre em leque na direção leste-oeste circundada pelos peneplanos das Guianas, ao norte, do Brasil-Central, ao Sul, e pela Cordilheira Andina, ao ocidente, localizada dentro de um campo geodésico que abrange trinta graus de longitude e vinte e três graus de latitude, equivalente a cêrca de 7.000.000 Km² correspondentes à vigésima (1/20) parte da superfície terrestre, quatro décimos (4/10) da América do Sul e três quintos (3/5) do Brasil, **coberta** por uma espêssa floresta latifoliada, pluvial, tropical típica-Hiléia, de grande extensão (70%) e notável exuberância e homogeneidade panorâmica, de alto grau de heterogeneidade e estratificação, com 20% de cerrados e campos e cêrca de 10% de floresta mista de transição para a zona dos cocais dos cerrados e das savanas;

definida por um clima equatorial, quente e úmido, com pequeno grau de variação térmica anual, com temperatura média de 25/26°, alta umidade relativa do ar, acima de 80%, precipitação pluviométrica anual média de 2.000 mm e insolação total média de cerca de 2.000 horas/anos;

irrigada pela mais extensa e volumosa rede hidrográfica, controlando cerca de 20% da disponibilidade mundial de água doce na superfície terrestre, balizada no seu eixo central pelo Rio Amazonas, de extensa penetração continental, com cerca de 6.300 Kms de percurso de suas nascentes até a sua foz, drenando águas de uma bacia assimétrica que se expande na direção de seus grandes afluentes meridionais, com cerca de 16.841 Kms de rios perenemente navegáveis em território brasileiro, com pequena declividade no seu eixo-principal, e uma vazão de 200.000 m³ de água por segundo, carreando para o mar cerca de 3 milhões de toneladas diárias de sedimentos em suspensão;

jurisdicionada por nove países sul-americanos que compartilham o seu condomínio político no continente, com uma ampla fronteira internacional de 10.948 Kms e uma costa atlântica de 1.800 Kms;

habitada por uma escassa, dispersa e rarefeita população, que ocupa, em forma linear e interrompida, os varzeados ao longo dos seus principais rios, estimada em cerca de 7,5 milhões de habitantes, no ano de 1965, dos quais 6 milhões no Brasil, constituindo-se no mais extenso inecúmeno terrestre;

explorada economicamente por atividades extrativas-florestais no **hinterland**, com áreas de economia agrícola de subsistência e culturas industriais nos altos e baixos massapês e varzeados, com manchas de pecuá-

ria bovina, pesca artesanal, garimpos e mineração em expansão, que asseguram o desfrute de uma renda média per-capita anual de cêrca de Cr\$ 164.000.

2. Ao discutir-se no Congresso Nacional a delimitação da área amazônica, para fins legais de planejamento, prevaleciam três correntes que defendiam três critérios distintos :

1. O **fisiográfico**, defendido pelo Conselho Nacional de Geografia, consubstanciado no trabalho do geógrafo brasileiro Lúcio de Castro Soares, que propunha a delimitação em função de alguns fatores de ordem geográfica, especialmente o do divisor de águas da bacia amazônica e os limites da floresta típica.

2. O do **revestimento botânico**, proposto pelo Senador Álvaro Adolfo, relator do projeto, que o fundamentou nos seguintes têrmos :

“A cobertura botânica assinala a diferenciação geográfica e dá o caráter típico e inconfundível à região. Tôda a vida do ecúmeno amazônico está subordinada às condições ecológicas impostas pela floresta e pelo Rio Amazonas. A economia humana não podia fugir ao imperativo do meio. De modo que, sendo a principal característica da região essa floresta e o principal fator de sua economia é lógico que a delimitação da região a que corresponde se faça por ela, isto é, pela fímbria dessa floresta no ponto de transição com terras de outra cobertura ou formação”.

3. O **geodésico**, apresentado pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres pelo qual se chêgou a uma delimitação final à custa do arbítrio de dois paralelos, um meridiano e divisas interestaduais.

Finalmente, acabou prevalecendo o critério geodésico, ficando a área amazônica, sôbre a qual iria ser executada a política governamental, na forma da obrigação estabelecida no Art. 199 da Constituição Federal de 1946, assim definida, para fins legais, de acôrdo com o Art. 2.º da Lei 1806 de 6/1/1953

“A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e, ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, e do Estado de Goiás ao norte do paralelo 13º, e a do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º”

Leia a monografia de Eidorfe Moreira “Amazônia, o Conceito e a Paisagem” e faça uma crítica dos três critérios acima, inclusive o adotado, finalmente, pela Lei 1806.

3. Individualizando os seus principais elementos conceituais defina a Amazônia como :

1. Bacia Hidrográfica
2. Província Botânica
3. Região Geográfica
4. Conjunto Geo-Político
5. Espaço Sócio-Econômico
6. Área Legal

2.0 — COMPLEXO GEOGRÁFICO

2.1 — As Regiões e o Clima

4. Descreva, caracterize e delimite as cinco grandes regiões geográficas da Amazônia .

- 1 Planície Litorânea
2. Planície Amazônica
3. Encosta Meridional Guianense
4. Encosta Setentrional do Planalto Brasileiro
5. Encosta Oriental Sub-Andina

5. Identifique e classifique dentro das regiões amazônicas acima, as seguintes áreas

- 1 Litoral Amapaense
2. Golfão Marajoara
3. Leste Paraense
4. Guiana Maranhense
5. Golfão Maranhense
6. Peneplano do Alto Rio Negro
- 7 Região Montanhosa Parima — Paracaima
8. Peneplano do Alto Rio Branco
9. Região Montanhosa da Serra da Lua à Tumucumaque
10. Peneplano do Amapá
- 11 Encosta Setentrional do Planalto Brasileiro
12. Encosta Sub-Andina

6. Localize no mapa as seguintes zonas fisiográficas da Amazônia Brasileira :

Zona Fisiográfica	Área (Km²)
1. Zona do Alto Madeira	243.044
2. Zona do Alto Purus	79.546
3. Zona do Alto Juruá	73.043
4. Zona do Médio Amazonas	139.375
5. Zona do Rio Negro	360.028

7 Pacaraima é que é.

6. Zona do Solimões-Tefé	254.715
7. Zona do Purus	222.216
8. Zona do Rio Juruá	132.337
9. Zona do Solimões-Javari	215.312
10. Zona do Madeira	234.995
11. Zona do Alto Rio Branco	96.501
12. Zona do Catrimani	133.603
13. Zona do Marajó e Ilhas	59.204
14. Zona do Salgado	5.549
15. Zona Bragantina	11.951
16. Zona Guajarina	86.741
17. Zona Tocantina	14.069
18. Zona Jacundá-Pacajá	65.261
19. Zona do Gurupí (Viseu)	17.275
20. Zona do Baixo Amazonas	384.638
21. Zona de Itacaiunas	74.629
22. Zona do Xingu	279.071
23. Zona do Planalto	42.176
24. Zona do Tapajós	186.966
25. Zona do Mazagão	45.454
26. Zona do Amapá-Macapá	68.702
27. Zona do Oiapoque	24.912
28. Zona do Litoral Norte	8.453
29. Zona da Baixada	15.829
30. Zona do Baixo Mearim	17.977
31. Zona do Gurupí Maranhense	27.403
32. Zona do Pindaré	27.229
33. Zona do Tocantins Maranhense	18.736
34. Zona do Litoral Nordeste	4.115
35. Zona do Itapecurú	34.543
36. Zona de Carolina	14.349
37. Zona do Alto Parnaíba	55.175
38. Zona do Alto Mearim	56.737
39. Zona do Aripuanã	142.222
40. Zona da Chapada	515.154

41. Zona do Poxoréu (Leste)	28.243
42. Zona da Encosta Norte	79.297
43. Zona da Baixada Norte	76.460
44. Zona do Araguaia-Tocantins	12.211
45. Zona do Norte Goiano	193.016
46. Zona do Planalto	9.486
47. Zona do Paranã	55.451
48. Zona do Alto Tocantins	45.962

Total 4.989.361

7. A atual política de valorização e desenvolvimento da Amazônia, partindo de sua delimitação legal, não constitui apenas preocupação brasileira. Os outros países do condomínio amazônico, sobretudo o Peru, empenham-se em criar e fomentar, igualmente, condições e estímulo para vencer "a prostração econômica da Zona da Selva".

Para tanto o Peru, pelo Decreto Supremo n.º 4 de 10 de janeiro de 1964, baixado pelo seu atual Presidente Fernando Belaunde Terry, ao isentar de todos os impostos as indústrias e serviços já estabelecidos ou que venham a se estabelecer na referida zona, delimitou a Amazônia Legal Peruana na forma abaixo :

1. Departamento de Loreto
2. Departamento de Madre de Dios
3. Departamento de San Martin
4. Província de Bagua
5. Província de Bongará
6. Província de Jaen
7. Província de La Convencion
8. Província de La Mar
9. Província Leoncio Prado
10. Província de Oxapampa
11. Província Rodriguez de Medoza
12. Província de Sandia

integralmente, e em forma parcial as áreas orientais, situadas abaixo de mil metros sôbre o nível do mar, das seguintes :

13. Província de Carabaya
14. Província de Concepción
15. Província de Cutervo
16. Província de Huanta
17. Província de Jauja
18. Província de Marañon
19. Província de Paucartambo
20. Província de Quispicanchis
21. Província de Tarma.

8. A Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela ainda não defini-ram um programa político de promoção de desenvolvimento econômico visando as suas áreas amazônicas à semelhança do Brasil e do Peru. No entanto, a organização política e territorial dêsses países distinguem a Zona da Selva ou Oriente das demais regiões geográficas do altiplano andino e da costa do Pacífico ou das Caraíbas.

9. Utilizando essa divisão regional tentamos, a seguir, delimitar a Amazônia legal de origem e fala espanhola .

I. AMAZÔNIA BOLIVIANA

	Área-Km ²	População	
1 Departamento de Pando Capital: Cobija — 1.726 hab.	63 827	19.804	
2. Departamento de Beni Capital: Trinidad — 12.542 habs.	213.563	135.518	
3 Departamento de Sta Cruz Capital: — Sta Cruz — 34.837 hab.	370 621	286.145	
	<hr/>	<hr/>	Censo
	648.011	441 467	1950

II AMAZÔNIA PERUANA

1	Departamento de Loreto Capital: Iquitos — 55 696 habs	478.336	331 177	
2	Departamento de Madre de Dios Capital: Puerto Maldonado — 1 910 habs.	78.401	14 828	
3	Departamento San Martín Capital: Moyobamba — 11 340 habs.	53.063	162.602	
4	Provincias especificadas no Decreto n.º 10 de 10/1/1964	—	—	
		<hr/>	<hr/>	Censo 1961
		609 800	508 607	

III AMAZÔNIA EQUATORIANA

1	Provincia de Napo) Capital: Tena — 351 habs)	86 187	34.200	
2	Provincia de Pastaza) Capital: Puyo)			
3	Provincia de Morona —) Santiago) Capital: Macas — 976 habs)			
4	Provincia de Zamora —) Chinchipec) Capital: Zamora)	47 547	27 800	
		<hr/>	<hr/>	Censo 1962
		133 734	62 000	

IV AMAZÔNIA COLOMBIANA

1	Comissaria del Amazonas Capital: Letícia	124 340	8 420	
2	Comissaria de Putumayo Capital: Mocoa	26 485	37.350	
3	Comissaria de Vaupés Capital: Mitú	152 449	0 00	
4	Comissaria de Vichada Capital: Puerto Carreño	102 988	14 830	
5	Intendencia de Caquetá Capital: Florencia	106.324	67 430	
6	Intendencia de Meta Capital: Villavicencia	85.218	79 260	
7	Intendencia de Arauca Capital: Arauca	25.830	14 600	
		<hr/>	<hr/>	Censo 1959
		623 634	231 990	

V. AMAZÔNIA VENEZUELANA

1. Territorio Federal do Amazonas Capital:	175.749	11.757	Censo 1961
TOTAL	<u>2.190.928</u>	<u>1.255.821</u>	

VI. AMAZÔNIA BRASILEIRA

	4.989.361	5.365.808	Censo 1960
GRANDE TOTAL AMAZÔNIA SULAMERICANA	7.180.289 Km2	6.621.629 Hab.	

10. A seguir, propomos uma nova divisão geo-econômica-social da Amazônia em 8 grandes regiões, levando em consideração, além dos fatores fisiográficos e sua dimensão continental, critérios geo-econômicos de localização e densidade demográfica ao longo do eixo do Rio Amazonas e sua interiorização ao norte, sul, leste e oeste da Bacia:

- I — Amazônia Oriental e Litorânea
- II — Amazônia Central
- III — Amazônia Setentrional
- IV — Amazônia Meridional
- V — Amazônia Ocidental
- VI — Amazônia do Planalto
- VII — Amazônia Guiano-Orinocense
- VIII — Amazônia Pré-Andina

11. Analise e critique a validade da classificação acima e informe:

- 1. a extensão em quilômetros da costa atlântica amazônica
- 2. a extensão e profundidade da plataforma submarina amazônica
- 3. a extensão em quilômetros da fronteira amazônica com os países limítrofes

4. a distribuição geográfica da hora legal na Amazônia

12 O clima da Amazônia, definido, como sendo do tipo equatorial, caracterizado por elevadas médias termométricas, higrométricas e pluviométricas pode ser classificado em três tipos distintos, segundo Koeppen:

Clima **Af** — super úmido, sem estação seca nítida

Clima **Am** — úmido, com estação seca pouco pronunciada

Clima **Aw** — clima de duas estações: seca no inverno e chuvosa no verão.

13. Com base na classificação acima, identifique a distribuição climática das principais regiões amazônicas. (Lúcio Soares — Marília Velloso Galvão — José Carlos Junqueira Schmidt) e informe:

1. a altura média da precipitação pluviométrica no Amapá

2. a temperatura média do ar em °C em Manaus

3. a média anual da umidade relativa do ar em % em Belém

4. a média anual da insolação total em horas em Pôrto Velho

5. a média anual da evaporação em **mm.** em Boa Vista

6. a média anual da pressão atmosférica em **mb.** em Manaus

7. a altura do Pico da Neblina, considerado teto orográfico e ponto culminante do Brasil na Amazônia.

- 14** A distância linear entre linhas extremas das diversas unidades políticas amazônicas é a seguinte:

	DIREÇÃO NORTE-SUL	DIREÇÃO LESTE-OESTE
	Distância linear (Km)	Distância linear (Km)
Rondônia	638	755
Acre .	445	809
Amazonas	1 324	1 996
Roraima . . .	743	633
Pará . .	1 379	1.477
Amapá . .	616	543

Construa com os dados acima a distância linear na Direção Norte-Sul e Leste-Oeste da Amazônia Brasileira.

2 2 — O Rio e as Águas

- 15.** Analise as seguintes hipóteses geológicas de formação da bacia amazônica:

- 1) O Vale Amazônico surgiu como um largo canal entre duas ilhas ou grupo de ilhas, das quais uma constituiu a base e núcleo do planalto brasileiro, e a outra, a do norte, a do planalto guiano. Os Andes, depois, irromperam a oeste convertendo-a numa bacia, passando o Rio Amazonas, que corria antes para o Pacífico, a correr para o Oceano Atlântico (Hartt)
- 2) A atual região amazônica surgiu como um vasto mar interior fechado pelos contrafortes andinos a oeste, e pelo escudo cristalino do planalto brasileiro, que se desenvolvia então do centro ao oriente atlântico, para unir-se com o sistema guiano, ao

norte e nordeste. Posteriormente, o sistema do planalto atlântico, que, possivelmente, se constituía num prolongamento do planalto cristalino sul amazônico, submergiu ao mesmo tempo em que se sublevou o fundo do mar amazônico, para formar a atual planície, que constitui o assoalho da bacia amazônica. Nesse processo, a bacia que se formou sofreu grandes fraturas, que foram ocupadas pelos leitos dos atuais rios, sendo que a maior delas, na direção do eixo leste-oeste, viria se transformar na calha central do Rio Amazonas.

16. Teste as hipóteses acima, com os seguintes dados:

- a) — a descoberta dos evaporitos de Nova Olinda e outras formações de sal-gema encontradas nas perfurações da Petrobrás;
- b) — a assimetria da bacia que se expande a oeste;
- c) — o estrangulamento da planície, e o aprofundamento do leito, no trecho médio, à altura de Óbidos;
- d) — a existência do Golfão Marajoara e do Golfão Maranhense;
- e) — o delta estuário do Canal Norte e do sistema fluvial Araguaia-Tocantins no Rio Pará;
- f) — as terras firmes de origem pliocênica (terciário) e os varzeados de origem pleistocênica/holocênica (quaternário);
- g) — os vales tectônicos e as rias de água doce (Ruellan e Sternberg).

17. Estude o problema das nascentes do Rio Amazonas: sistema Apurímac-Ucayale-Amazonas (Pico de Vilcanota-Planalto de La Raya) e sistema Marañon-Amazonas (Lago Lauricocha).

18 Indique, pormenorizadamente, os afluentes meridionais e setentrionais do Rio Amazonas, mencionando o comprimento de seus respectivos cursos, bem como:

1. o desenvolvimento total, em quilômetros e milhas, do curso do Rio Amazonas
2. a velocidade da correnteza do Rio Amazonas, nas épocas da enchente e da vazante
3. a vazão em metros cúbicos do Amazonas, em comparação com a descarga do Congo e do Mississipi

19 Estude o problema da vazante-enchente segundo os fatores.

1. precipitação pluviométrica;
2. degêlo;
3. entupimento do leito;
4. represamento na foz;
5. dificuldades de drenagem;
6. pequena declividade da calha central;
7. equilíbrio hidrostático decorrente do regime de águas pluviais dos afluentes da margem esquerda e direita.

20 Pesquise os seguintes elementos:

1. altura do Rio Amazonas, em Tabatinga e Santarém, e do Rio Negro, em Manaus, em relação ao nível do mar.
2. cota máxima alcançada pelo nível das águas, em Manaus, nas enchentes grandes de 1922 e 1953.
3. área de drenagem da bacia hidrográfica amazônica, em relação com a do Mississipi, Rio da Prata e Nilo.
4. função dos lagos, furos, paranás e igarapés, tendo em vista os problemas e dificuldades de drenagem das águas do Rio Amazonas.

5. características do delta-estuário amazônico.
6. sistema fluvial Araguaia-Tocantins como bacia independente, inclusive com estuário próprio pelo Canal Sul
7. estrangulamento da navegação no Estreito de Breves e a alternativa do Canal Norte.
- 8 pontos geodésicos extremos, de longitude e latitude, da bacia hidrográfica amazônica.

21 Segundo o Departamento Nacional de Vias Navegáveis, o Rio Amazonas e seus principais afluentes, em território brasileiro, são navegáveis, perenemente, nos seguintes trechos e extensões:

Via Fluvial	Trecho Navegável	Quilômetros
Amazonas	Belém-Benjamin Constant	3.369
Negro	Manaus-Tuputuqué	783
Branco	da foz a Caracaraí	630
Juruá	da Foz a Cruzeiro do Sul	1 679
Tarauacá	da Foz a Tarauacá	240
Purus	Bôca do Purus a Sena Madureira	2 954
Acre	Bôca do Acre-Brasiléa	796
Madeira	da Foz a Pôrto Velho	1 180
Tapajós	Santarém-Barra	952
Tocantins	Belém-Peixe	2.017
Araguaia	S. José Araguaia-Baliza	2 041
Total		16 641

Compare os dados das vias navegáveis, acima, com os da Bacia do Nordeste, São Francisco, Sudeste, Paraná, Paraguai e Uruguai (Total do Brasil — 31.527 Kms).

22. Estude as principais funções do Rio Amazonas como :

1. via de acesso e navegação;
2. fonte de suprimento de água doce para fins industriais, irrigação e alimentação;
3. agente de fecundação das várzeas pela colmatagem;
4. viveiro de peixes, animais e plantas e gramíneas aquáticas (canarana);
5. fonte de energia hidráulica.

23. A bacia hidrográfica amazônica apresenta o maior potencial de energia hidráulica de todo o Brasil, segundo os cálculos e avaliações efetuados pela Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral.

A avaliação, com base nas descargas de estiagem das diversas bacias brasileiras, é a seguinte :

BACIAS HIDROGRÁFICAS	POTENCIAL HIDRÁULICO	
	C. V.	%
Amazonas	7.458.000	33,36
Nordeste	317.300	1,42
São Francisco	2.380.000	10,64
Leste	4.072.900	18,22
Paraguai	89.500	0,40
Paraná	7.053.000	31,54
Uruguai	175.000	0,78
Sudeste	813.000	3,64
TOTAL BRASIL	22.358.700	100,00

Explique as razões por que êsse extraordinário potencial hidro-elétrico amazônico permanece ocioso.

24. Na terminologia geográfica regional, os rios amazônicos, de acôrdo com a côr de suas águas, distinguem-se em :

1. Rios de água branca, amarela ou barrenta (Solimões, Médio e Baixo Amazonas, Purus, Madeira, etc.).
2. Rios de água preta ou rios negros (Rio Negro, entre os mais importantes).
3. Rios de água clara (denominação de Sioli) ou verde-escura (Juruena, São Manuel, Rio Verde, Tapajós, Xingu, Iriri).

25. Sioli, Fittkau, Lúcio Soares, Ab'Saber e outros que têm estudado a limnologia amazônica, assim os têm caracterizado :

I — Rios de água branca

1. instabilidade dos seus leitos provocada pela erosão fluvial marginal (terras caídas);
2. riqueza em meandros que os levam a divagar nas planícies aluviais;
3. grande concentração de sedimentos argilosos em suspensão;
4. ricos em sais minerais e matéria orgânica;
5. ambiente ecológico propício ao desenvolvimento da fauna e flora aquáticas : peixes, insetos, animais e plantas aquáticas submersas em virtude de sua alimentação, nival e pluvial, provir de regiões mineralizadas (Formação Pebas, região pré-andina, etc);
6. formadores de ilhas e várzeas pela sedimentação e colmatagem.

II — Rios de água preta

- 1 estabilidade relativa de seus leitos;
- 2 pequena incidência de erosão fluvial,
3. padronagem ortogonal da rêde de drenagem (Sternberg),
4. existência de rias de água doce — vales afogados ("Em Manaus, cinco grandes rias dividem a cidade em seis compartimentos urbanos" — Ab'Saber);
- 5 encostas íngremes e altas falésias marginais;
- 6 solos arenosos e areno-argilosos do platô terciário, ácidos e fortemente laterizados;
- 7 ausência de sedimentos e argilas em suspensão, em suas águas,
- 8 presença de ácido húmico, responsável pela cor preta de suas águas, resultante da decomposição de matéria vegetal do chão das matas alagadas (caá-igapó), carregadas pelas chuvas e cheias. (L. Soares);
- 9 pobreza de sais minerais e oligo-elementos em virtude de a drenagem de suas águas provir de terras centrais desmineralizadas pela lixiviação (Sioli, Fittkau),
10. escassez de peixes, animais, insetos, e plantas aquáticas e submersas, que, certamente, levaram os nativos a denominá-los de "rios de fome";
11. presença de praias argilosas e argilo-arenosas;
- x 12 pequena quantidade de ilhas sedimentares;
13. ausência de varzeados pelo não carreamento de sedimentos em suas águas, que assim formam apenas igapós, durante as cheias, nas áreas baixas justafluviais.

III — Rios de água clara ou verde:

1. diminuto transporte de sedimentos argilosos;
2. terrenos rochosos e arenosos em suas cabeceiras,
3. relativa estabilidade de seu leito pela pequena erosão fluvial,
4. presença de cachoeiras, corredeiras e rápidos nos cursos superiores,
5. nascentes terciárias no planalto central brasileiro e peneplano sul-amazônico;
6. praias de areia branca e baixios arenosos;
7. ausência de várzeas.

26. Na geografia lacustre amazônica, destacam-se e distinguem-se os lagos de várzea, dos de terra firme e do litoral, assim conceituados por Le Cointe, Delgado de Carvalho e Lúcio Soares:

I — Lagos de várzea:

1. depressões sem profundidade na planície de aluvião, que recebem águas das cheias;
2. retenção dessas águas durante as vazantes, que atuam como fonte de compensação, fazendo com que as oscilações de suas águas apresentem amplitude menor;
3. **habitat** de grande variedade de peixes (tucunaré, pirarucu) que nêles se refugiam durante as cheias e ficam prisioneiros nas vazantes;
4. margens baixas e planas;
5. presença de campos e pastagens.

II — Lagos de terra firme:

1. massas de água represadas pelas restingas de aluviões ou encontradas dentro de grandes trincheiras cavadas pela erosão no platô terciário;
2. margens elevadas cobertas por espessa floresta;
3. orientação dos eixos em ângulos ortogonais ou "joelhos de fraturas" de origem tectônica, que ocupam linhas de falha (Sternberg) — Lagos de Manacapuru, Badajós, Mamori, Anamã etc.

III — Lagos do litoral, situados nas baixadas litorâneas inundáveis do Amapá, Leste Paraense e Ilha de Marajó: "verdadeiras depressões, ainda não entulhadas, na planície quaternária, flúvio-marinhas, formadas pelos sedimentos carregados pelos tributários do Atlântico e pela formidável massa de argila lançada pelo Amazonas e desviada para o norte pela corrente Norte-Equatorial" (Lúcio Soares) — Região dos Lagos do Amapá, Lago Arari no Marajó.

2.3 — A floresta e a fauna

27. A floresta e a região amazônica têm recebido as seguintes denominações:

1. Reino das Náiades - *Araripis Lima*
2. Hiléia - *Humboldt*
3. Área da Hévea
4. Climax Biológico
5. Museu Vegetal
6. Terra Imatura - *Eduardow Neto*
7. Último Capítulo do Gênesis - *Euclides da Cunha*

8. Inferno Verde - *Alberto Rauzel*
9. Paraíso Verde
10. Silva Horrida
11. Frasco Florentino
12. Celeiro do Mundo - *Humboldt*
13. Anfiteatro Amazônico - *R. Chevalier*

Indique os autores dessas denominações.

- 28.** A cobertura florística da Amazônia tem sido dimensionada como segue:

1. Floresta Típica da Hiléia	—	3.620.418 Km ²
2. Floresta Mista	—	512.089 Km ²
3. Cerrados e Campos	—	924.983 Km ²
		5.057.490 Km ²
TOTAL		

Indique e localize, no mapa, as áreas desses diferentes tipos de cobertura florística.

- 29.** A floresta típica da Hiléia é definida pelas seguintes características: (Eidorfe Moreira).

1. Elevada densidade e variedade de indivíduos botânicos.
2. Composição tipicamente heteroclita (mais de 4.000 espécies arbóreas).
3. Acentuado grau de estratificação e superposição com os seguintes estratos:
 - a) — vegetação miúda de ervas, gramíneas e plantas rasteiras;
 - b) — vegetação arbustiva — e árvores de modesto porte;

c) — vegetação arbórea com copas emergentes que cobrem o conjunto dos estratos.

30 Em face das características citadas, analise os seguintes conceitos

- 1 "A riqueza botânica da Amazônia é a sua pobreza econômica" (Pierre Deffontaines).
2. A floresta amazônica vive mais em função do alto grau de pluviosidade da região do que da fertilidade do solo. ("A chuva faz a mata" — R. Moraes).
3. Rompido o equilíbrio ecológico pela retirada da floresta, a Amazônia emergirá como um grande deserto. X

31. Diferencie a mata da várzea e do igapó (caá-igapó), da floresta de terra firme (caá-etê).

32. Por que é a mata da várzea constituída de maior variedade de espécies botânicas do que a da terra firme?

33. A oeirana, a sumaúma e as castanheiras são representantes típicas da várzea, do igapó ou da terra firme?

34. Comente o seguinte conceito da floresta amazônica de Pierre Deffontaines:

"A Amazônia constitui verdadeiro museu vegetal; museu de variedade mas também de antiguidade, pois essa floresta é o resíduo de formações florestais que datam das eras terciárias e talvez mais antigas: ela representa um dos mais antigos panoramas da terra, mais antigo do que a maioria das costas e montanhas européias."

X Deserto ela já é, do tipo florestal.

14. Pau mulato
15. Jacareúba
16. Aguano (mogno)
17. Acapú
18. Angelim
19. Sucupira
20. Araracanga
21. Itaúba
22. Cedro
23. Cupiúba
24. Pau amarelo
25. Castanheira
26. Saboarana
27. Pau-rosa
28. Massaranduba
29. Copaíba

- 37.** Distinga, na relação acima, as madeiras moles, semiduras e duras.
- 38.** Identifique, na mesma relação, as chamadas espécies ubiquistas.
- 39.** Estude as seguintes alternativas de aproveitamento e utilização da floresta amazônica:
1. Fonte de matérias primas tropicais para a indústria.
 2. Aproveitamento de plantas úteis, medicinais e ornamentais.
 3. Extração de madeiras para construção naval, indústria de construção e de móveis.
 4. Utilização na indústria de pasta mecânica, celulose e papel.
 5. Fonte de suprimento de óleos, gorduras e resinas.
 6. Extração de látex produtores de borrachas elástica

e não elástica.

7. Aproveitamento de essências aromáticas.
 8. Fornecimento de frutos alimentícios.
 9. Utilização de fibras vegetais.
 10. Viveiro de animais silvestres.
 11. Transformação em lenha e carvão para combustível.
- 40.** Afirma-se que a fauna amazônica é variada e rica em relação às formas e colorido, embora pobre no que respeita ao porte. Por que?
- 41.** Mencione os principais mamíferos habitantes da floresta amazônica, cujos couros e peles são aproveitados para exportação.

2.4 — A terra firme e as várzeas

- 42.** Diferencie as terras justafluviais das várzeas, das terras firmes centrais.
- 43.** Confira a seguinte definição de várzea:

As várzeas amazônicas são constituídas de solos hidropédicos da era quaternária, do período do pleistoceno/holoceno, de formação aluvionar, inundadas periodicamente pelas águas dos rios que, ao transportar em sua correnteza depósitos, sedimentos, sais minerais e matéria orgânica, realizam, pelo processo de colmatagem, a renovação e reciclagem da camada vegetal das terras.

- 44.** As várzeas constituem uma fração mínima da planície amazônica.

Eis as estimativas de sua área, segundo diversos estudiosos:

Felisberto Camargo — 64.400 Km² (6.440.000 Hectares)
— 1,5% da área

Pierre Gourou — 60.000 Km² (6.000.000 Hectares) —
1% da área

Hilgard Sternberg — 25.000 milhas quadradas

Marbut — 10% da área regional amazônica

Rubens Lima — 25.000 Km² somente no estuário
amazônico

Sócrates Bomfim — 160.000 Km² (16.000.000 Hectares).

45. O prof. Sócrates Bomfim, em sua estimativa, utilizou dois métodos para dimensionamento das várzeas .

1. Partindo da existência de 40.000 Kms. de rios principais e admitindo uma largura média da várzea de 2 Kms. em cada margem, chegou à estimativa de 160.000 Km².
- 2 Partindo da área de ocorrência da **Hevea Brasiliensis** e do número de seringueiros, no Estado do Amazonas, de cerca de 18.000 e calculando que cada seringueiro utiliza em geral 300 seringueiras (2 estradas) que ocupam 300 Hectares, ou sejam, 3 Km², obteve, assim, uma área de várzea explorada de 54.000 Km², que se elevaria para 108.000 Km², levando em consideração que apenas a metade dos seringais é explorada.

Faça uma tentativa para utilizar outros métodos diretos e indiretos de avaliação.

46. Segundo Lúcio de Castro Soares, a várzea ou planície de inundação constitui o leito maior do Rio Amazonas, formada por extensas faixas de terrenos holocênicos, encaixadas no baixo platô terciário da terra firme, formando o assoalho da bacia e submetida a um constante processo de evolução e crescimento.

Análise esse processo de crescimento da várzea através da :

- 1 sedimentação das grandes áreas subfluviais (bancos),
2. colmatagem total dos lagos;
3. deposição de sedimentos durante as cheias;
4. soldadura de restingas (diques marginais).

47. Com referência à amplitude da várzea, podemos distinguir : (Lúcio Soares).

- 1 Várzeas de grande largura — 200 Kms., na região das Ilhas, na foz.
2. Várzeas de largura média — 50 Kms., no Baixo Amazonas, de Gurupá à foz do Madeira.
3. Várzeas estreitas — da foz do Madeira ao Alto Amazonas e Marañon.

48. Faça um esboço cartográfico da várzea amazônica, partindo dos dados acima, e observe que os varzeados aumentam de amplitude à medida que diminui a declividade do eixo central da planície.

49. Comente a tese desenvolvida pelos Drs. Sioli e Fittkau do setor de limnologia do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas e do Instituto Max Planck, segundo a qual as várzeas férteis da calha central do Rio Amazonas são produto das águas brancas, ricas em sais minerais, matéria orgânica e plantas trazidas pela correnteza a partir da região pré-andina.

50. As terras firmes centrais têm sido definidas como solos oriundos de terrenos arenosos e areno-argilosos do platô terciário e do penepiano cristalino do período do plioceno não inundados pelas cheias dos rios, protegidos pela exuberante cobertura arbórea que lhe asseguram o equilíbrio

ecológico mantido à custa do ciclo solo-planta-solo, porém sujeitos à laterização e lixiviação, bem como à rápida degradação uma vez removida a proteção florestal pela exposição aos rigores do calor no verão e às enxurradas das águas nas épocas de chuvas.

- 51.** Estude o problema da laterização dos solos tropicais, sabendo-se que os solos lateríticos constituem denominação genérica das terras avermelhadas, ricas em ferro e hidróxido de alumínio responsáveis pela formação de concreções ferruginosas que dificultam a penetração das raízes das plantas e impedem a boa drenagem e permeabilidade das terras.
- 52.** Estude o problema da lixiviação tropical entendida como um processo de perda dos oligo-elementos e substâncias nutritivas do solo pela descida dos sais minerais dissolvidos em água para as camadas inferiores, por efeito da gravidade, constituindo uma das causas do empobrecimento do solo agrícola em virtude de as substâncias lixiviadas ficarem fora do alcance das raízes das plantas.
- 53.** Analise o chamado equilíbrio ecológico de compensação :

“A floresta restitui ao solo pelas suas fôlhas, galhos e troncos, os elementos nutritivos que dêle retira garantindo-lhe uma taxa de húmus constante, à custa do qual se mantém” (Lúcio Soares).

- 54.** Em face dos novos conhecimentos edafológicos que levaram à formulação dos conceitos acima, comente a tese romântica e otimista do naturalista inglês Alfred Russel Wallace que visitou o Amazonas e o Rio Negro, em 1850 :

“Afirmo sem medo que esta floresta primitiva pode ser convertida em ricas pastagens, em campos cultivados, hortas e pomares com tôda a variedade de produtos, à

custa da metade do esforço e, o que é mais importante, em menos da metade do tempo que seria necessário em nossa terra”.

- 55.** Por que são geralmente ácidos os solos tropicais ?
- 56.** A acidez dos solos é dada pelo grau de concentração hidrogeniônica, cuja representação química é o pH.
- Pergunta-se :
- 1) Qual a faixa de pH das terras ácidas;
 - 2) Qual o índice de pH das terras neutras;
 - 3) Qual a faixa de pH acima da qual as terras são consideradas alcalinas;
 - 4) Qual o método mais prático e econômico para a correção dos solos ácidos.
- 57.** Qual o índice médio de pH das terras amazônicas ?
- 58.** Quais as principais deficiências edafológicas das terras amazônicas ?
- 59.** Estude as formas de utilização e aproveitamento das várzeas :
1. terras agrícolas para lavoura de subsistência.
 2. terras agrícolas para culturas comerciais e de exportação.
 3. campos para criação de gado.
 4. localização de vilas e cidades.
- 60.** Estude as formas de utilização e aproveitamento das terras firmes :
1. exploração dos recursos florestais.
 2. estabelecimento de estradas e eixos rodoviários.
 3. base permanente de moradia do homem.

4. elemento de complementação da várzea.
5. refúgio ao homem e ao gado no período das enchentes.
6. prática de silvicultura.
7. culturas agrícolas com base na correção e adubação do solo.
8. exploração dos minérios do sub-solo.

61. Como vêm sendo aproveitadas, tradicionalmente, pelo homem amazônico as várzeas e terras firmes?

3.0 - DIMENSÃO HUMANA

3.0 — DIMENSÃO HUMANA

3.1 — Conquista e Ocupação

- 62.** Comente a tese de Capristano de Abreu : "A Amazônia foi uma descoberta espanhola e uma conquista portuguesa, ao contrário do Paraguai que foi uma descoberta portuguesa e uma conquista espanhola".
- 63.** Assinale, na relação abaixo, os principais fatos relacionados com a descoberta espanhola da Amazônia :
1. Tratado de Tordesilhas de 1494, que ao estabelecer a linha geodésica divisória Belém-Paranaguá firmou o princípio da soberania espanhola em terras amazônicas, a oeste desse meridiano.
 2. Descobrimento da foz do Rio Amazonas (Santa Maria de la Mar Dulce) por Vicente Yañez Pinzon (1500).
 3. Primeira descida do Rio Amazonas, de Quito ao Atlântico, via Rio Napo, pela expedição comandada por Francisco de Orellana (1539-1542).
 4. Segunda expedição, seguindo a mesma rota de Orellana, comandada por Pedro de Ursúa e Lopo de Aguirre (1561).
 5. Missões religiosas espanholas do jesuíta Samuel Fritz no Rio Solimões — Cambebas, Tefé e Coarí. (1686-1704).

64. Selecione, na lista abaixo, os principais fatos relativos à conquista e ocupação portuguesa da Amazônia

1. A primeira subida do Rio Amazonas pela expedição comandada por Pedro Teixeira (1637-1639).
2. A construção dos seguintes fortes .

- 1 Forte do Presépio
2. Forte de Gurupá
- 3 Forte do Amapá
- 4 Forte de Óbidos
5. Forte da Barra do Rio Negro
6. Forte de São José de Marabitanas
- 7 Forte de São Gabriel
8. Forte de S. Joaquim
- 9 Forte de Tabatinga
10. Forte do Príncipe da Beira

3. As missões religiosas dos jesuítas e carmelitas.
4. As expedições dos sertanistas e bandeirantes.
5. A criação dos dois Estados do Brasil e do Maranhão.
6. A criação das capitanias do Maranhão, Grão Pará, Cametá, Cabo Norte, São José do Rio Negro, Mato Grosso e Goiás.
- 7 A união das monarquias espanhola e portuguesa no período de 1580-1620.
8. O Tratado de Madrid de 1750 e o Tratado de Sto. Ildefonso de 1777 consagrando o princípio do Uti-Possidetis.
- 9 A criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão Pará.

10. A ação do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado na demarcação das fronteiras (1754).
11. A ação do Governador Manuel da Gama Lôbo D'Almada, no Solimões, Rio Negro e Rio Branco (1788-1791).

65. Assinale, na relação abaixo, os principais fatos da conquista, posse e ocupação brasileira da Amazônia :

- 1 As lutas da Cabanagem
2. A criação das Províncias do Maranhão, Pará, Mato Grosso, Goiás e Amazonas.
3. A abertura dos portos e rios amazônicos à navegação internacional
4. A introdução da navegação a vapor e a constituição da Companhia de Comércio e Navegação do Barão de Mauá.
5. A imigração nordestina.
6. O "rush" da borracha.
- 7 A conquista do Acre e o Tratado de Petrópolis (1903)
8. A criação do Banco de Crédito da Borracha e os acordos de Washington de 1942.
- 9 A criação dos Territórios Federais do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá.
10. O art. 199 da Constituição Brasileira de 1946, instituindo recursos orçamentários para execução durante vinte anos do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.
- 11 A Lei 1806 de 6/1/1953 institucionalizando o PVEA e criando a SPVEA, como um esforço nacional objetivando .

1. assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro.
 2. constituir no Amazonas uma sociedade economicamente estável e progressista.
 3. desenvolver a Amazônia em um sentido paralelo e complementar, ao da economia brasileira.
12. A criação de guarnições, pelotões e colônias militares de fronteira.
 13. A extensão da rede aérea comercial de integração nacional à Amazônia.
 14. A transferência da capital federal para Brasília, situada parcialmente dentro da bacia hidrográfica amazônica 769 Km²
da bacia do S. Francisco 1409 Km²
da bacia do Paraná 3636 Km²
 15. A construção dos grandes eixos rodoviários de integração da Amazônia ao restante do Brasil :

BR-15	Macapá-Oiapoque
BR-14	Belém-Brasília
BR-22	Belém-S. Luiz-Fortaleza
BR-29	Brasília-Pôrto Velho-Rio Branco
BR-17	Manaus-Caracaraí-Boa Vista
BR-16	Brasília-Santarém (em planejamento).
BR-80	Brasília-Cachimbo-Jacareacanga-Manaus-Içana (em planejamento).

3.2 — Povoamento

66. Indique a importância e influência das seguintes rotas e caminhos de povoamento na Amazônia :

1. rota militar da conquista;
2. rota da caça ao índio;
3. rota das especiarias;
4. rota da catequese e missões;
5. rota das bandeiras e sertanistas;
6. rota extrativa da floresta;
7. rota da hévea;
8. rota fluvial da várzea;
9. rota do peixe;
10. rota do boi;
11. rota dos garimpos e minérios;
12. rota das estradas de ferro;
13. rota dos eixos rodoviários.

67. Na rota militar da conquista e ocupação informe a missão e os objetivos da fundação dos seguintes fortes :

1. Forte do Presépio
2. Forte do Amapá
3. Forte de Óbidos
4. Forte da Barra do Rio Negro
5. Forte de São José de Marabitanas
6. Forte de São Joaquim
7. Forte de São Gabriel
8. Forte de Tabatinga
9. Forte de Príncipe da Beira.

- 68** Na fase moderna desta rota militar, indique a importância dos grupamentos, destacamentos e colônias militares de fronteira do Exército Brasileiro.
- 69** Qual a importância do ciclo da caça ao índio na formação das aldeias, vilas e missões coloniais, bem como na solução do problema da mão-de-obra para fins agrícola e doméstico ?
- 70** Analise os seguintes fatos ligados ao ciclo da caça ao índio na Amazônia .
1. Extinção da escravidão indígena determinada pelo Marquês de Pombal em 1755 ,
 - 2 Expulsão dos jesuítas da Amazônia ,
 - 3 Criação dos Diretórios dos Índios ;
 4. Fundação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão Pará ,
 5. Missões religiosas de catequese e educação nas fronteiras.
 - 6 Ação pacificadora de Rondon e política indianista do Serviço de Proteção ao Índio.
- 71** Analise a importância das especiarias e drogas do sertão — cravo, canela, salsaparrilha, baunilha, pimenta, ipecacuanha, cumaru, puxuri, timbó, — como atividade econômica reveladora da Amazônia para o mundo exterior
- 72.** Indique os nomes daqueles bandeirantes paulistas que percorreram a Amazônia e quais as rotas seguidas pelos mesmos.
- 73** Indique os nomes dos principais sertanistas e capitães portugueses que percorreram a Amazônia no período co-

lonial em missão de conquista, construção de fortes, expulsão de estrangeiros e fundação de vilas e povoados.

74. Assinale no mapa as principais cidades, vilas, povoados atualmente existentes ao longo da calha central do Rio Amazonas.

75. Muitas dessas vilas e povoados tiveram os seus nomes indígenas substituídos por toponímicos portugueses, em virtude do processo de lusitanização da Amazônia, de terminada pelo Marquês de Pombal, no ano de 1758, ao tempo da administração colonial de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Eis alguns exemplos

1. Curuçá	— Vila Nova D'El Rei
2. Araticu	— Vila de Oeiras
3. Arucará	— Portel
4. Paru	— Almerim
5. Gurupatuba	— Monte Alegre
6. Borarí	— Alter do Chão
7. Tapajós	— Santarém
8. Cumarú	— Franca
9. Pauxís	— Óbidos

76. Enquanto que no Baixo Amazonas as vozes portuguesas permaneceram, verifique a reação nativa no Médio Amazonas e Rio Negro que, posteriormente, fêz instituir ou restaurar os toponímicos indígenas de suas cidades :

1. Vila Nova da Rainha	— Parintins
2. Luséia	— Maués
3. Serpa	— Itacoatiara
4. Mariuá <i>γ</i>	— Barcelos
5. Ega	— Tefé
6. Barra	— Manaus

γ mariuá é nome indígena.

- 77.** Como e em que épocas os produtos florestais — castanhas, borracha, couros e peles, pau-rosa, madeiras, etc — substituindo as drogas do sertão, passaram a exercer função de focos de apêlo e de atração para as correntes humanas que se deslocaram para fazer a Amazônia?
- 78.** Explique porque após a abertura dos novos caminhos de povoamento e exploração, seguindo a trilha da hévea e de outras especiarias florestais, a Amazônia, que vinha tendo o seu desenvolvimento localizado na parte setentrional da bacia, passou a ter a sua vida econômica deslocada para os seus grandes afluentes e tributários meridionais?
- 79.** Interprete, à luz das conclusões acima, a decadência da região do Rio Negro e a posição excêntrica da capital do Amazonas dentro desse contexto.
- 80.** Analise, ainda, o agravamento dessa posição economicamente excêntrica, agora, em função dos grandes eixos rodoviários da BR-29 e BR-14 que colocaram Manaus no centro de uma forquilha, equidistante das rotas terrestres da integração amazônica ao resto do Brasil.
- 81.** Explique a expansão demográfica da Amazônia Ocidental, em função da rota da seringa, como força de dispersão e fragmentação da fronteira humana.
- 82.** Qual o número de imigrantes nordestinos e de outras procedências, inclusive de países estrangeiros que chegaram à Amazônia durante o "rush" da borracha?
- 83.** Analise o movimento migratório "cearense-amazônico" através do fenômeno da seca, como força de expulsão, e da borracha, como foco de apêlo e atração, através do

quadro abaixo levantado pelo autor em "O Cearense na Amazônia, no período de 1877-1900" :

Ano	Imigrantes
1877	4.610
1878	15.300
1892	13.593
1893	7.380
1894	4.443
1895	9.092
1896	9.686
1897	7.312
1898	25.872
1899	17.045
1900	45.792
TOTAL	160.125

Tente fazer um levantamento geral da imigração nordestina até hoje, para saber a participação percentual desse contingente humano no povoamento e ocupação brasileira da Amazônia.

- 84.** Qual a importância do rio e da várzea como fatores de concentração e fixação demográfica e de atração de atividades agrícolas ?
- 85.** Faça um breve estudo da juta, em função dos seguintes aspectos :
1. aumento da concentração humana no Médio e Baixo Amazonas ;
 2. melhora da renda rural ;
 3. democratização da propriedade agrícola ;
 4. desenvolvimento das capitais e cidades interiora-

19m
nas sediadas dentro de seu polo de influência (Manacapuru, Manaus, Itacoatiara, Parintins, Óbidos, Alenquer, Santarém e Belém).

86 Qual a população economicamente ativa ocupada em atividades agrícolas e qual a sua distribuição geográfica ?

87 Como balizaram as linhas de ocupação e povoamento da Amazônia os rios e lagos piscosos ?

88. Indique algumas colônias e feitorias de pesca que serviram de núcleos a povoados e vilas na região.

89 Estude a economia do peixe como força de atração e fixação das correntes humanas, especialmente nos seguintes casos

- 1 pesca de caranguejo e camarão, nos mangues e baixios litorâneos ;
- 2 pesca da tartaruga nas praias de verão ;
- 3 pesca de pirarucu nos lagos do Solimões ,
- 4 pesca de jacaré para fins industriais.

90. Segundo o Censo de 1960 existiam na Amazônia 89 933 pescadores operando 55.808 embarcações de pesca, com um rendimento médio anual de 674 kgs. per capita.

Pede-se .

- 1 Quais os principais centros pesqueiros e onde estão localizados ?
2. Quais os fatores que influem na distribuição geográfica dessa atividade ?
- 3 Por que é tão baixo o rendimento per capita anual ?

91. Afirma-se, geralmente, que os rios de água branca e os lagos de várzea são piscosos, ao contrário da pobreza ictiológica dos rios de água preta e dos lagos de terra firme. Explique porque.
92. Sternberg afirma que a potencialidade de pesca na Amazônia é de cerca de 500.000 toneladas/ano, quando atualmente a produção de pescado é apenas da ordem de 60.000 tons. anuais.
Pergunta-se
1. Haverá possibilidade de desenvolvermos a pesca até atingir essa potencialidade sem correr o risco de extinguir as espécies?
 2. Que providências de ordem científica (genética, reprodução, desova, **habitat**, mapeamento dos fundos pesqueiros) e tecnológica (motorização dos barcos, sistemas e instrumentos de captura, indústria do frio, salga e conservação, industrialização e comercialização) serão necessários para incrementar a produtividade e produção de pescado?
 3. Quais os efeitos de tal programa sobre a dieta popular e sobre o abastecimento das populações amazônicas?
93. Trace as prováveis linhas de povoamento e ocupação da Amazônia, tanto no litoral como no **hinterland**, se o peixe viesse a se constituir na base da economia amazônica
94. As áreas de campos cobertos e descobertos, e cerrados na Amazônia são estimadas em cerca de 925.000 Km² ou sejam 92.500.000 hectares situados no Litoral Amapaense, Marajó, Maranhão Ocidental, Baixo e Médio Amazonas, Vale do Rio Branco, Puciarí, Norte e Centro Goiano e Chapada e Pantanal Matogrossense.

95. Trace as quatro frentes históricas dos caminhos de boi e de currais que interessam à Amazônia :

1. Rota bandeirante do pantanal e chapadão matogrossense via Rios Paraná e Paraguai e caminhos internos e terrestres das tropas mineiras, paulistas e gaúchas de Vacaria e Sacramento.
2. Rota bandeirante do sul, e centro goiano via expansão pecuária dos rebanhos e currais baianos e mineiros do São Francisco e do norte goiano via Araguaia e Tocantins.
3. Rota pecuária do Maranhão Ocidental, partindo dos rebanhos do Ceará e do Piauí, via Rios Paranaíba, Itabecuru, Mearim e Pindaré.
4. Rota sertanista amazônica, partindo da introdução do boi na Ilha de Johannes (Marajó — princípios do Século XVIII) passando por Óbidos e Santarém até alcançar os campos do Rio Branco (Lôbo D'Almada, 1787).

96. Indique como as três primeiras frentes históricas caminham para tomar posse da Amazônia e quais os caminhos terrestres e fluviais que eventualmente percorrerão para alcançar a Amazônia Central.

Em sua análise destaque as prováveis "linhas de menor resistência e maior atração" para o caminho dos tropeiros e boiadas que, em número de 18 milhões de cabeças, rondam a Amazônia, no pantanal e chapada matogrossense e centro e norte goiano :

1. descida das vias fluviais do Madeira, Tapajós, Xingu, Araguaia e Tocantins.
2. eixos rodoviários recém-abertos da BR-29 e BR-14.

- 97.** Indique os centros de pecuária bovina na Amazônia e sua contribuição para a ocupação e povoamento da região.
- 98.** Os principais centros de garimpagem e mineração na Amazônia são os seguintes :
1. garimpagem de ouro na bacia do Oiapoque (Amapá) na bacia do Cotingo (Rio Branco) no vale do Gurupi e Alto Tapajós (Pará)
 2. garimpagem de diamantes nas zonas diamantíferas do Cotingo (Rio Branco)
Jaribe (Amapá)
Marabá (Tocantins)
 3. extração de cassiterita — Rio Machado, Jarí, Madeira (Rondônia)
 4. mineração de manganês na Serra do Navio, no Rio Amapari, afluente do Rio Araguari (Amapá)
- 99.** Estude a garimpagem e mineração como centros e focos de excitação psicológica no deslocamento e mobilidade da população interna amazônica e de atração de transumantes de outras regiões brasileiras.
- 100.** As estradas de ferro amazônicas têm desempenhado importante função pioneira de desbravamento, povoamento e exploração de recursos naturais. São em número de cinco a saber :

	TRECHOS	EXTEN- SÃO	INAUGU- RAÇÃO
1.	Estrada de Ferro Bragança (atualmente extinta)	Belém-Bragança	332 Kms 1.º Trecho— 1884
2.	Estrada de Ferro Tocantins	Tucuruí-Jatobal	117 Kms 1.º Trecho — 1908

3.	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	Porto Velho-Guajará Mirim	368 Kms	1.º Trecho— 1910
4.	Estrada de Ferro S. Luiz-Terezina	S. Luiz a Terezina	523 Kms	1.º Trecho —
5	Estrada de Ferro Amapá	Serra do Navio-Pôrto de Santana	194 Kms	1956

Extensão total da rêde ferroviária 1.534 Kms

101 Analise as diversas funções desempenhadas por essas estradas de ferro e suas finalidades .

1. Transposição de corredeiras e trechos encachoeirados (Tocantins e Madeira-Mamoré)
2. Colonização (Bragança)
3. Mineração (Amapá)

102. A rêde rodoviária federal, construída no decorrer desta década ou ainda em construção, já está desempenhando importante função na integração territorial da Amazônia ao restante do Brasil. Para enfatizar êsse aspecto de integração e articulação rodoviária relacionamos, a seguir, os trechos percorridos por essas estradas e sua extensão.

Designação	Trechos	Extensão total	Extensão construída, pavimentada ou não
		Kms	Kms
BR-14	Belém-Divisa PA/MA	483	483
	Divisa PA/MA-Divisa MA/GO	252	252
	Estreito-Araguaína	135	135
	Araguaína-Cercadinho	320	320
	Cercadinho-Gurupi	343	343
	Gurupi-Porangatú	209	209

	Porangatú-Ceres-Anápolis	402	402
	Anápolis-Goiânia-Itumbiara	257	257
	Divisa MG/SP-Entroncamento com a BR-31	80	80
	Entroncamento BR-31-Divisa MG/GO	183	183
	Divisa SP/MG-Ponte M. Lima-São José do Rio Preto	62	62
	S. José do Rio Preto-Lins	105	105
	Melo Peixoto-S. Antônio de Platina	38	38
	Santo Antônio de Platina-Ibaiti	75	75
	Ventania-Tibagí	32	32
	Tibagí-Alto do Amparo	46	46
	Alto do Amparo-União da Vitória	184	184
	Divisa SC/PR-Divisa SC/RS	123	123
	Faxima-Km 24,3	24	24
	Santa Maria-Cruz Alta-Carazinho	239	239
	Extensão	<u>3.592</u>	<u>3.592 Kms</u>
BR-22	Belém-Capanema	160	160
	Capanema-Gurupi	123	123
	Divisa MA/PI-Peritoró	193	193
	Peritoró-Caxuxa	24	24
	Caxuxa-Santa Inês	136	136
	Terezina-Divisa PI/CE	243	243
	Fortaleza-Sobral-Divisa CE/PI	372	372
	Extensão	<u>1.251</u>	<u>1.251 Kms</u>
BR-15	Macapá-Calçoene	477	477
	Clevelândia-Oiapoque	6	6
	Extensão	<u>483</u>	<u>483 Kms</u>
BR-16	Santarém-Mojú	50	50

BR-17	Manaus-Divisa AM/RR	283	57
	Divisa AM/RR-Boa Vista	475	90
		<hr/>	<hr/>
	Extensão	758	147 Kms
BR-29	Rio Branco-Divisa AC/RO	133	133
	Divisa MT/RO-Divisa RO/AC	869	869
	Vilhena-Cuiabá	829	829
		<hr/>	<hr/>
	Extensão	1.831	1.831 Kms

103. Pede-se :

1. Analise a importância dessas vias de ligação em função do transporte, circulação, povoamento, colonização, interiorização do país e abertura de novas frentes agro-pecuárias-extrativas.
2. Verifique, no relatório do exercício de 1964, que o Banco de Crédito da Amazônia, nesse ano, transportou, por via rodoviária (BR-14 e BR-29) 4.849.867 kgs. de borracha contra 18.400.465 kgs. por via marítima.

Em 1960, essa relação foi de 514.440 kgs. para 19.927.987 kgs. Procure outros exemplos para ressaltar a significação desses eixos.
3. Observe que a BR-14 e BR-29 promoveram a integração rodo-territorial do centro-sul num sistema em Y com a Amazônia Oriental e Ocidental, respectivamente, e a BR-22 está ligando o Nordeste com a Amazônia Oriental Litorânea.
4. Reflita que até agora o destino da Amazônia Central e Setentrional é integrar-se, rodoviariamente, com as nações do Caribe, via BR-17 e BR-15.
5. Quais as perspectivas da integração territorial da Amazônia Central e Setentrional, que fica no

centro e entre os extremos da forquilha rodoviária, com o centro-sul brasileiro? Verifique as alternativas do prolongamento da BR-16, partindo de Santarém, o prolongamento da BR-93 (Pôrto Velho-Manaus e a viabilidade da projetada BR-80 (Brasília-Cachimbo-Jacareacanga-Manaus-Içana).

6. Observe que a Amazônia Ocidental, ligada pela BR-29 com o centro dinâmico do país, está fadada a desempenhar importante papel na integração pan-amazônica e latino-americana, através da junção desse eixo com o da "Carreteira Central" Peruana, que partindo de Pucalpa, no Rio Ucaiale, atravessa a Cordilheira Andina, para alcançar Lima, no Pacífico; bem como com a "Carreteira da Selva" que atravessará a Amazônia Peruana na direção Norte-Sul.

104. Dê asas à sua imaginação e visualize uma Amazônia integrada :

1. rodo-territorialmente, com o resto do Brasil e do Continente.
2. fluvialmente, através da ligação da bacia hidrográfica sul-amazônica com a do Rio Paraguai, a do Araguaia-Tocantins com a do Rio Paraná, e a norte-amazônica do Rio Negro, através do Cassiquiari, com a do Rio Orinoco.
3. Qual será a capital econômica loxodrômica dessa rede amazônica de integração continental?

3.3 — População

105. Observe, no quadro abaixo, a expansão da população amazônica entre os Censos de 1872-1890-1900

	1872	1890	1900	Diferença + ou - sobre 1872
Amazonas	57 610	147 915	249.756 +	192 146
Pará	275.237	328 455	445 356 +	170 119
Total	<u>332.847</u>	<u>476.370</u>	<u>695 112 +</u>	<u>362 265</u>

106. Interprete e analise :

1. A taxa média global de crescimento da população de toda a Amazônia de 112% no período acima, ou seja, equivalente a uma taxa média aritmética, não cumulativa, de 4% ao ano.
2. O crescimento acelerado da população da Amazônia Ocidental expressa pela taxa global de 350%, equivalente a uma taxa média aritmética, não cumulativa, de 12,5% ao ano.
3. O crescimento mais lento da população da Amazônia Oriental representado pela taxa de 62% no período e de 2,2% ao ano.

107. Pergunta-se :

1. Até onde essa expansão demográfica se deve à imigração nordestina ?
2. Como a predominância da população masculina, nesse período imigratório, afetou a taxa de reprodução humana nas décadas subsequentes ?
3. Por que cresceu a população da Amazônia Ocidental mais rapidamente que o restante da área ?

- Qual seria a população atual da Amazônia se tivesse continuado essa explosão demográfica verificada no último quartel do século XIX?

Compare :

- O quadro anterior, com os dados relativos ao período de 1920-1940 constantes no quesito seguinte.

- 108.** Observe no quadro abaixo, a expansão e a contração demográfica amazônica, nas décadas dos anos 20 e 40.

	Censo 1-9-1920	Censo 1-9-40		Diferença + ou - sobre 1920
Acre	92.379	79.768		12.611
Amazonas	363.166	438.008	+	74.842
Pará	983.507	944.744	-	38.763
Total	1.439.052	1.462.520	+	23.468

- 109.** Dê as razões :

- Da diminuição da população do Acre, de 12.611 habitantes e no Pará de 38.763 habitantes.
- Do relativo aumento de 74.842 pessoas no Amazonas.
- Da taxa de 1,6% do crescimento populacional durante todo o período de 20 anos (1920-1940) ou sejam 0,08% ao ano.

- 110.** Pergunta-se .

- Haverá correlação entre o colapso da economia da borracha silvestre e a estagnação demográfica no período?

2. Para onde foi a parcela da população que fugiu do Acre e do Pará no período ?

111. Compare :

1. A taxa aritmética anual de incremento demográfico de 0,8% ao ano nas décadas de 1920-1940 com a taxa anual.
2. Se a taxa atual de 3,5% ao ano prevalecesse durante o período acima, qual seria a população amazônica atual ?

112. Analise :

1. A regressão da fronteira humana durante o colapso da borracha e a sua provável fixação na calha central do Rio Solimões, Médio e Baixo Amazonas.
2. O êxodo da população dos altos rios e seringais e o crescimento demográfico posterior nos grandes centros urbanos de Manaus e Belém.

113. A partir de 1940 a evolução demográfica da Amazônia se processou conforme quadro abaixo :

	1. 9. 1940	1. 7. 1950	1. 9. 1960		Diferença + ou - sobre 1940
Pará	944.744	1.123.273	1.550.935	+	606.191
Amapá	—	37.477	68.889	+	68.889
Amazonas	438.008	514.099	721.215	+	283.207
Acre	79.768	114.755	160.208	+	80.440
Rondônia	—	36.935	70.783	+	70.783
Roraima	—	18.116	29.489	+	29.489
Totais	1.462.520	1.844.655	2.601.519	+	1.138.999

114. Observe no quadro acima :

1. A expansão demográfica, no período 1940-1960, da ordem de 78%, ou seja, a uma taxa média

aritmética, não cumulativa, de 3,9% ao ano, para toda a região amazônica.

2. A continuação da tendência de aumento mais que proporcional, em relação ao resto da Amazônia clássica, da população localizada na Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia), que no período em exame, passou de 517.776 para 952.206, ou seja, cresceu a uma taxa de 84%, equivalente a 4,2% ao ano.
3. Dentro da Amazônia Ocidental a taxa recorde do Acre que acusa um ganho demográfico de um pouco mais de 100%, ou seja 5% ao ano, recuperando assim as perdas sofridas nas décadas 1920/1940.
4. A insignificante densidade demográfica da Amazônia Setentrional que constitui o grande vazio humano na região.
5. O crescimento relativo menor da população da Amazônia Oriental (Pará e Amapá) que no período acima passou de 944.744 para 1.619.824 habitantes, crescendo assim a uma taxa de 72% no período ou seja, a uma taxa aritmética, não cumulativa, de 3,6% ao ano.

Construa :

1. Com os dados acima construa a taxa logarítmica cumulativa de crescimento anual na região e nas diversas unidades.

115. Pergunta-se :

1. Como explicar o crescimento da população amazônica, acima da média brasileira, nesse período ?

2. Na sua resposta ao quesito acima enfatize os seguintes fatores :
- a) melhora do estado sanitário da população devido às campanhas de erradicação da malária, a descoberta e uso de antibióticos e combate a outras doenças, responsáveis pela queda dos índices de morbidade.
 - b) queda dos índices de mortalidade e consequente aumento das taxas de expectativa de vida da população.
 - c) aumento das taxas de natalidade e queda nas de morti-natalidade.
 - d) melhora dos níveis de renda da população no interior, em função dos preços dos produtos florestais.
 - e) abertura da extensa frente agrícola da juta na calha central e de outras oportunidades para o homem do interior
 - f) abertura de novas frentes de trabalho no setor da mineração em Amapá (manganês) e Rondônia (cassiterita).
 - g) expansão do emprego no setor terciário (serviços) nas capitais amazônicas e início do processo de industrialização.
 - h) equilíbrio estatístico entre a população masculina e feminina, resultante do menor fluxo imigrante no período.
 - i) abertura dos eixos rodoviários da BR-14 e BR-29.
 - j) política governamental de desenvolvimento na área (SPVEA e governos estaduais).

116. Tanto o geógrafo, como o economista e o sociólogo, estudiosos da área, têm por obrigação familiarizar-se com as vozes amazônicas de seus rios, municípios e cidades. No

caso amazônico, o hábito tradicional de limitar a Amazônia à parte histórica das três unidades políticas (Pará, Amazonas e Acre) e três territórios federais (Amapá, Roraima e Rondônia) concorreu para deformar a verdadeira imagem continental da Amazônia Brasileira. Para corrigir êsse unilateralismo é importante pensar em termos mais amplos, incluindo sempre, no juízo conceitual e no raciocínio analítico, a parte amazônica maranhense, goiana e matogrossense. Com êste objetivo, mesmo correndo o risco de repetição, relacionamos todos os 454 municípios amazônicos, existentes em 1 960, por unidades e zonas fisiográficas agora com a respectiva população urbana e rural, conforme dados apurados pelo Censo de 1 960 .

	Total	População Urbana	População Rural
1. RONDÔNIA	70.783	30.842	39.941
Zona do Alto Madeira			
Guajará-Mirim	19 734	8 018	11 716
Pôrto Velho	51 049	22.824	28 225
2. ACRE	160.199	33.989	126 210
Zona do Alto Purus			
Brasiléia	10 535	1 852	8 683
Rio Branco	47.882	18 147	29.735
Sena Madureira	22.486	2.196	20 290
Xapurí	13 382	2 000	11.382
Zona do Alto Juruá			
Cruzeiro do Sul	31.639	5.766	25 873
Feijó	14.091	1 628	12.463
Tarauacá	20 184	2.400	17.784
3. AMAZONAS	721 215	239 659	481.556
Zona do Médio Amazonas			
Barreirinha	10 632	1 454	9.178
Itacoatiara	25.899	9.013	16.886
Itapiranga	2.247	477	1 770
Maués	20.021	4.161	15 860
Nhamundá	10.184	287	9 897

Nova Olinda do Norte	8.868	2.701	6.167
Parintins	28.080	9.068	19.012
Silves	3.329	537	2.792
Urucará	5.151	1.203	3.948
Urucurituba	9.098	520	8.578

Zona do Rio Negro

Airão	5.021	266	4.755
Barcelos	12.250	1.626	10.624
Careiro	33.585	212	33.373
Ilha Grande	4.111	675	3.436
Manaus	175.343	154.040	21.303
Waupés	13.709	1.381	12.328

Zona do Solimões — Tefé

Anorí	9.021	3.984	5.037
Coarf	23.376	5.908	17.468
Codajás	9.811	1.505	8.306
Japurá	3.011	70	2.941
Manacapuru	41.981	5.053	36.928
Maraã	7.206	717	6.489
Tefé	15.830	5.308	10.522

Zona do Rio Purus

Bôca do Acre	18.356	3.337	15.019
Canutama	6.651	977	5.674
Lábrea	16.556	2.173	14.383
Pauini	10.284	469	9.815
Tapauá	8.024	271	7.753

Zona do Rio Juruá

Carauarí	14.180	1.345	12.835
Eirunepé	9.008	3.023	5.985
Envira	11.046	24	11.022
Ipixuna	10.192	311	9.881
Juruá	7.732	186	7.546

Zona do Solimões — Javari

Atalaia do Norte	5.100	530	4.570
Benjamin Constant	11.209	3.224	7.985
Fonte Boa	14.743	1.154	13.589
Jutai	1.496	60	1.436
Sto. Antonio do Içá	8.412	1.346	7.066
S. Paulo de Olivença	16.135	2.399	13.736

Zona do Rio Madeira

Autazes	14.458	1.912	12.546
Borba	19.819	1.963	17.856

	Humaitá	14.721	1.192	13.529
	Manicoré	18.969	2.268	16.701
	Novo Aripuanã	6.360	1.329	5.031
4.	RORAIMA	29.489	12.717	16.772
	Zona do Alto Rio Branco			
	Bôa Vista	26.168	11.785	14.383
	Zona de Catrimani			
	Caracará	3.321	932	2.389
5.	PARA'	1.535.738	630.013	905.725
	Zona de Marajó e Ilhas			
	Anajás	8.906	182	8.724
	Breves	32.613	2.710	29.903
	Cachoeira do Ararí	9.705	2.532	7.173
	Chaves	16.978	478	16.500
	Currálinho	8.754	849	7.905
	Gurupá	13.962	1.031	12.931
	Muaná	12.775	810	11.965
	Ponta de Pedras	15.757	2.344	13.413
	São Sebastião da Bôa Vista	9.112	922	8.190
	Soure	20.700	9.154	11.546
	Zona do Salgado			
	Curuçá	20.366	5.549	14.817
	Maracanã	19.110	5.029	14.081
	Marapanim	20.381	6.094	14.287
	Salinópolis	18.505	5.873	12.632
	São Caetano de Odivelas	11.425	2.919	8.506
	Vigia	28.920	9.587	19.333
	Zona Bragantina			
	Ananindeua	20.478	3.381	17.097
	Anhangá	7.478	1.362	6.116
	Belém	402.170	380.667	21.503
	Bragança	69.005	17.920	51.085
	Capanema	36.109	14.617	21.492
	Castanhal	21.618	10.224	11.394
	Igarapé-Açu	21.315	5.176	16.139
	Inhangapi	5.879	244	5.635
	Nova Timboteua	17.630	3.235	14.395
	Santa Isabel do Pará	14.880	4.857	10.023
	Zona Guajarina			
	Abaetetuba	45.080	11.703	33.377
	Acará	18.664	1.739	16.925

Barcarena	14.795	551	14.244
Bujarú	13.473	1.010	12.463
Capim	16.008	428	15.580
Guamá	23.082	3.586	19.496
Igarapé-Mirim	24.875	3.706	21.169
Irituía	20.038	853	19.185
Mojú	15.150	636	14.514
Ourém	35.299	2.132	33.167
Tomé-Açu	7.808	1.130	6.678
Zona Tocantina			
Baião	7.784	2.548	5.236
Cametá	56.250	7.863	48.387
Mocajuba	7.767	1.391	6.376
Tucuruí	5.788	3.558	2.230
Zona do Jacundá — Pacajá			
Araticu	10.544	627	9.917
Portel	16.083	2.002	14.081
Zona do Gurupí			
Viseu	27.975	6.060	21.915
Zona do Baixo Amazonas			
Alenquer	28.549	7.724	20.825
Almerim	7.379	2.426	4.953
Faro	7.162	2.472	4.690
Juruti	16.110	1.868	14.242
Monte Alegre	19.033	3.911	15.122
Óbidos	20.593	5.901	14.692
Oriximiná	15.152	3.974	11.178
Pôrto de Móz	6.859	971	5.888
Prainha	8.725	865	7.860
Santarém	93.151	32.615	60.536
Zona de Itacaiunas			
Itupiranga	4.365	1.556	2.809
Marabá	20.332	8.963	11.369
Zona do Rio Xingu			
Altamira	12.090	3.118	8.972
Zona do Planalto			
Conceição do Araguaia	11.451	2.887	8.564
Zona do Tapajós			
Itaituba	13.793	1.493	12.300

6.	AMAPA'	68 889	35 390	33 499
	Zona do Mazagão			
	Mazagão	7.658	1.485	6.173
	Zona do Amapá — Macapá			
	Amapá	8.004	2.180	5.824
	Calçoene	2 353	953	1 400
	Macapá	46.905	28.845	18.060
	Zona do Oiapoque			
	Oiapoque	3 969	1.927	2.042
7	MARANHÃO	2.083 232	397.090	1.686.142
	Zona do Litoral Norte			
	Alcântara	16.177	1 830	14 347
	Bequimão	13.272	958	12.314
	Cururupu	46.904	4.822	42.082
	Guimarães	29.110	3.013	26 097
	Ribamar	21.119	7.616	13 503
	São Luiz	159.628	139.075	20 553
	Zona da Baixada			
	Anajatuba	18.892	2.005	16.887
	Cajapió	9.756	2.181	7.575
	Cajari	11.030	1.431	9 599
	Matinha	13.456	1.971	11.485
	Penalva	18.743	5.339	13.404
	Peri-Mirim	12.749	1.883	10.866
	Pinheiro	49.013	6.634	42.379
	Rosário	31.825	6 999	24 826
	Santa Helena	9.977	1 025	8.952
	São Bento	36.304	7.094	29.210
	S. João Batista	20 356	1.974	18 382
	S. Vicente Ferrer	13.350	1.095	12.255
	Viana	31.429	5.385	26.044
	Zona do Baixo Mearim			
	Arari	16.340	4.429	11.911
	Bacabal	108.509	15.531	92.978
	Ipixuna	54.928	2.256	52.672
	Lago da Pedra	35.172	1.723	33 449
	Pedreiras	99.459	13.934	85.525
	Pio XII	36.926	2.118	34.808
	Vitória do Mearim	28.081	1.782	26.299
	Vitorino Freire	79.106	4.823	74.283

Zona do Gurupi

Cândido Mendes	10.329	3.601	6.728
Carutapera	13.320	4.538	8.782
Turiaçu	17.658	1.826	15.832

Zona do Pindaré

Monção	36.479	1.132	35.347
Pindaré-Mirim	84.863	8.952	75.911

Zona do Tocantins

Imperatriz	39.331	9.004	30.327
Montes Altos	8.731	682	8.049

Zona do Litoral Nordeste

Axixá	12.872	844	12.028
Icatu	14.691	1.967	12.724
Morros	14.639	1.887	12.752

Zona do Itapecuru

Buriti Bravo	12.215	2.459	9.756
Cantanhede	14.121	1.707	12.414
Caxias	129.271	19.092	110.179
Codó	71.781	11.468	60.313
Colinas	25.633	2.972	22.661
Coroatá	64.865	8.342	56.323
Dom Pedro	19.810	2.822	16.988
Gonçalves Dias	14.265	2.499	11.766
Itapecuru-Mirim	32.920	3.385	29.535
Pirapemas	11.124	2.689	8.435
S. Domingos do Maranhão	27.573	3.966	23.607
Timbiras	17.650	1.462	16.188
Vargem Grande	35.114	2.843	32.271

Zona de Carolina

Carolina	27.223	9.882	17.341
Pôrto Franco	11.936	1.750	10.186

Zona do Alto Parnaíba

Alta Parnaíba	11.749	1.411	10.338
Balsas	16.845	4.690	12.155
Benedito Leite	8.917	345	8.572
Loreto	12.273	980	11.293
Nova Iorque	4.346	797	3.549
Paraibano	8.550	1.818	6.732
Pastos Bons	11.419	1.606	9.813
Riachão	22.222	2.237	19.985
Sambaíba	5.320	533	4.787
São Raimundo das Mangabeiras	10.826	1.736	9.090

Zona do Alto Mearim

Amarante do Maranhão	9.373	1.662	7.711
Barra do Corda	45.490	5.034	40.456
Esperantinópolis	21.355	1.215	20.140
Grajaú	25.668	3.379	22.289
Mirador	21.703	1.386	20.317
Presidente Dutra	29.901	3.349	26.552
Tuntum	27.250	4.215	23.035

8 MATO GROSSO 286.393 108.979 177.414

Zona de Aripuanã

Aripuanã	5.139	178	4.961
----------	-------	-----	-------

Zona da Chapada

Acorizal	5.944	1.598	4.346
Alto Paraguai	8.173	2.933	5.240
Barra dos Garças	15.151	3.184	11.967
Chapada dos Guimarães	11.061	1.068	9.993
Cuiabá	57.860	45.875	11.985
Diamantino	4.148	839	3.309
Jaciara	5.664	1.292	4.372
Nortelândia	4.067	3.134	933
Rosário Oeste	27.365	3.656	23.709

Zona do Poxoreu Leste

Guiratinga	10.573	5.169	5.404
Mutum	9.315	3.761	5.554
Poxoreu	16.968	4.692	12.276
Tesouro	6.463	3.053	3.410
Torixoreu	5.381	716	4.665

Zona da Encosta Norte

Arenópolis	5.159	1.500	3.659
Barra do Bugres	4.332	911	3.421
Mato Grosso	2.760	520	2.240

Zona da Baixada Norte

Cáceres	28.078	8.785	19.293
Nossa Senhora do Livramento	14.186	1.141	13.045
Poconé	14.649	5.386	9.263
Santo Antônio do Leverger	12.913	2.513	10.400
Várzea Grande	11.044	7.075	3.969

9 GOIÁS 392.164 67.304 324.860

Zona do Araguaia — Tocantins

Araguatins	14.983	2.131	12.852
------------	--------	-------	--------

Itaguatins	16.156	1.596	14.560
Xambioá	4.769	2.426	2.343
Zona do Norte Goiano (Norte)			
Araguacema	18.273	3.566	14.707
Araguaiana	10.826	2.382	8.444
Babaçulândia	11.568	1.725	9.843
Brejinho de Nazaré	4.382	550	3.832
Cristalândia	11.217	2.345	8.872
Filadélfia	11.709	1.303	10.406
Gurupi	11.982	4.148	7.834
Itacajá	10.886	910	9.976
Lizarda	7.649	320	7.329
Miracema do Norte	15.376	3.270	12.106
Nazaré	10.101	1.186	8.915
Nôvo Acôrdo	4.648	680	3.968
Pedro Afonso	10.033	3.175	6.858
Piacá	13.721	908	12.813
Pium	7.954	1.166	6.788
Ponte Alta do Norte	6.074	567	5.507
Pôrto Nacional	23.005	5.360	17.645
Tocantinópolis	18.012	4.927	13.085
Tupirama	8.447	732	7.715
Tupiratins	4.173	955	3.218
Zona do Planalto			
Cavalcante	6.492	991	5.501
Zona do Paraná			
Almas	4.880	623	4.257
Arraias	8.590	1.446	7.144
Campos Belos	4.303	1.210	3.093
Dianópolis	9.680	2.613	7.067
Galheiros	2.931	809	2.122
Monte Alegre de Goiás	4.275	678	3.597
Natividade	11.214	1.666	9.548
Paraná	8.949	970	7.979
Ponte Alta do Bom Jesus	3.909	469	3.440
Taguatinga	9.934	2.050	7.884
Zona do Alto Tocantins			
Amaro Leite	16.636	406	16.230
Araguaçu	5.240	486	4.754
Peixe	12.543	822	11.721
Porangatu	19.408	3.862	15.546
São Miguel do Araraguaia	7.236	1.875	5.361

117. Do ponto de vista geo-econômico-social, no entanto, o zoneamento fisiográfico estabelecido pelo Conselho Nacional de Geografia não expressa inteiramente a realidade nem ressalta a dimensão continental da Amazônia. Por isto, propusemos uma nova divisão que compreende oito grandes regiões amazônicas, levando em consideração, além dos fatores geográficos e políticos, um critério complementar geo-econômico de localização de sua população ao longo do eixo central do Rio Amazonas, e de sua interiorização ao norte, sul, leste e oeste da Bacia. Assim, a população brasileira, recenseada em 1960, habitante do condomínio amazônico ficaria distribuída :

REGIÃO AMAZÔNICA	ZONA FISIOGRÁFICA	ÁREA ABSOLUTA (Km²)	POPULAÇÃO ABSOLUTA
I — AMAZÔNIA ORIENTAL e LITORÂNEA	Mazagão	45.454	7.658
	Amapá-Macapá	68.702	57.262
	Oiapoque	24.912	3.969
	Marajó e Ilhas	59.204	164.009
	Salgado	5.549	118.707
	Bragantina (Belém)	11.951	616.562
	Guajarina	86.741	234.172
	Gurupi Paraense	17.275	27.975
	Litoral Norte (S. Luiz)	8.453	286.210
	Baixada	15.829	280.880
	Baixo Mearim	17.977	458.531
	Gurupi Maranhense	27.403	41.307
	Pindaré	27.229	121.342
	Litoral Nordeste	4.115	42.202
	Itapecuru	34.543	475.441
	Alto Parnaíba	55.175	112.467
	Alto Mearim	56.737	180.740
	TOTAL:	567.249	3.229.434
II — AMAZÔNIA CENTRAL	Baixo Amazonas	384.638	222.713
	Médio Amazonas, inclusive Manaus e Careiro	162.014	332.387
	Solimões-Tefé, exclusive Maraã e Japurá	179.961	100.019
	TOTAL:	726.613	655.119

III — AMAZÔNIA SETENTRIONAL

Rio Negro, exclusive		
Manaus e Careiro	237.389	35.091
Alto Rio Branco	96.501	26.168
Catrimâni	133.603	3.321
Maraã-Japurá	74.754	10.217
Urubú-Uatumã	—	—
Nhamundá-Trombetas	—	—
Curuá-Maicuru	—	—
Paru-Jari	—	—
TOTAL:	542.247	74.797

IV — AMAZÔNIA MERIDIONAL

Juruá	132.337	52.158
Purus	222.216	59.871
Madeira	234.995	74.327
Alto Madeira	243.044	70.783
Tapajós	186.966	13.793
Xingu	279.071	12.090
Itacaiúnas	74.629	24.697
Jacundá-Pacajá	65.261	26.627
Tocantina	14.069	77.589
Tocantins Maranhense	18.736	48.062
Carolina	14.349	39.159
Araguaia-Tocantins	12.211	35.908
Aripuanã	142.222	5.139
TOTAL:	1.640.106	540.203

V — AMAZÔNIA DO PLANALTO

Conceição do Araguaia	42.176	11.451
Alto Tocantins Goiano	45.962	61.063
Norte Goiano	193.016	220.036
Planalto	9.486	6.492
Paraná	55.451	68.665
Chapada (Cuiabá)	515.154	139.433
Poxoréu	28.243	48.700
Encosta Norte	79.297	12.251
Baixada Norte	76.460	80.870
TOTAL:	1.045.245	648.961

**VI — AMAZÔNIA
OCIDENTAL**

Alto Purus Acreano	79.546	94.285
Alto Juruá Acreano	73.043	65.923
Solimões-Javari	215.312	57.095
TOTAL:	<u>367.901</u>	<u>217.303</u>

**VII — AMAZÔNIA
GUIANO-
ORINOCENSE**

Alto Orinoco e Alto Rio Negro (Venezuela)	<u>175.749</u>	<u>11.757</u>
---	----------------	---------------

**VIII — AMAZÔNIA
PRE'-ANDINA**

Pando	63.827	19.804
Beni	213.563	135.518
Santa Cruz	370.621	286.145
Loreto	478.336	331.177
Madre de Dios	78.401	14.828
San Martin	53.063	162.602
Napo/Pastaza	86.187	34.200
Morona/Santiago	47.547	27.800
Marañon/Letícia	124.340	8.420
Putumaio	26.485	37.350
Vaupés	152.449	10.100
Vichada	102.988	14.830
Caquetá	106.324	67.430
Meta	85.218	79.260
Arauca	25.830	14.600
TOTAL	<u>2.015.179</u>	<u>1.244.064</u>

118. A seguir resumimos o quadro geral da Amazônia Brasileira, com a indicação da área e população absoluta e relativa.

REGIÃO	ÁREA		POPULAÇÃO 1960		
	Absoluta Km ²	Relativa % em relação ao total	Absoluta	Relativa	
				% em relação ao total	Den- sida- de Hab/ Km ²
I — AMAZÔNIA ORIENTAL	567.249	11,6	3.229.434	60,2	5,7
II — AMAZÔNIA CENTRAL	726.616	14,9	655.110	12,2	0,9
III — AMAZÔNIA SETENTRIONAL	542.247	11,1	74.797	1,4	0,1
IV — AMAZÔNIA MERIDIONAL	1.640.106	33,5	540.203	10,1	0,3
V — AMAZÔNIA DO PLANALTO	1.045.245	21,4	648.961	12,1	0,6
VI — AMAZÔNIA OCIDENTAL	367.901	7,5	217.303	4,0	0,6
TOTAIS:	4.989.364	100,0	5.365.808	100,0	1,4

119. Observe no quadro acima :

1. A alta concentração demográfica na Amazônia Oriental : com 11,5% da área possui 60,2% de sua população com uma densidade de 5,7 hab/Km². Para isso concorre, além das vantagens locais

do delta-estuário, a fronteira humana nordestina que avança para a Amazônia através dos vales úmidos do Mearim e Pindaré.

2. A menor concentração populacional da Amazônia Central : com 14,9% da área possui 12,2% de sua população, com uma densidade de 0,9% hab/Km². A calha central exerce aqui, importante função de nucleamento humano.
3. À medida que se caminha do sul da bacia para o planalto, aumenta a densidade demográfica. É que, como zona de transição entre o sul e a Amazônia Clássica, a região amazônica do planalto já está absorvendo e atraindo a fronteira humana que se desenvolve no centro-sul do país.
4. A Amazônia Setentrional constitui o grande inecúmeno amazônico, pois detendo 11,1% da área total possui apenas 1,4% de sua população com uma densidade de 0,14 hab/Km². Para tanto, concorrem fatores históricos que determinaram o abandono dos afluentes setentrionais, inclusive a mudança da sede da Capitania de São José do Rio Negro, de Barcelos para Manaus (que a rigor em nossa análise pertence à região geo-econômica do Médio Amazonas); o deslocamento do centro econômico para o eixo sul em função da seringa ; e as fronteiras mortas dos países vizinhos isolados pela Cordilheira Andina ou pelos obstáculos da região montanhosa do sistema Parimo-Guiano.

120. Construa com os dados abaixo, do Censo de 1950, a pirâmide etária da população am

UNIDADES DA FEDERAÇÃO

GRUPOS DE IDADE (Anos completos)

	0—4	5—9	10—14	15—19	20—24	25—29	30—39	40—49	50—59	60
RONDÔNIA — Homens Mulheres	3.068 2.975	2.127 2.083	1.787 1.760	1.720 1.837	2.499 1.856	2.627 1.587	3.587 1.956	1.658 1.039	985 509	
ACRE — Homens Mulheres	10.908 10.612	8.135 7.991	7.280 6.630	5.605 5.614	6.042 5.402	5.622 3.910	7.869 5.863	4.374 3.117	3.519 1.598	2
AMAZONAS — Homens Mulheres	45.479 44.179	37.439 35.312	33.025 31.931	27.527 29.075	24.841 25.424	21.793 20.230	32.220 28.792	20.139 18.142	11.203 9.069	6 4
RORAIMA — Homens Mulheres	1.729 1.745	1.208 1.149	1.051 1.021	851 886	1.052 1.000	1.096 809	1.334 957	733 502	344 227	
PARA' — Homens Mulheres	93.066 90.148	81.573 77.841	69.030 66.566	58.473 60.741	52.034 55.088	43.168 43.030	68.595 67.148	48.099 46.592	26.772 26.539	14 15
AMAPA' — Homens Mulheres	3.157 3.251	2.748 2.379	2.379 2.196	2.087 2.048	2.038 1.816	1.728 1.460	2.510 2.188	1.599 1.273	817 715	
TOTAL (Homens e Mulheres por grupo e idade)	310.317	259.985	224.656	196.464	179.142	147.060	223.019	147.267	82.297	47

do Censo de 1950, a pirâmide etária da população amazônica (Amazônia Clássica).

GRUPOS DE IDADE (Anos completos)

	20—24	25—29	30—39	40—49	50—59	60—69	70—79	80 e mais	Ignorada	TOTAL
-19										
720 837	2.499 1.856	2.627 1.587	3.587 1.956	1.658 1.039	985 509	608 229	112 49	35 19	103 120	20.916 16.019
605 614	6.042 5.402	5.622 3.910	7.869 5.863	4.374 3.117	3.519 1.598	2.547 940	502 301	107 78	102 87	62.612 52.143
527 075	24.841 25.424	21.793 20.230	32.220 28.792	20.139 18.142	11.203 9.069	6.801 4.983	1.886 1.703	515 650	848 893	263.716 250.383
851 886	1.052 1.000	1.096 809	1.334 957	733 502	344 227	178 99	44 46	14 10	10 21	9.644 8.472
473 741	52.034 55.088	43.168 43.030	68.595 67.148	48.099 46.592	26.772 26.539	14.830 15.576	4.318 5.971	1.446 2.810	1.672 2.143	563.076 560.193
087 048	2.038 1.816	1.728 1.460	2.510 2.188	1.599 1.273	817 715	390 337	99 91	47 48	54 42	19.703 17.844
464	179.142	147.060	223.019	147.267	82.297	47.518	15.122	5.779	6.095	1.844.655

121. Observe, ao construir a sua pirâmide etária, que :

1. A população amazônica jovem de 0-19 anos representa quase 53% do total da população. Qual o ônus que essa ampla população jovem, gráficamente representada pela base larga da pirâmide etária, exerce sobre o restante da população economicamente ativa? Como pressiona essa faixa etária os investimentos sociais para educação e higiene?
2. Continua a predominância de homens sobre mulheres resultante do passado histórico de imigração masculina. Verifique que esse deficit se acentua a partir da faixa etária de 40 anos: Por que?
3. A população em processo de envelhecimento, a partir da faixa de 60 anos, está representada no ângulo obtuso do topo da pirâmide por 68.519 pessoas, ou sejam 3,7% do total. Daí se conclui que a taxa da expectativa de vida na Amazônia é bastante baixa. Qual será a média de esperança de vida ao nascer do homem amazônico?
4. A população em idade escolar de 5 a 19 anos, nesse ano de 1950, era de 484.641 pessoas ou sejam 26% do total. Qual o investimento em escolas, necessário para alfabetizar e instruir essa população infantil? Compare esses dados com os que estão sendo levantados pelo Censo Escolar de 1964, em processo de tabulação.
5. A população adulta, de 20 a 59 anos, que de um modo geral, representa o grosso da população economicamente ativa, era de 778.715 pessoas, ou sejam 42% do total. Se descontarmos uma grande parcela da população feminina que traba-

Iha em afazeres domésticos, poderemos avaliar que na Amazônia, a população engajada na produção é de cêrca de 30% do total. Correlacione êsse dado com o subdesenvolvimento e a pobreza.

- 122.** Logo que forem publicados os dados do Censo de 1960, relativos à distribuição etária, construa uma nova pirâmide e compare-a com a levantada pelo quadro anterior.

123 A população amazônica, economicamente ativa acima de 10 anos e mais, revelada pelo Censo

PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS

TOTAL

SEGUNDO OS RAMOS DE ATIV

	Agricultura, Pecuária e Silvicultura	Indústrias Extrativas	Indústria de transformação	Comércio de mercadorias	Com. de imóveis: valores mobiliários, crédito, segs. e capitalização	Prestação de serviços	Transportes, Comunicação e Armazenagem	
RONDÔNIA	26 682	6 632	6 567	664	624	42	1.044	1.53
ACRE	77.049	8 383	23.382	1 506	1 108	28	1.742	66
AMAZONAS	351.690	58 485	57 750	9.018	8 785	419	8.314	6 00
RORAIMA	12.285	3.311	1.006	325	185	5	376	16
PARA	780 645	165.605	71 174	23 888	22 779	897	27.140	18.24
AMAPÁ	25 942	3.947	3.098	1 370	558	6	1 013	62
TOTAL.	1.274 293	242 363	162 977	36 771	34 039	1 397	39 629	27 23

pelo Censo de 1950, estava distribuída pelos seguintes setores, conforme quadro abaixo:

DE 10 ANOS E MAIS

ANOS DE ATIVIDADE

Transportes, Comunicações e Armaze- nagem	Profissões Liberais	Atividades Sociais	Administra- ção pública, legislativo e justiça	Defesa nacional e segurança pública	Atividades domésticas não remun- radas e ativi- dades escola- res discentes	Atividades não com- preendidas nos demais ramos	Condições Inativas
1 536	27	316	343	416	10 406	138	1.927
668	39	787	690	532	33.481	34	4.669
6 000	371	3.434	2.762	1 200	161 509	271	33 372
160	7	201	262	108	5 521	7	811
18 247	884	9 551	5 369	5 954	374.029	723	54 405
627	5	721	462	329	12 389	31	1.386
27.238	1 333	15 010	9 888	8.539	597 335	1.204	96.570

124. Com os dados anteriores podemos construir uma nova tabela, mais simplificada, da distribuição da população ativa da Amazônia Clássica, em 1950, pelos setores primário, secundário e terciário da economia (classificação de Colin Clark), a saber :

SETORES ECONÔMICOS	PESSOAS OCUPADAS	PESSOAS COM ATIVIDADES NÃO REMUNERADAS OU DE-SOCUPADAS	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO
Setor Primário	405.340		22,0
Setor Secundário	36.831		2,0
Setor Terciário	138.277		7,4
Atividades domésticas não remuneradas e escolares discentes		597.335	32,4
Condições Inativas		96.570	5,3
Menores de 10 anos		570.302	30,9
TOTAIS	580.448	1.264.207	100%

125. Observe o quadro acima e analise a estrutura do mercado de emprêgo da mão-de-obra :

1. A população com atividades não remuneradas, os inativos e os menores de 10 anos, representam cêrca de 68% da população total.
2. A população com atividades remuneradas representa apenas 32% da população total, sendo que predomina no setor primário com 22% e no terciário com 7,4% do total da população absoluta.
3. Considerando apenas a população empregada, com remuneração (580.448), o setor primário é responsável pela ocupação de 70%, o secundário pelo emprêgo de 6% e o terciário pelo trabalho de 24% da população.

4. Explique os motivos de hipertrofia do setor terciário em função do processo de urbanização, burocratização, clientelismo político, atividades intermediaristas, e expansão dos serviços de um modo geral.

126. A população em condições inativas está representada pela taxa de 5%, enquanto que para o Brasil inteiro, nesse ano, a taxa média geral era de 8%.

Pede-se :

1. Estudar o problema do sub-emprêgo na região amazônica, ressaltando que o fenômeno é mais típico das cidades e vilas do que do interior onde existe manifesta escassez de mão-de-obra.
2. Dimensionar o volume de investimentos necessários para criação de 100.000 novos emprêgos a quanto deve montar o deficit amazônico de ocupação.
3. Calcular o número de emprêgos adicionais que precisam ser criados, cada ano, a fim de atender à oferta de mão-de-obra desempregada, sub-empregada ou em regime de emprêgo disfarçado disponível em consequência do ingresso no mercado de trabalho do grande contingente de população jovem da região amazônica.
4. Relatar as providências, incentivos, estímulos de caráter estrutural e conjuntural, que deveriam ser tomadas para a formulação de uma política de pleno-emprêgo na Amazônia.
5. Comparar os dados acima, de 1950, com os do Censo de 1960, logo que êstes forem publicados.

127 A seguir, apresentamos o resumo do quadro de população urbana e rural da Amazônia, pelo Censo de 1960 :

	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO RURAL	%	TOTAL
RONDÔNIA	30.842	43,4	39.941	56,6	70.783
ACRE	33.998	21,3	126.210	78,7	160.208
AMAZONAS	239.659	33,1	481.556	66,9	721.215
RORAIMA	12.717	43,3	16.772	56,7	29.489
PARÁ	630.672	40,1	920.263	59,9	1 550.935
AMAPÁ	35.390	51,2	33.499	48,8	68.889
Sub-Total Amazônia Clássica	983.278	37,2	1.618.241	62,8	2.601.519
MARANHÃO AMAZÔNICO	397.090	19,1	1.686.142	80,9	2.083.232
MATO-GROSSO AMAZÔNICO	108.979	38,1	177.414	61,9	286.393
GOIÁS AMAZÔNICO	67.304	17,2	324.860	2,8	392.164
Sub-Total MA/MG/GO	573.373	20,8	2.188.416	79,2	2.761.789
GRANDE TOTAL DA AMAZÔNIA	1.556.651	29,0	3.806.657	71,0	5 363.308

128. Pede-se .

- 1 Notar a elevada urbanização de Rondônia, Roraima, Amapá e Pará, e, em menor escala, do Amazonas e Mato Grosso. Aproveite para estudar a influência das cidades de Pôrto Velho, Boa Vista, Macapá, Belém, Manaus e Cuiabá, como centros de atração das populações interioranas. Será essa alta taxa de urbanização decorrente do processo de desenvolvimento industrial, ou será consequência

da falta de condições de vida e oportunidades no interior ?

2. Observar que os índices de ruralização são bem maiores no Acre, Goiás e no Maranhão, em torno de 80%. Estude melhor o caso da população amazônica-goiana e matogrossense que, estando na zona de transição, dentro da fronteira morta do planalto e da chapada, recolhe apenas contingentes humanos residuais das áreas vizinhas de baixa densidade. No caso matogrossense, em particular, a posição urbana mais elevada deve-se à posição de Cuiabá, incluída na faixa amazônica (o que não ocorre com Goiânia), e que serve de centro de atração para a população que vive ao norte do pantanal e da bacia paraguaia, a despeito de sofrer forte concorrência de Campo Grande — a capital do sul matogrossense.
3. Verificar no caso maranhense que a enorme população rural (81%) é mais produto da pressão demográfica nordestina e do baixo padrão de vida dessa região. Essa população está destinada a desempenhar importante papel histórico na ocupação futura da Amazônia, pois constitui uma densa fronteira humana que caminha para esta, através dos vales do Pindaré e do Mearim.
4. Fazer a comparação dos dados acima com os registrados pelos Censos anteriores de 1950 a 1960 para verificar como se comportou, nos últimos 20 anos, a população amazônica em face do problema da crescente urbanização.

129. A partir de 1872, quando se verificou o 1.º Censo com quadro resumido abaixo:

	1872	1890	
PARÁ	275.237	328.455	445
AMAZONAS	57.610	147.915	249
ACRE	—	—	
RONDÔNIA	—	—	
RORAIMA	—	—	
AMAPÁ	—	—	
TOTAIS — Amazônia Clássica	332.847	476.370	695
MARANHÃO (parte amazônica)	—	—	
GOIÁS — Idem	—	—	
MATO GROSSO — Idem	—	—	
TOTAL AMAZÔNIA BRASILEIRA	—	—	

eto do Brasil, a população amazônica evoluiu, assim, segundo o

900	1920	1940	1950	1960	1965 estimativa
356	983.507	944.744	1.123.273	1.550.935	1.802.000
756	363.166	438.008	514.099	721.215	843.000
-	92.379	79.768	114.755	160.208	187.000
-	—	—	36.935	70.783	97.000
-	—	—	18.116	29.489	37.000
-	—	—	37.477	68.889	92.000
112	1.439.052	1.462.520	1.844.655	2.601.519	3.058.000
-	—	—	1.260.566	2.083.232	2.447.000
-	—	—	242.768	392.164	460.000
-	—	—	201.600	286.393	336.000
-	—	—	3.549.589	5.363.308	6.301.000

pergunta-se :

1. Qual a população ótima que a Amazônia poderá abrigar, tendo em vista os atuais padrões culturais e, alternativamente, segundo uma escala tecnológica altamente desenvolvida.
2. Ao ritmo atual da expansão demográfica amazônica, quando atingirá a faixa dos 20 milhões de habitantes a sua população ?
3. Quais as áreas e zonas geo-econômicas atuais suscetíveis de lastrear um intenso desenvolvimento demográfico ?
4. Será que a economia florestal poderá suportar o impacto de uma grande densidade demográfica sem correr o risco de empobrecer a população atual ?
5. No quadro geral da economia amazônica de hoje quais os setores que poderiam suportar e garantir essa expansão humana ?
6. Utilizando a equação dinâmica da população $P_2 = P_1 + (N - O) + (I - E)$, e partindo de $P_1 = 1\ 960$, por extrapolação, estime a população de $P_2 =$ ano 2.000.
7. Como se comportariam em face dessa extrapolação as atuais cidades e capitais amazônicas ?

1870

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

131 Para responder ao último item da proposição anterior analise o desenvolvimento demográfico amazônicas a partir de 1872.

	1872	1890	1900	1920	1940	19
BELÉM	61 997	50.064	96 560	236.402	206 331	254 9
MANAUS	29 334	38 720	50 300	75.704	106 399	139 6
RIO BRANCO	—	—	—	19 930	16 038	28 2
PÔRTO VELHO	—	—	—	—	—	27 2
BOA VISTA	—	—	—	—	—	17 2
MACAPA	—	—	—	—	—	20 5
SÃO LUÍS	31 604	29 308	36.798	52 929	85.583	119 7
CUIABA	35 987	17 815	34 393	33 678	54 394	56 2
TOTAIS:	158 922	135 907	218.051	418 643	468 747	663 8

análise o desenvolvimento demográfico dos municípios das capitais

00	1920	1940	1950	1960	1965 estimada
60	236.402	206.331	254 949	402 170	480 000
00	75 704	106 399	139 620	175 343	210.000
	19 930	16 038	28 246	47 882	56 000
	—	—	27 244	51 049	61 000
	—	—	17 247	26 168	31 000
	—	—	20 594	46 905	57 000
98	52 929	85 583	119 785	159.628	190.000
93	33 678	54 394	56 204	57 860	70 000
—	—	—	—	—	—
51	418 643	468 747	663 889	967 005	1 155.000

132. Pede-se :

1. Em que ano as cidades de Belém e Manaus atingirão uma população de 1.000.000 de habitantes ?
2. Pesquisar o montante da população favelada nas cidades de Belém, Manaus e São Luís.
3. Calculando-se que o deficit residencial nessas três cidades seja da ordem de 80.000 casas (45.000 em Belém, 20.000 em Manaus e 15.000 em São Luís) qual seria o investimento imobiliário necessário para corrigir esse deficit a fim de abrigar, em condições humanas, a população desses centros urbanos ?
4. Fazer um levantamento do número de salas de aula e escolas primárias e secundárias existentes nas capitais amazônicas e o número de matrículas de estudantes. Qual será o deficit de salas e matrículas tendo em vista uma campanha de erradicação do analfabetismo ?
5. A região amazônica possui apenas 4 universidades: Universidade do Pará (Belém), do Amazonas (Manaus), do Maranhão (São Luís) e Mato Grosso (Cuiabá). Faça um levantamento da matrícula nessas 4 universidades para informar qual a população universitária existente, bem como para registrar a sua frequência por mil habitantes. Em seguida, levante os orçamentos dessas universidades e informe qual o custo-ano de cada estudante.
6. Estimando-se que o deficit estrutural e conjuntural de emprego nessas cidades seja da ordem de 70.000, qual seria o volume de investimento necessário para eliminar o desemprego urbano partindo de um programa de desenvolvimento industrial, cuja relação capital produto, seja de 4:1

4.0 - CONTEXTO CULTURAL

4.0 — CONTEXTO CULTURAL

4.1 — Origens Culturais

133. O complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida formadores da organização social e um sistema rudimentar de conhecimentos, práticas e usos de recursos extraídos da floresta, rios, terras e águas responsáveis pela subsistência econômica, desenvolvidos pelo homem e sociedade amazônicos, ao longo de um processo histórico, herdado do índio, aos quais foram sendo incorporados, por via de **assimilação e difusão**, instituições, instrumentos, técnicas, incentivos e motivações transplantados pelos colonizadores europeus e imigrantes nordestinos que definiram a atual estrutura social baseada em uma economia agro-mercantil-extrativa, orientada para os mercados externos e vinculada aos centros dominantes do exterior e do centro-sul do país.

134. Dentro desse contexto podemos destacar os seguintes contingentes formadores do quadro de referências culturais:

1. De origem indígena-cabocla
2. De origem portuguesa/hispânica
3. De origem européia predominantemente inglesa
4. De origem norte-americana
5. De origem semítica

6. De origem asiática
7. De origem "cearense"- nordestina
8. De integração brasileira

4.2 — **Contribuição indígena-cabocla**

135 Os índios que iniciaram a ocupação humana da Amazônia, e os seus descendentes caboclos (do tupi **cac-boc**, "tirado ou procedente do mato", segundo Teodoro Sampaio), desenvolveram as suas matrizes histórico-culturais, em íntimo contato com o ambiente físico, adaptando-se às peculiaridades regionais e oportunidades econômicas oferecidas pela floresta, pela várzea e pelo rio, dêles retirando os recursos materiais de sua subsistência. O rio, como meio de transporte e comunicação e a várzea como base do trabalho agrícola, ambos formando um sistema regulador do plantio, da colheita, e da pesca em função da dinâmica das cheias e vazões, a floresta, como fonte de suprimento de matérias primas, caça, frutos e alimentos. Os utensílios e instrumentos técnicos criados, embora primitivos, e as relações ecológicas estabelecidas, se desenvolveram em função dessas exigências e necessidades que individualizaram os seus traços culturais dominantes.

136 Destaque do complexo indígena-caboclo às contribuições e traços culturais mais importantes referentes a .

1. Práticas agrícolas
2. Culturas de subsistência
3. Hábitos alimentares
4. Coleta de produtos florestais
5. Apanha de peixes e bichos de casco
6. Caça de animais e bichos de mato
7. Meios de transporte
8. Habitação
9. Toponímia regional

- 137** Descreva as práticas agrícolas usuais na região, sobretudo o sistema de arroteamento do solo baseado na broca, deruba, queima e coivara ("slack-and-burn and shifting cultivation") e as formas de utilização das várzeas nos intervalos da cheia e vazão do rio.
- 138** Dentre as culturas de subsistência analise, com pormenores, o complexo da mandioca e a sua influência na dieta amazônica (farinha, chibé, goma, polvilho, tapioca, beijú, tucupí, tacacá, etc.)
- 139** Segundo Josué de Castro a Amazônia constitui uma das áreas mundiais da fome, tanto em termos quantitativos como no de carências. Estude os hábitos alimentares, a dieta e a cozinha amazônicas, dando ênfase ao valor nutritivo da mandioca, peixe, animais e frutos silvestres.
- 140.** Os principais produtos florestais explorados, ainda hoje, são os mesmos que o índio conhecia e constituem a sua mais importante contribuição para a sustentação da economia regional

Pergunta-se .

1. Qual a contribuição da borracha, castanha, sôrva, madeiras e outras especiarias florestais na revelação da Amazônia para o mundo exterior?
 2. Qual o papel desempenhado pelos colonizadores e imigrantes na sua exploração e exportação?
 3. Qual a importância do mateiro caboclo na abertura das picadas, caminhos e identificação dos produtos extrativos?
- 141** Descreva as técnicas primitivas de pesca utilizadas na região, os seus instrumentos e sistemas de apanha (cacurí,

- curral, viração, timbó, bomba, arpão, zagaia, anzol, tarrafa e rêde).
- 142.** Estude os meios de transporte herdados dos índios: montaria, ubá, igarité, balsas e jangadas, e sua importância na história das expedições da conquista portuguesa, e sua função social e econômica de contato, vizinhança, exploração e circulação de bens e pessoas.
- 143.** Como o homem amazônico aproveita os recursos oferecidos pela floresta para construção de sua moradia (destaque o valor da aquariquara, paxiúba, palha, madeiras, etc.).
- 144.** Na história e na paisagem social e econômica do Nordeste, a Casa Grande e a Senzala surgiram do complexo formado pelos engenhos de açúcar e os Sobrados e Mocambos como esforço de adaptação à vida urbana. Utilizando os métodos de interpretação ecológica de Gilberto Freyre, sugerimos um idêntico estudo do Barracão e do Tapiri, como símbolo e imagem da vida social e da paisagem ecológica da economia amazônica interiorana.
- 145.** O homem e a sociedade amazônica, seguindo um padrão universal, através de sua língua e formas de expressão, comunicam-se com o meio ambiente, individualizando a paisagem através dos nomes que identificam os rios, lagos, paranás, matas, árvores, bichos, peixes e aves.

Pede-se :

1. Relacionar os nomes e vozes indígenas mais comuns, no linguajar usual que identificam os vários acidentes, fenômenos, fatos e espécies de animais e vegetais.

2. Destacar nesse processo a lusitanização da fala amazônica em concorrência com o **nheen-gatú** e os dialetos indígenas.

4.3 — **Contribuição portuguesa-hispânica**

146. O português e o espanhol, no processo de conquista e ocupação da Amazônia transplantaram e difundiram os valores culturais europeus de que eram portadores. A sociedade amazônica, ao receber o impacto dominante desses valores e sistemas aculturou-os, por via de acomodação e assimilação, sobrepondo-os ou integrando-os à sua própria cultura original.

Dentro desse complexo pedimos assinalar as principais contribuições :

1. mestiçagem com o gentio.
2. Formação da classe dominante e da liderança.
3. Organização mercantil e de exploração de recursos.
4. Hábitos alimentares e modos de vestir.
5. Introdução do boi e culturas alimentares.
6. Fala portuguesa e espanhola.
7. Técnicas e formas de construir.
8. Valores religiosos
9. Ensino e aprendizagem.

147. Estude o problema da miscigenação do luso com o índio na Amazônia em função dos seguintes aspectos :

1. Conquista e colonização escoteira. O conquistador espanhol ou o sertanista português vieram para a Amazônia com fins políticos de domínio colonial e de cobiça mercantilista para fins de enriquecimento. A ausência da mulher e da família, que

ficaram na metrópole, constituiu forte incentivo à mestiçagem cabocla.

2. Conquista e pacificação das tribos através da mancebia e casamento do colono com as filhas do tuxaua, expediente conhecido e praticado entre a nobreza européia para unir monarquias e firmar alianças.
3. Inferioridade cultural do índio aceitando a invasão e o domínio da cultura lusa.
4. Escravidão do índio para trabalho na lavoura e da índia para serviços domésticos.
5. Atração da cunhantã-poranga.
6. Política de incentivo do governo colonial.

148. O quadro acima foi mais típico da América e da Amazônia Portuguesa. Na América Espanhola o contato com o genótipo assumiu outras características, tornando difícil o processo de intercâmbio racial e cultural

1. Culturas indígenas superiores (Aztecas, Maias, Incas, Quechuas) conscientes de sua individualidade, buscaram por todos os meios a sua auto-preservação e sobrevivência pelo isolamento ou resistência à submissão e ao domínio dos conquistadores de Castela.
2. A descoberta do ouro e da prata, agravando a cobiça e a brutalidade dos colonizadores, e a resistência cultural oferecida pelo índio combinaram-se para criar uma sociedade de estratos culturais sobrepostos e estanques, impossibilitando a via pacífica do intercâmbio cultural e racial. Essa estratificação cultural é responsável, ainda hoje, pelos conflitos raciais entre os descendentes espanhóis e as comunidades índias e pelas tensões

sociais observadas na região amazônica pré-andina e andina da Bolívia e Peru.

- 149** A nova sociedade amazônica, formada após a conquista, construiu a sua liderança com base no aproveitamento e promoção de pessoas e famílias ligadas à classe dominante nas funções políticas de mando, quadros burocráticos e no sistema mercantil colonial provedor do intercâmbio com o mundo externo e apoiada no sistema escravagista do índio.

Esse sistema de classes da sociedade colonial produziu, originalmente, uma estratificação social, cuja evolução histórica foi mitigada pelas novas correntes culturais, posteriormente estabelecidas, e pela miscegenação como força de democratização social; porém os resíduos desse sistema social ainda se observam e se refletem na graduação do **status** social e econômico dos vários grupos e camadas da população amazônica. Charles Wagley, estudando este problema em uma pequena comunidade urbana do Baixo Amazonas, em 1953, encontrou os vestígios dessa estratificação, chegando a identificar as seguintes camadas sociais entre os seus habitantes :

- “1 **Gente de Primeira**, ou os “brancos”, que formam a classe mais alta;
2. **Gente de Segunda**, ou os moradores urbanos da classe mais baixa,
3. **Gente de Sítio**, ou os que vivem nas propriedades agrícolas de terra firme; e
4. **Caboclos da Beira**, ou os que vivem em cabanas construídas sobre estacas, nos pântanos das baixadas e nas ilhas alagadiças e que ganham a vida nas indústrias puramente extrativas”

Discuta a validade e atualidade da classificação acima

150. O sistema colonial português deu à Amazônia a feição mais característica de sua economia, voltada para o exterior, que haveria de perdurar, e ser ampliada, nos séculos posteriores, pelos novos imigrantes e pela população nativa, até os nossos dias. No entanto não seria justo omitir, por outro lado, que esforços também foram empreendidos pelos portugueses com o intento de dirigir os destinos da região no sentido de seus próprios interesses pela produção dos meios de subsistência para satisfação das necessidades básicas de seus habitantes.

Dentre êsses esforços destaque :

1. A introdução do arroz branco de Carolina e de máquinas de descascar arroz no Maranhão, pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755.
2. A introdução do boi na ilha de Johannes (Marajó) nos princípios do Século XVIII, em Óbidos e Santarém, no Baixo Amazonas, para alcançar, finalmente, o Alto Rio Branco, com as Fazendas Nacionais fundadas por Lobo D'Almada em 1787.
3. O desenvolvimento das plantações do cacau nativo; e a introdução do café da Guiana Francêsa por Francisco de Melo Palheta em 1727.
4. A obra agrícola e de catequese das missões religiosas e feitorias.

151. Com a ascensão ao poder do Marquês de Pombal, foi iniciado na Amazônia um processo político-cultural de lusitanização da fala e dos nomes amazônicos.

Informe quais os testemunhos dessa política, indicando os nomes das vilas e povoados que tiveram aportuguesados os seus topônimos indígenas, bem como a reação nativista ulterior.

- 152.** As vilas, cidades e casas amazônicas foram construídas segundo padrões culturais e arquitetônicos portugueses que se acredita tenham sido resultado da experiência tropical em convivência com os mouros.

Analise, criticamente, a adaptabilidade e adequação à vida e ao clima amazônicos desses padrões: ruas estreitas, casas de parede e meia apresentando fachada compacta, sobradões "feitos e fortes", revestimentos externos de azulejos, bem como a imitação dos hábitos europeus de vestir.

- 153.** Atribui-se aos portugueses a responsabilidade pela transplantação de um sistema de ensino excessivamente formal e verbalístico, com ênfase no estudo da gramática, latim, artes, letras, leis e línguas. Como afetou esse conceitualismo, academicismo e formalismo jurídico a nossa formação e ulterior desenvolvimento econômico pela desvinculação às necessidades regionais e ausência de motivação para a aprendizagem de técnicas e processos visando a melhoria das condições materiais da vida?

Até que ponto essa imputação é verdadeira, e até onde serve ela como pretexto para cobrir o nosso ressentimento e alienação, através da falsa ilusão transpositiva que atribui a outrem a razão de nossos próprios insucessos?

- 154.** As famílias dos colonos portugueses tiveram importante função no estabelecimento dos quadros organizacionais da atividade econômica, social e política tanto nas cidades como no interior. Iniciando-se, na fase colonial, como classe política dominante, com o aparecimento das atividades econômicas florestais e agrícolas, tornaram-se fatores predominantes, suprimindo a essas atividades a liderança empresarial necessária, como produtores, mercadores, **exportadores e comerciantes**, posição oligopolista que conseguiram manter até o advento de novas correntes

culturais mais dinâmicas. Durante a fase da borracha os imigrantes portugueses, também atraídos pela fortuna fácil, foram os pioneiros na organização do sistema mercantilista de intercâmbio representado pelo comércio típico de aviador que dominaram. Como aviadoras, as firmas portuguesas estabeleceram as bases e linhas logísticas de suprimento "rio-acima" de mercadorias para a produção na selva, à base do crédito pessoal, recebendo, em contrapartida, mediante "conta-de-venda", "rio-abaixo", os gêneros e produtos extrativos destinados à exportação, realizando assim o intercâmbio de partida-dobrada, base do sistema aviador-exportador

- 155** À medida que a economia amazônica atingia o pico da prosperidade os portugueses e seus descendentes brasileiros, naturalmente, tiveram o seu prestígio econômico acrescido pelo enriquecimento, melhorando ainda mais o seu **status** na classificação social e política. Essa promoção econômica permitiu inclusive a manutenção do constante contato e dos vínculos com as suas bases culturais e familiares do além-mar, através de viagens, educação de filhos, remessa de mesadas para manutenção de familiares, regressando muitos deles definitivamente às suas quintas em Portugal, deixando aos filhos, já brasileiros, a continuidade dos seus negócios.
- 156.** Com forte pendor pelos bens de raiz iniciaram nessa fase grandes inversões no campo imobiliário residencial, criando assim condições de habitabilidade nas duas principais cidades amazônicas, tornando-se em consequência rendeiros e senhorios. Essa posição permitiria inclusive o domínio do mercado varejista, nos ramos de "sêcos-e-molhados" e bebidas, pela localização de mercearias e bares nas principais esquinas das cidades. Essa função distribuidora-varejista seria assumida pelos portugueses de classe de renda inferior que assim obtinham a oportunidade de sua

promoção à classe média, permitindo ainda a muitos sobreviver durante o período crítico da depressão. Com o reativamento da economia voltariam a desempenhar o seu papel, como empresários, nessa fase subsequente.

Para poder estudar melhor êsse processo de ascensão e classificação social, sugerimos pesquisar nos arquivos e jornais a função desempenhada pelas mais importantes famílias-tronco portuguesas que se estabeleceram na região, bem como o papel representado pelas importantes firmas de origem portuguesa na Amazônia.

4 4 — **Contribuição européia, predominantemente inglesa**

157 Os ingleses foram atraídos para a Amazônia ao findar o século XIX e durante o "boom" da borracha, no auge de seu prestígio imperial, nela realizando a mais importante tarefa cultural que se traduziu no aparelhamento de sua infra-estrutura econômica. Desempenhando o papel de transmissores da tecnologia ocidental, criada a partir da Revolução Industrial, os investimentos ingleses nas empresas concessionárias de serviço público, criaram condições estruturais para todo o processo de desenvolvimento ulterior pela formação das economias externas, nos setores de navegação, portos, energia, telefonia, telegrafia, transportes, distribuição de água, rede de esgotos e outras facilidades construídas nos polos urbanos dominantes de Manaus e Belém.

158 É numerosa a relação dos empreendimentos britânicos na Amazônia durante êsse período. Dentre êles destacamos a contribuição das seguintes companhias inglesas .

- 1 Port of Pará
2. Pará Eletric Co.
3. Pará Telephone Co.

4. Amazon River Steam Navigation Co.
5. Booth Line Co.
6. Amazon Telegraph Co.
7. Amazon Wireless Telegraph e Telephone Co. Ltd.
8. Manaus Harbour Ltd.
9. The Manaus Tramways & Light Co. Ltd.
10. Manaus Improvements Ltd.
11. Manaus Markets Co.
12. Amazon Engineering Co.
13. Bank of London & South America Ltd. (Agências de Belém e Manaus).

14 —

Pede-se :

1. Avaliar o montante do investimento de capitais ingleses na Amazônia.
2. Fazer um breve relato histórico dessas companhias, fundação, funcionamento, decadência e extinção quando fôr o caso.
3. Analisar as suas contribuições em termos de apoio logístico à economia de exportação vinculada aos interesses dos mercados londrino e europeu, bem como em função do desenvolvimento social e econômico do mercado interno e do bem-estar regional.

159. Ao lado das companhias inglesas estabeleceram-se, também, na Amazônia, durante o período áureo da borracha, emprêsas de capitais portugueses, franceses e alemães, sobretudo no setor de aviamentos, comercialização e exportação de produtos regionais, a maioria delas já desaparecidas.

14 - Madeira Mauvoé Railway & Lic
 15 - Manaus Markets
 16 - Booth Line & Transport

Pesquise, nos arquivos, a história das seguintes companhias e firmas, ligadas à fase da borracha silvestre, para fins de registro e tentativa de dimensionamento dos investimentos estrangeiros na Amazônia, durante êsse período :

1. Ahlers & Co.
2. A. de la Rivière & Cie.
3. Albert H. Alden Limited.
4. Armazens Andresen
5. A. Meirelles & Cia.
6. A. A. Antunes & Cia.
7. Barbosa & Tocantins
8. Braga Sobrinho & Cia.
9. B. Levy & Cia.
10. Coutinho & Cia.
11. Cunock Schrader & Co.
12. De Lagotellerie & Cie.
13. D. Costa & Cia.
14. E. Kingdon & Co.
15. General Rubber Co. of Brazil
16. Gruner & Co.
17. Gordon & Co.
18. H. A. Astlett & Co.
19. Higson & Co.
20. I. Serfaty & Cia.
21. J. G. Araujo & Cia.
22. Leite & Cia.
23. Mesquita & Cia.
24. Neale & Staats
25. Pires Teixeira & Cia.
26. Pereira Lemos & Cia.

- 27 R. Suarez & Cia.
28. Semper & Co.
- 29 Scholtz Hartze & Co.
30. Sluglehurst Brocklehurst & Co.
31. Theodor Levy & Cia.
32. Zarges Ohlinger & Co.

160 As sementes de hévea levadas da Amazônia, em 1876, por Henry Wickham Steed e reproduzidas em Kew Gardens, em Londres, deram origem às plantações coloniais inglesas do Ceilão e Malaia, que haveriam, a partir de 1912, de dominar os mercados mundiais da borracha, provocando a baixa dos preços e o conseqüente colapso da economia amazônica, fundada no monopólio da escassez. A domesticação e agriculturação da hévea constituem uma conquista da tecnologia agrícola sôbre o empirismo da economia florestal extrativa.

Analise o impacto cultural determinado por essa inovação da técnica inglesa nos seringais da Malásia:

- 1 Fazendo um quadro comparativo da produção da borracha amazônica e asiática, a partir de 1910, construindo grãficamente as respectivas curvas de quantidade e valor
2. Explicando os motivos da localização dêsses seringais no sudeste asiático e não no seu habitat ecológico original.
3. Dando as razões pelas quais a Amazônia não acompanhou a revolução agrícola britânica causada pela heveicultura.

161. O impacto cultural proveniente da heveicultura provocou reações diferentes na Amazônia. Esse desafio tecnológico muito embora pressentido por alguns homens da Amazônia,

desde logo, não chegou a despertar a sensibilidade de outros setores responsáveis que somente dêle se aperceberam tarde demais. Assim é que o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola realizado em 1910, em Manaus, recomendava a imediata formação de seringais de plantação para competir com o produto asiático para evitar o colapso econômico. Apesar da vocalização das intenções, declaração de propósitos e exortações, acabou dominando a filosofia imobilista do **laissez-passer**, bem representada na seguinte proclamação otimista e ufanista, transcrita do Álbum do Estado do Pará, compilado a pedido do Governador Dr Augusto Montenegro, publicado em 1910, em Paris

“Não precisamos nos preocupar com as plantações de borracha que surgiram na Ásia. As condições climáticas, especiais, do Vale Amazônico, o novo sistema de beneficiamento de nosso produto, que atualmente está sendo aplicado com tanto êxito às nossas colheitas da Hévea, as imensas extensões de nossas regiões seringueiras, algumas ainda inexploradas, e, finalmente, as inúmeras necessidades da indústria moderna nos permitem **fazer pouco caso** do que os outros estão realizando no mesmo setor. Com efeito, se não considerássemos um dever acompanhar as descobertas científicas relacionadas com a borracha da Índia, poderíamos, perfeitamente, ignorar por completo as plantações estrangeiras”.

Explicar a base cultural e psicológica dessa filosofia imobilista

como forma alternativa compensadora da frustração para enfrentar o desafio tecnológico.

2. como mecanismo de fuga à realidade mediante apelo às virtudes mágicas do produto nativo.

3. como incapacidade técnica de uma economia empírica que não criou uma estrutura social estável e nem os recursos necessários para formar os quadros técnicos responsáveis pelas soluções racionais.
4. como tentativa de sobrevivência e auto-preservação dentro do **statu-quo** tradicional do sistema a despeito do envelhecimento da estrutura dominante.

162. A contribuição cultural européia à Amazônia não se limitou, no entanto, aos aspectos materiais e às relações de trocas mercantis, porém se desenvolveu, paralelamente, no campo da ciência através das expedições botânicas, etnográficas, geológicas e geográficas que percorreram a região no século passado.

Essas expedições, inglesas, francesas, americanas e alemãs contribuíram para melhorar o conhecimento científico da região, dentro das limitações de seu tempo, bem como serviram para revelar a natureza e a potencialidade de seus recursos naturais, lançando assim as bases de uma futura tropicologia amazônica que deverá definir, através da pesquisa e da experimentação, a tecnologia necessária para armar o homem com os instrumentos, o conhecimento e os recursos para promover o seu desenvolvimento.

Destaque, dentre essas expedições, o papel desempenhado pelos seguintes cientistas:

Von Martius	(1794-1868)
Koch Grunberg	(1872-1924)
Alfred Russel Wallace	(1823-1913)
Orville Derby	(1851-1915)
Charles Hartt	(1840-1878)
Henry Coudreau	(1859-1899)

Alcide D'Orbigny	(1802-1857)
Louis Agassiz	(1807-1873)
Charles Marie de la Condamine	(1701-1774)

4.5 — **Contribuição norte-americana**

163. A participação do contingente cultural norte-americano é mais recente, sendo de assinalar a sua presença em substituição ao poder e influência declinantes dos países europeus. Esta atuação, no entanto, está condicionada às limitações de nossa política exterior e às contingências contemporâneas, prevalecentes em quase tôdas as regiões subdesenvolvidas, ditadas pelo ressentimento e receio de que se transforme na fôrça cultural dominante, em face do vazio amazônico. A despeito dessas limitações podemos registrar as seguintes contribuições e influências :

1. Empreendimento malogrado de colonização, tentado por famílias sulistas dos Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão, que se estabeleceram próximo a Santarém.
2. Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.
3. Participação ativa do seu grande mercado consumidor na importação dos produtos silvestres, gomas, resinas, castanhas, essências, madeiras e minérios.
4. Experiência agrícola pioneira no campo da heveicultura amazônica, realizada pela Companhia Ford Industrial do Brasil, em Fordlândia e Belterra, no Tapajós.
5. Obras de saneamento básico por intermédio da Fundação Rockefeller e do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP).
6. Esfôrço e mobilização de guerra para reativação da economia extrativa da borracha silvestre, através

dos Acôrdos de Washington de 1942, dos quais resultaram a chamada Batalha da Borracha, a institucionalização do monopólio de compra e venda final da hévea, a criação do Banco de Crédito da Borracha, e a retomada da imigração nordestina.

7. Participação no complexo minerador de manganês do Amapá em associação com capitais brasileiros na INCOMI
8. Desafio tecnológico ao monopólio das especiarias florestais pela síntese química de fibras, óleos, gomas e essências.
9. Contribuição científica para a fixação de uma tecnologia tropical, partindo do grande potencial de seus institutos de pesquisa e experimentação.
10. Ação política continental, recentemente desencadeada através da Aliança para o Progresso, Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Programa de Alimentos e outros organismos, cuja ação na Amazônia poderia abrir amplas perspectivas de assistência técnica e financeira aos projetos de desenvolvimento e melhoria econômica e social da área.

164 Destaque, nessa participação, a experiência heveicultora, em grande escala, realizada pela Companhia Ford Industrial do Brasil, inicialmente no período de 1928-1934, em Fordlândia, numa área de concessão de 1.000.000 hectares, feita pelo Estado do Pará, onde foram plantados cêrca de 1.600.000 pés de seringueira. Em virtude do malôgro dessa experiência, motivada pelo fungo causador do "mal das fôlhas" (*Dothidela Ulei*) nova experiência foi tentada, com sucesso, em Belterra, pela troca da concessão original por 282.000 hectares, a jusante da Fordlândia,

onde foram plantadas, numa área de 6.700 hectares, cêrca de 2.500.000 seringueiras, resistentes às pragas e fungos, graças ao método desenvolvido de dupla enxertia ("cavalo" amazônico, caule asiático, copa amazônica). Finalmente a Companhia Ford, em 1946, entregou as suas concessões ao govêrno federal, por um preço simbólico.

Pede-se

1. Analisar a importância do empreendimento FORD no Tapajós, no campo agrícola, para obtenção de uma seringueira clonal de grande resistência e alta produtividade, adaptada à Amazônia, fora do heteroclimo florestal, e que serviu de base para as ulteriores pesquisas do Instituto Agrônômico do Norte que resultaram na criação das atuais variedades clonais.
2. Pesquisar os motivos que levaram a FORD a realizar a sua grande experiência tropical em terras amazônicas, bem como as razões que determinaram o seu abandono.
3. Analisar, com espírito crítico e objetivo, **sine ira ac studio**, a posição assumida pelo Governador Efigênio de Sales, do Estado do Amazonas, negando as concessões pleiteadas, e a posterior acolhida pelo govêrno do Estado do Pará.

165 Investigue o problema que a síntese química elaborada nos laboratórios e institutos dos países industrializados, para substituição dos produtos e especiarias florestais, sobretudo no setor de fibras, resinas, elastômeros e essências, está criando para os países tropicais que têm sua sobrevivência condicionada à exportação desses produtos primários.

166. O grande problema que enfrentam os países tropicais é que a tecnologia agrícola foi desenvolvida, secularmente, nos países de zona temperada, com vistas às suas próprias condições de clima, solo e recursos naturais. Essas técnicas não podem ser transplantadas à semelhança da tecnologia industrial que segue normas e padrões de aplicação universal. Assim, os países tropicais necessitam desenvolver a sua própria pesquisa e experimentação, para aclimatar e descobrir clones, raças e técnicas agrícolas que melhor se adaptem às condições locais existentes nesses diferentes países.

À luz da realidade acima, discuta com objetividade :

1. O projeto da Unesco da criação do Instituto da Hiléia Amazônica e a reação nacionalista da tese de Artur Bernardes.
2. O recente projeto de pesquisa para os trópicos úmido e sêco, proposto pela Academia Nacional de Ciências de Washington, e a reação nativista defendida pelo Governador Arthur Reis : "a ciência é universal, mas os cientistas têm pátria".
3. A tese de Antóvila Vieira sôbre o "perigo amarelo" na Amazônia, levantada por ocasião da concessão da Vila Amazônia aos imigrantes japoneses.
4. A tese de Efigênio de Sales sôbre o "perigo americano", contra a concessão de terras à Companhia Ford Industrial.
5. A tese do glebarismo defendida por Álvaro Maia e outros : "A Amazônia para os amazônidas"

4.6 — Contribuição semítica

167. As primeiras famílias judaicas estabeleceram-se na Amazônia, a partir da metade do século passado, por volta

do ano de 1850 quando o "boom" da borracha ainda não havia adquirido **momentum**. Provinham, em sua maioria, do norte da África, especialmente de Tanger, Tetuan, Rabat, Casablanca, do Marrocos Francês e Espanhol e Argélia, bem como de Lisboa e outras cidades portuguesas, e comunidades sefarditas (do hebraico Sefarad -- que significa espanhol), que se haviam estabelecido nessa parte do continente afro-ibérico após a diáspora. A característica principal desse movimento residiu no fato de que, ao contrário da maioria dos outros imigrantes, ela foi uma imigração familiar, fazendo-se acompanhar da mulher e dos filhos. Isto se deve ao caráter gregário e doméstico da vida judaica, milenarmente prês a valores religiosos e culturais centralizados em tôrno da família e da comunidade, que procuram logo criar, como forma para assegurar a sobrevivência de sua própria cultura e tradição. X

Esses imigrantes localizaram-se, inicialmente, nas pequenas cidades do interior do Pará e Amazonas, como Cametá, Almerim, Óbidos, Santarém, Itaituba, Itacoatiara, Tefé, Humaitá, Pôrto Velho, além de Belém e Manaus, como empregados em escritórios e estabelecimentos comerciais ou em atividades mercantis de aviamento e regatão. Mais tarde, já no período áureo do ciclo da borracha, iniciou-se a fase de sua promoção econômica como arrendatários e proprietários de seringais, no interior, ou como compradores de produtos regionais nas praças de Belém e Manaus. O colapso e a estagnação econômica, na Amazônia, durante três décadas, a partir de 1912, determinou o seu êxodo do interior para as duas capitais amazônicas onde tentaram sobreviver a despeito das condições adversas.

Essa corrente cultural, através dos descendentes brasileiros da primeira e segunda geração iriam ter, todavia, um destacado papel, quando a classe empresarial dominante, constituída pelas grandes firmas inglesas, alemãs

f duvidoso, a muitos respeito.

e portuguesas desapareceram ou deixaram de operar no mercado de exportação regional, abrindo assim caminho para a sua ascensão econômica e social nesse setor dominante. Com a reativação da economia amazônica, durante a II Grande Guerra, e depois dela, êsses empresários, novamente seriam estimulados e atraídos para o campo industrial, através de indústrias de beneficiamento de produtos e matérias primas regionais, e, posteriormente, no setor de transformação pròpriamente dito.

A contribuição cultural dessa corrente imigratória e de seus descendentes não se esgota, no entanto, na provisão de quadros empresariais no campo mercantil-industrial, que ajudaram a formar para dar continuidade ao intercâmbio e iniciar o processo de crescimento econômico. Ela se projeta, também, com a participação dêsse contingente nas profissões liberais, magistério secundário e universitário e no próprio campo político.

- 168** Seria importante fazer uma investigação histórica da participação dessas famílias de origem judaica na Amazônia e de sua localização original nas várias cidades e vilas do interior com vistas ao estudo da tese de François Perroux sôbre o dinamismo da dominação familiar, como um dos quatro agentes catalíticos do processo de desenvolvimento econômico. Para facilitar êsse estudo, relacionamos, por ordem alfabética, as principais famílias-tronco cujas vozes judaicas colorem o caleidoscópio humano e cultural da Amazônia, ao lado das vozes familiares portuguesas, sírias, nordestinas e caboclas

1. Aben-Athar
2. Abecassis
3. Alcaim
4. Aguiar

5. Abissró
6. Anijar
7. Anzalak
8. Abensur
- 9 Assayag
10. Athias
11. Aflalo
12. Azulay
13. Appenzeller
14. Benayon
15. Benzecry
16. Benchimol
- 17 Benoliel
18. Bemergui
- 19 Benarrós
20. Bensadon
- 21 Bemuyal
22. Bensiman
23. Beniflah
24. Bentolila
25. Benemond
26. Benassuly
- 27 Bendahan
28. Benesby
- 29 Benchaya
30. Bohadana
- 31 Bainerman
32. Bern
33. Bentes
34. Cohen
35. Cagy

36. Ezagui
37. Esquenazi
38. Farache
39. Foinquinos
40. Gabay
41. Hanan
42. Hazan
43. Israel
44. Klein
45. Kislánov
46. Laredo
47. Levy
48. Lassery
49. Larrat
50. Melul
51. Nahon
52. Obadia
53. Ohana
54. Pacifico
55. Perez
56. Pinto
57. Pazuelo
58. Querub
59. Rofé
60. Sabbá
61. Siqueira
62. Serruya
63. Salgado
64. Schwartz
65. Serfaty
66. Tobelem
67. Taub
68. Weil
69. Zagury.

1. Abadía
2. Adria
3. Alcala
4. Alcaraz
5. Alvarez
6. Alvarez
7. Alvarez
8. Alvarez
9. Alvarez
10. Alvarez
11. Alvarez
12. Alvarez
13. Apóstol
14. Aronson
15. Aronson
16. Aronson
17. Aronson
18. Aronson
19. Aronson
20. Aronson
21. Aronson
22. Aronson
23. Aronson
24. Aronson
25. Aronson
26. Aronson
27. Aronson
28. Aronson
29. Aronson
30. Aronson
31. Aronson
32. Aronson
33. Aronson
34. Aronson
35. Aronson

- 169.** Verifique o testemunho da passagem dessas famílias no interior pesquisando os cemitérios judaicos abandonados nas pequenas cidades do interior e a existência de sinagogas e comunidades já desaparecidas.
- 170.** Tente fazer um levantamento, com base no censo de 1960, do número atual dessas famílias, bem como interprete os motivos de seu deslocamento para os grandes centros urbanos, inclusive no Rio de Janeiro, onde as famílias judaicas paraenses e amazonenses, para lá transferidas, fundaram a sua própria comunidade.
- 171.** Os judeus imigrantes ao trazerem consigo as suas raízes culturais originárias se fizeram acompanhar, também, da cultura hispano-árabe que haviam absorvido e assimilado ao longo dos séculos, em convívio nos territórios norte-africanos. Entre os traços que identificam essa comunhão cultural, dos valores tradicionais aos adquiridos, salientamos o testemunho de um dialeto — **a raquitía** — um peculiar dialeto judaico dos guetos e comunidades marroquinas, argelina e ibérica, misto de espanhol, francês, árabe e hebraico, à semelhança do **ladino** das comunidades da Turquia e dos **idish** da Europa Central e Oriental. Pesquise a sobrevivência desse dialeto raquito, que se secularizou nas gerações judaico-amazônicas seguintes, através de um pequeno vocabulário residual, usado apenas para fins jocosos e anedóticos.
- 172.** Dentro do grupo imigrante semítico destacamos, outrossim, a participação ativa dos sírios e libanêses que emigraram para a Amazônia durante o período áureo da borracha ao fim do século passado e princípio do atual. Essa corrente cultural sírio-libanêsa também se realizou como imigração familiar, dado o caráter gregário e comunitário dessa cultura tradicional do Oriente Médio. O processo de sua ascensão social e econômica iniciou-se através do comércio

ribeirinho, destacando-se, nessa fase, como regatões, tipo social e comercial surgido das contingências do meio amazônico, em flagrante desafio aos aviadores tradicionais, ao monopólio dos seringais e dos "rios fechados" dos "coronéis de barranco"; e do comércio urbano, através do teque-teque, como pioneiros do sistema de venda atual de prestações, em desafio ao domínio dos grandes estabelecimentos comerciais. A persistência, sobriedade e ambição, natural em todo imigrante, foram fatores de sua rápida ascensão, já na fase final do ciclo da borracha quando conseguiram firmar-se no próprio domínio dos barracões dos seringais, em concorrência com elementos nordestinos, portugueses, judeus, e em outras atividades, especialmente no Acre e nos altos rios e nas cidades de Belém e Manaus. X

173 O êxodo das populações rurais para as cidades viria permitir o aparecimento de oportunidades, bem como revelar a capacidade empresarial desse grupo, que assim se promoveu, através de seus descendentes já integrados à vida amazônica, no comércio, na indústria, na política e no exercício das profissões liberais.

174 Sugerimos uma pesquisa, idêntica à anterior, para melhor avaliar a importância desse grupo cultural através da história e das vicissitudes das seguintes famílias-tronco sírio-libanêses e seus descendentes brasileiros, radicados na Amazônia, relacionadas por ordem alfabética :

- | | | | |
|----|---------|-----|----------|
| 1 | Abrahim | 7 | Assef |
| 2. | Aucar | 8 | Assí |
| 3 | Assmar | 9 | Abinader |
| 4. | Akel | 10. | Atala |
| 5. | Azize | 11 | Abdala |
| 6. | Azaro | 12. | Bulbol |

13.	Bichara	32	Mansour
14	Balut	33	Mady
15	Chamiê	34	Mamede
16	Chibly	35	Makarem
17	Chehuan	36	Monassa
18.	Chady	37	Nadaf
19.	Chama	38.	Nasser
20	Daou	39	Mussa
21	Dib	40	Razac
22	Elias	41	Raman
23.	Fares	42	Said
24	Fadul	43.	Sahado
25	Hage	44	Salem
26	Harb	45	Seffair
27	Hauache	46	Salum
28.	Hatoum	47	Salame
29	Jezini	48	Tadros
30	Kizem	49	Tufic
31	Haddad	50	Tuma.

4 7 — **Contribuição asiática**

175 Em 1929 foi fundada pelo Sr Isukasa Uetsuka a Companhia Industrial Amazonense que adquiriu uma área de 10.000 hectares, situada a 3 Kms. à jusante de Parintins, denominada Vila Amazônia, cujas condições, segundo os seus promotores, eram semelhantes às do vale indiano do Ganges. Esse empreendimento, idealizado com o objetivo de promover a imigração e colonização japonesas em terras da Amazônia, estaria destinado a desempenhar importante papel na criação da primeira grande lavoura comercial na região — a juta. Trazidas as primeiras sementes do Japão pelo Sr Uetsuka, as experiências iniciais fracas-

saram, apesar do envio à Índia do engenheiro agrônomo Issaku Kino, em 1933, para estudar o seu cultivo *in-loco*, para no seu regresso instruir e orientar as cem famílias de colonos localizadas na Vila Amazônia. Essa experiência de aclimação foi salva, "por graça do Céu" segundo expressão do Sr Riota Oyama, quando êste encontrou em sua granja semeada no dia 20 de outubro de 1933, dois espécimes de juta, um dos quais veio a fenecer, que cresceram até a altura de 4 metros, sem ramos inúteis e de caule robusto. As primeiras sementeiras, partindo da única planta sobrevivente, foram plantadas em 1934, 1935, e 1936 para finalmente em 1937, o Sr Oyama, juntamente com o seu amigo Yoshimasa Nakauchi, obter as primeiras nove toneladas de fibras de juta que foram enviadas ao mercado. Aclimatada a juta, a imigração japonêsa foi interrompida em virtude da II Grande Guerra, quando a propriedade de Vila Amazônia foi desapropriada pelo Govêrno, extinguindo-se assim a primeira grande experiência agrícola estrangeira na Amazônia. No entanto, êsses esforços não foram em vão, pois os caboclos facilmente assimilaram a técnica do cultivo, colheita e preparo da juta, cuja cultura se espraçou nos varzeados do Médio e Baixo Amazonas, abrangendo Santarém, Óbidos, Alenquer, Oriximinã, Parintins, Urucurituba, Urucará, Itacoatiara, Manaus e Manacapuru.

- 176.** Ainda na área do Baixo Amazonas outra experiência agrícola e colonizadora japonêsa se iniciou no mesmo ano de 1929 com a criação da Companhia Nipônica de Plantação do Brasil, extinta em 1942, no distrito colonial de Mulata, cêrca de Monte Alegre, onde hoje está localizado o Núcleo Colonial do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, que atualmente conta com 1.000 lotes coloniais cultivados por 800 famílias de colonos brasileiros e 100 famílias japonêsas, com uma população de cêrca de 6.000 habitantes. Êsse núcleo iniciado pelos nipônicos,

constitui hoje um importante centro de cultivo de milho, arroz, feijão, tabaco e juta, formando ao lado do planalto agrícola de Santarém, a mais importante área agrícola de subsistência no Médio e Baixo Amazonas.

- 177.** A terceira contribuição japonesa está representada pela aclimação e cultivo da pimenta-do-reino em Castanhal e Tomé-Açú, no Pará, a primeira grande experiência de agricultura racional em terra firme, com utilização de corretivos e adubos químicos e orgânicos. Conforme revela o Sr. Takso Nagao, em artigo traduzido pelo Consulado Japonês, desde 1930 a pimenta-do-reino da variedade cabocla vinha sendo cultivada, pelos colonos japoneses em Castanhal e Acará, sendo a sua baixa produtividade de 500 grs. por pé, responsável pelo seu insucesso. A introdução da variedade asiática sul-oriental deve-se ao Sr. Makinosuke Usui, funcionário da Companhia Sul Americana de Colonização que, ao passar por Singapura, em 1933, conduzindo uma leva de imigrantes para a Amazônia, obteve vinte rebentos de pimenta que foram entregues aos colonos de Tomé-Açú. Apesar dos esforços empregados na granja experimental de Açaizal, essa primeira tentativa de transplantação não obteve êxito. Durante a II Grande Guerra os preços excepcionais alcançados pela pimenta no mercado doméstico despertaram o interesse desses colonos. Enji Saito e Tomoii Kato, de Acará, conseguiram adaptar uma variedade sul-asiática em sua granja de Açaizal que revelou bom crescimento e grande produtividade. Esses espécimes, já aclimatados, resultaram as extensas plantações de pimenta de Tomé-Açú, que a partir de 1943 começaram a produzir para o mercado. Com uma alta produtividade, chegando a produzir até 5 kgs. por pé, e uma grande longevidade que pode chegar até 20 anos, a pimenta-do-reino tornou-se um empreendimento vitorioso e uma fonte de prosperidade para os colonos japoneses e para os agricultores amazônicos que se dedicaram, igualmente, ao seu

cultivo. Com uma área cultivada de cerca de 4.000 hectares a pimenta passou a figurar na pauta da exportação amazônica e a suprir o mercado interno, com uma produção aproximada de 6.500 toneladas anuais, equivalente a cerca de Cr\$ 7 bilhões na formação do produto interno regional

- 178.** É de destacar, igualmente, a contribuição japonesa no campo da produção hortigranjeira em redor dos grandes centros urbanos de Belém e Manaus, melhorando sensivelmente o abastecimento de frutas, legumes, hortaliças e outros produtos alimentares. As colônias agrícolas de Bela Vista, Água Fria e Efigênio Sales, em Manacapuru e Manaus, no Distrito de Mulata em Monte Alegre, de Matapi no Amapá e Tomé-Açú no Pará, englobando mais de mil famílias de colonos nipônicos têm assim prestado uma importante contribuição tanto na aclimação de novas espécies e melhora da dieta alimentar, como na difusão de técnicas agrícolas adequadas.
- 179.** Os japoneses e seus descendentes nissei-amazônicos nestas últimas três décadas de intenso labor evidenciaram a sua perfeita adaptabilidade à terra e à gente amazônicas e a elas estão sendo incorporados pelo processo de assimilação e intercâmbio cultural. O elemento nativo o tem acolhido, sem resistência, e a cooperação resultante dêsse encontro de duas culturas diferentes tem proporcionado vantagens inequívocas à região. Inicia-se agora, a fase de sua promoção social, após o sucesso econômico que bem se traduz no esforço da nova geração nissei-amazônica procurando firmar o seu **status** pelo ingresso nas escolas superiores e no serviço público, que os conduzirão mais tarde à escala política, à semelhança dos outros grupos culturais.

Para dar maior objetividade a essa contribuição

- 1 Pesquise, no Censo de 1960, os dados referentes ao número de japoneses e suas famílias existentes na Amazônia.
- 2 Realize um levantamento da produção agrícola das principais colônias e cooperativas japonesas na região.

4 8 — **Contribuição cearense-nordestina**

180 A partir de 1827 a borracha amazônica começa a aparecer na pauta da exportação com um embarque de 30 toneladas. Com a descoberta do processo de vulcanização em 1839, já no quadriênio de 1840-1844, os registros estatísticos assinalam a exportação de 1.445 toneladas no valor de Rs. 701.000\$000, ou sejam Rs. 0\$500 por quilo. Trinta anos depois, no quadriênio de 1875-1879, ela figurava com 30.360 tons. no valor de Rs. 54.087.000\$000, equivalente a Rs. 1\$800 por quilo. Em 1901 iria alcançar 30.241 tons. e a cifra de Rs. 182.566.000\$000, ou sejam Rs. 6\$000 por quilo. No auge de sua quotação, em 1910 a região produziu 38.547 tons. no valor de Rs. 376.972.000\$000, cêrca de Rs. 10\$000, valor médio, por quilo, com algumas transações efetuadas no valor máximo de Rs. 17\$200 por kg. Dois anos depois, em 1912 atingiria o máximo de 42.286 tons., jamais atingido ulteriormente, no entanto o seu valor de exportação caía para Rs. 241.425.000\$000, equivalente a Rs. 5\$700 por quilo, iniciando-se assim a fase descendente do ciclo que iria armar a depressão econômica já bem evidenciada no ano de 1921, quando a produção atingiu apenas 17.439 toneladas, no valor de Rs. 35.903.000\$000, com um preço médio de Rs. 2\$000 por quilo.

- 181.** No decorrer desse período de 70 anos, durante o qual se desenvolveu o ciclo da borracha silvestre, a Amazônia recebeu um notável afluxo de imigrantes nordestinos, atraídos pelos excepcionais preços da borracha que se constituiu na maior força povoadora da região. Eles começaram a chegar, a partir de 1850, procedentes da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e do Ceará, em sua maioria, daí a denominação genérica de "cearense" atribuída a todo o imigrante nordestino. Procediam geralmente da zona do agreste e do sertão, sendo tangidos ora pela seca — imigração por fome — ora simplesmente atraídos pelo "apetite" da seringa — imigração por cobiça e fortuna, ou simultaneamente por ambos. A seca de 1877/1888 deslocou 19.910 retirantes. Em 1892 as entradas registraram 13.593. No triênio 1898/1900 os portos de Belém e Manaus acusavam a entrada de 88.709 imigrantes nordestinos, no auge desse movimento povoador, que no período que vai de 1877 a 1900 deslocou para a Amazônia 158.125 nordestinos, cerca de 20% da população amazônica da época.
- 182.** A partir de 1920 praticamente cessa a imigração nordestina que, novamente seria reativada, durante a chamada Batalha da Borracha, no período da II Grande Guerra, de 1942 a 1945, quando se calcula que cerca de 30.000 imigrantes do Nordeste foram encaminhados à Amazônia. No período portanto de um século, de 1850 a 1950, pode-se estimar que entraram na Amazônia cerca de 300.000 "cearenses", representando assim o maior contingente humano recebido pela região, pois o Censo Nacional de 1950 ainda registrou a presença de 114.388 nordestinos vivendo na região amazônica, o que corresponde a 6% no conjunto da população da Amazônia Clássica.
- 183.** Essa formidável corrente imigrantista inscreve-se dentro do quadro da extraordinária expansão e mobilidade da

população brasileira facilmente seduzida e arrastada pela mística da fortuna, da lenda e da riqueza fácil, na pista do boi, na rota das bandeiras, no garimpo do ouro, na onda verde do café, no "rush" da seringa. O ciclo da borracha apenas repetiu outros movimentos históricos de população, registrados no território nacional, sendo que, no caso da Amazônia, tal movimento viria garantir a ocupação brasileira da Amazônia Meridional e Ocidental, ao passo que, nesta última, determinou a final incorporação do Acre, ratificada pelo Tratado de Petrópolis de 1903.

- 184.** A contribuição dessa corrente cultural está assinalada, inicialmente, pela sua participação predominante no ciclo extrativo da borracha silvestre, criando uma outra Amazônia de valentia e cobiça, bem distante da Amazônia tradicional dos caboclos do beiradão da calha central. Nesse ciclo atuaram como principais personagens, como seringueiros e seringalistas, marcando a fisionomia econômica regional com o complexo do barracão e tapiri da grande propriedade feudal-latifundiária, e escrevendo em sua façanha o último capítulo imperial da conquista do espaço continental brasileiro.
- 185.** O imigrante nordestino percorreu na Amazônia um longo caminho de sofrimento para chegar à ascensão e classificação econômica, social e política. Flagelado, retirante, brabo, seringueiro e extrator em sua primeira fase. A seguir regatão, seringalista, cabo eleitoral, chefe político, coronel de barranco e deputado até atingir a chefia dos governos dos diversos Estados amazônicos.
- 186.** Geograficamente o movimento imigrantista nordestino localizou-se nos altos rios seguindo a rota da seringa e dos produtos extrativos florestais, nos vales do Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira, Purus e Juruá, ocupando a fronteira meridional e ocidental amazônica. Com o colapso

da borracha, muitos dos sobreviventes dessa fronteira humana regressaram ao Nordeste, quando podiam, criando a figura típica do Paroára no sertão, ou se deixaram ficar estabelecendo-se na calha do Solimões e Amazonas, abandonando assim a "economia de bugre manso" para o estágio superior da economia agrícola de onde partiram. Nesta fase, como agricultores e criadores, já inteiramente assimilados à vivência amazônica iriam suprir a sociedade cabocla com a liderança política que lhe faltava, a que foram conduzidos naturalmente pelo seu espírito de agressividade e dinamismo. Posteriormente, já na fase do êxodo rural, seriam atraídos para os grandes centros urbanos de Belém e Manaus, onde aquêles que se não conseguiram classificar seriam absorvidos no seio da massa popular e a minoria, promovida pelo êxito econômico, iria participar, como comerciantes, industriais e políticos, na liderança regional.

Pede-se .

1. Analisar a imigração nordestina em função dos dois polos, da sêca e da borracha, como fator de expulsão e foco de apêlo.
2. Descrever o processo de assimilação cultural do cearense à Amazônia, partindo da figura típica do imigrante-"brabo", até chegar à do seringueiro-"manso".
3. Destacar a contribuição cearense na organização do sistema de exploração latifundiária dos seringais.
4. Caracterizar a figura do "Coronel de Barranco" e sua influência na atividade econômica e no processo político.
5. Analisar dentro do contexto do dinamismo da dominação oligárquica-familiar, o papel represen-

tado pelas principais famílias-tronco nordestinas, e seus descendentes, radicados na Amazônia, com especial destaque nas cidades de Belém e Manaus.

4 9 — **Integração brasileira**

187 A economia brasileira à época da independência caracterizava-se por um arquipélago de quatro sistemas isolados e quase autônomos constituído pelo grupo Grão Pará-Maranhão, vivendo na base da economia florestal da droga e da agricultura de arroz e algodão; pela região Nordeste, onde dominava a economia do açúcar; pela província mineira central e pela faixa dispersa da frente pecuária predominante ao sul. Os contatos entre êsses sistemas eram tênues e fragmentários, porém observava-se certa interligação entre a região mineira e a pecuária do sul, e entre a região açucareira com a criação do agreste e do sertão, até a periferia do Piauí. Tôdas elas, economias de exportação e produtos primários estavam voltadas para os mercados externos subordinados às oscilações e aos interesses dominantes dos grandes centros europeus.

188 A Amazônia, mais do que qualquer outra região brasileira, atravessou a primeira metade do século XIX em completa estagnação com a sua estrutura colonial autônoma, e com uma economia decadente agravada pela deterioração de suas relações de troca, da ordem de 40%, resultante da baixa dos preços dos produtos primários nos mercados mundiais. A relativa prosperidade agrícola, na região maranhense e no oriente amazônico ressentia-se da falta de mão-de-obra escrava, cujo contingente foi insignificante, e a resistência do índio ao cativo, agravada pela expulsão dos jesuítas, se refletia no declínio da economia agrícola litorânea e na floresta do **hinterland** amazônico. Não havia assim possibilidade de oferecer intercâmbio com as demais regiões brasileiras por falta de complementariedade econômica e dificuldades de comunicação e de transporte.

7 está errado: havia o cacau

189. A instabilidade política resultante das revoltas e convulsões internas em quase tôdas as províncias do Império — Revolução Praieira, Guerra dos Emboabas e Mascates, Balaiada, Farrapos — refletindo o descontentamento nacional, atingiria, também, a Amazônia, com a Revolta dos Cabanos, no período de 1831-1839. Essa instabilidade constituiu-se em nôvo fator de desagregação e decadência em uma economia já em declínio. De outro lado, a excessiva centralização administrativa praticada a essa época que levou à incorporação como Província do Império, apenas a quatro capitâneas do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso, recusando a autonomia provincial às demais, inclusive à antiga capitania do Rio Negro, eram obstáculos e entraves à penetração da ação política em uma região de grandes espaços vazios.

190. Sòmente na segunda metade do século XIX é que a presença brasileira se haveria de sentir, a partir do início da emprêsa seringalista. Essa presença atuou ora de forma espontânea, porém continuamente durante um período de quase 70 anos, pelo deslocamento da população nordestina estimulada pelos altos preços da borracha em função do acelerado crescimento da procura mundial dessa especiaria extrativa, ora através da ação política, realizada de maneira episódica e aleatória, pelo govêrno imperial e republicano. Todavia, ambos assinalam o início do processo de integração brasileira da Amazônia, merecendo registro e destaque especial :

1. A elevação da Comarca do Amazonas (desde 1833), antiga Capitania de São José do Rio Negro (criada em 1755), à condição de Província do Império, a 5 de setembro de 1850.
2. A criação, em 1852, por Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de Mauá, com o apoio e subsídio do govêrno imperial, da primeira emprêsa de nave-

gação a vapor — a Companhia de Navegação e Comércio, cuja concessão mais tarde, em 1872, seria transferida para a Amazon River Steam Navigation Co. (a primeira viagem a vapor entre Belém e Manaus, foi realizada pelos navios da Marinha de Guerra do Brasil, Guapiaçú e Tetis em 1843. Em 1853, o primeiro navio mercante brasileiro, o Marajó, inaugurava a primeira linha comercial, de carga e passageiros).

3. A Convenção Fluvial de 28 de outubro de 1858, promulgada pelo Decreto n.º 2.442, de 16 de julho de 1859, e que declarou livre o comércio e a navegação pelas águas do Rio Amazonas, entre o Império e a República do Peru, posteriormente regulamentado pelo Decreto n.º 3.216, de 31 de dezembro de 1863, assinado pelo Marquês de Abrantes.
4. A abertura, aos navios mercantes de tôdas as nações, da navegação do Rio Amazonas até à fronteira do Brasil, do Rio Tocantins até Cametá, do Tapajós até Santarém, do Madeira até Borba, e do Rio Negro até Manaus, conforme Decreto Imperial de 7 de dezembro de 1867, após brilhante campanha desenvolvida por Tavares Bastos “no intuito de promover o engrandecimento do Império, facilitando cada vez mais as suas relações internacionais, e animando a navegação e comércio do rio Amazonas e seus afluentes”.
5. A reconquista brasileira da Amazônia teria no entanto o seu momento decisivo durante o grande movimento da população do Nordeste para os seringais, quando mais de 300.000 nordestinos-sertanejos — Celso Furtado estima, com certo exagero, que essa transumância não seria inferior a 500.000 pessoas — deslocaram e expandiram a

ocupação da calha central e da parte setentrional do Vale para os seus afluentes meridionais, onde a ocorrência da hévea era mais densa.

- 6 A significação econômica da borracha, como fator de ocupação da Amazônia, em um sentido brasileiro, atingiu o seu apogeu quando, no ano mais brilhante de sua **performance**, em 1910, a sua exportação alcançou Rs. 376.972.000\$000 — 38.574 tons. equivalente a £25.254.371, à taxa média correspondente de Rs. 14,927 por libra esterlina, que representou 40% do cômputo total da exportação brasileira de Rs. 939.413.000\$000, enquanto que o café, nesse ano difícil para a sua economia, contribuía com o valor exportável de Rs. 385.494.000\$000.
- 7 Esse **rush** de integração iria culminar no episódio histórico do Acre, com a sua incorporação definitiva ao Brasil, assegurada pelo Tratado de Petrópolis, assinado a 17 de novembro de 1903, e pelo qual o Brasil pagaria à Bolívia a indenização de £2.000.000 e se obrigava a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para prover o escoamento da produção amazônica boliviana.

191. O colapso da estrutura econômica da Amazônia, decorrente da perda do monopólio da borracha determinou, praticamente, a cessação do movimento de integração nacional que se iniciara, voltando novamente a prevalecer a política de reserva estratégica para o grande espaço amazônico, enfraquecendo conseqüentemente o interesse político brasileiro na região. A depressão amazônica que se iniciara em 1912, quando *a /* despeito de havermos atingido nesse ano o teto estatístico de 42.286 tons. de exportação de borracha, o seu valor estava representado pela importância de Rs. 241.425.000\$000, ou sejam £16.095.000, à

taxa da cotação média, nesse ano, de Rs. 15\$000 por libra esterlina, acusando assim uma perda líquida no balanço de pagamento da região de £9 000.000, a despeito de a safra haver aumentado em 3.739 tons. sobre a do ano de 1 910. Daí por diante as estatísticas resvalariam para um plano descendente até atingir o fundo da depressão que começou com a crise mundial da década dos anos 30, quando a Amazônia produziu, em 1 932 — o ano negro da crise — apenas 6.224 tons., no valor de Rs. 10.636.000\$000, equivalente a £217.000, à taxa da cotação média de Rs. . . 48\$965 por libra esterlina. O produto territorial bruto da borracha havia diminuído, desde 1 910, em cerca de 97%, pois a exportação desse ano representava apenas 3% do valor alcançado em 1 910, e 15% da quantidade produzida em 1 912. A cotação média da borracha, que no ano de 1 910 foi de £655 por tonelada, ou sejam 157 d. (sh. 13/1) por quilo, havia caído para 8 d. por quilo em 1 932.

192. A economia amazônica ao entrar no período maior de sua prosperidade no biênio 1910/1911 recebeu atenção especial do governo federal que, através de mensagem, datada de 14 de setembro de 1911, do Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República, remeteu ao Congresso Nacional o que pode ser considerado o primeiro plano de valorização econômica da Amazônia, convertido na Lei n.º . . . 2.542-A, de 5 de janeiro de 1912, e regulamentada pelo Decreto n.º 9.521, de 17 de abril de 1912.

193 Esse primeiro plano de desenvolvimento regional, revelando um alto senso de oportunidade e objetividade, estabeleceu um programa simples e racional de medidas e serviços que, se tivessem sido executados, teriam efetivamente evitado o colapso econômico que se registrou logo a seguir. Dada a sua importância como pioneiro no campo do planejamento regional, e em virtude de haver sido completamente olvidada pela geração atual de planejadores, aproveitamos

a oportunidade para resumi-lo em seu esquema básico de ação, pois muitas das medidas nêle preconizadas são ainda inteiramente válidas :

As medidas e serviços instituídos pela Lei 2.542-A, constituíram um verdadeiro programa de desenvolvimento, que visavam alcançar sete grandes objetivos básicos 1) Heveicultura e extração da borracha natural; 2) Industrialização; 3) Imigração; 4) Saúde; 5) Transporte; 6) Produção agrícola alimentar; 7) Pesca através de incentivos fiscais, subsídios, inversão direta, e outras providências a seguir discriminadas :

1. Heveicultura e Extração — Objetivo : Encorajar a agricultura da hévea e aumentar a extração da borracha silvestre.

Meios :

a) isenção total de impostos e taxas de importação para máquinas, implementos, utensílios e materiais empregados na cultura da seringueira e extração da borracha.

b) prêmios em dinheiro :

I — Para cada grupo de 12 hectares (a 250 seringueiras por ha. com espaçamento de 6 a 6,5 metros) de seringueiras novas plantadas
Rs. 2:500\$000

II — Para cada grupo de 25 hectares de seringueiras nativas replantadas Rs. 2:000\$000

III — Para plantio intercalar associado com plantas alimentares ou de uso industrial, sôbre o valor dos prêmios acima 5%

c) convênio fiscal com os Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso para redução anual de 10% no valor dos impostos incidentes sobre a exportação da borracha silvestre até atingir 50% das alíquotas cobradas pelos referidos Estados (Pará — 22%; Amazonas — 18%); bem como total isenção de impostos sobre a exportação de borracha cultivada pelo período de 25 anos.

d) instalação de 7 estações experimentais para cultura de seringueiras localizadas no Acre, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia e 9 centros para cultura de maniçoba e mangabeira nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte ou Pernambuco, Bahia, Minas, São Paulo, Goiás, Paraná e Mato Grosso.

Essas estações experimentais e de demonstração de cultivo com uma área de 80 a 100 hectares teriam as seguintes instalações :

I — Laboratório fisiológico e fitopatológico para teste de sementes e estudo genético.

II — Laboratório de entomologia agrícola.

III — Laboratório de química bromatológica e agrícola

IV — Laboratório de técnica agrícola e microbiologia.

V — Museu floral e agrícola.

VI — Exposição de máquinas.

VII — Estação meteorológica.

2. **Industrialização** — Objetivo : Fundar indústrias de beneficiamento e de artefatos de borracha.

Meios :

- a) Prêmio em dinheiro no valor de Rs. 400.000\$000 cada um para as duas primeiras fábricas de beneficiamento de borracha que se instalarem em Belém e Manaus.
- b) Prêmio em dinheiro no valor de Rs. 500.000\$000 para a primeira fábrica de artefatos de borracha que se instalar em cada uma das cidades de Manaus, Belém, Recife, Bahia e Rio de Janeiro.
- c) Isenção total de impostos e taxas de importação para os materiais e equipamentos e peças de manutenção para as referidas fábricas durante o período de 25 anos.
- d) Preferência dada pelo govêrno para compra dos produtos fabricados por êsses estabelecimentos industriais para uso nas fôrças armadas e serviços federais.
- e) Isenção de impostos estaduais e municipais pelo período de 25 anos, tendo em vista que as referidas fábricas seriam consideradas a serviço do govêrno federal.

3. **Imigração** — Objetivo Fomentar a vinda de imigrantes e ajudar o seu estabelecimento e fixação na região.

Meios

- a) Construção pelo govêrno federal de três (3) hospedarias em Belém, com capacidade para um mínimo de 1.500 imigrantes, em Manaus para 1.200 e no Acre para 800 imigrantes.

b) Localização de imigrantes em colônias nas Fazendas Nacionais de S. Bento e S. Marcos, no Rio Branco.

4. **Saúde** — Objetivo Prover tratamento adequado para os doentes da região, manter serviços de vacinação e medicina preventiva, bem como difundir práticas e hábitos de higiene.

Meios

- a) Construção, pelo govêrno federal, de 9 (nove) hospitais com capacidade de 100 leitos cada um, em cada uma das seguintes localidades
Boa Vista do Rio Branco, São Gabriel do Rio Negro, Tefé ou Fonte Boa no Solimões, S. Felipe no Rio Juruá, Bôca do Acre no Rio Purus, na confluência do Rio Arinos e Juruema, no Alto Tapajós, em Conceição do Rio Araguaia e em Montenegro no Amapá.
- b) Nas adjacências de cada hospital seriam organizados núcleos agrícolas para facilitar-lhe o abastecimento e prover de alimentos às populações vizinhas.

5. **Transporte** — Objetivo Construção de estradas de ferro de integração com a rêde ferroviária federal e de linhas férreas de penetração para exploração de seringais virgens e aproveitamento de terras férteis para agricultura, visando facilitar o transporte e reduzir os custos dos fretes.

Meios

- a) Extensão da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para Rio Branco, Sena Madureira e Vila Taumaturgo até à fronteira do Peru.

- b) Construção de uma estrada de ferro que, partindo de Belém, unisse os pontos intermediários no Rio Araguaia, Tocantins, Parnaíba e S. Francisco até alcançar Pirapora no Estado de Minas Gerais.
- c) Construção de uma linha férrea na margem esquerda do Rio Xingu até o Rio Cariahy com um desvio para o Rio Tapajós até S. Manuel.
- d) Construção de uma linha férrea da confluência do Rio Negro com o Rio Branco, pelo Vale do Rio Serui-ny, entrando pelo vale do Rio Catrimâni e continuando até Uraricoera, com um ramal para o Rio Paduiry e outro em direção a Boa Vista.
- e) Subvenção de Rs. 25:000\$000 por quilômetro de estrada de ferro construída por particulares e contratados pelos Estados, com obrigação do concessionário de formar núcleos de colonização nas terras marginais.
- f) Melhora dos trechos de navegação difícil no Alto Rio Negro, Rio Branco, Rio Purus e Rio Acre.
- g) Importação de navios para navegação fluvial, livre de direitos, impostos e taxas.
- h) Construção de 41 depósitos-terminais de carvão nos principais lugares e portos da região para abastecimento de navios.

6. **Produção alimentar** — Objetivo : Criação de centros de produção agrícola-alimentar no vale Amazônico para abastecimento de sua população.

Meios :

- a) Arrendamento das duas Fazendas Nacionais de S. Bento e S. Marcos, no Rio Branco, para criação de

gado e cultura de cereais, ficando o arrendatário com a obrigação de :

1. estabelecer matadouros para preparação de carne seca e enlatamento de produtos animais e vegetais.
 2. construir uma fábrica para produtos de leite, queijo e manteiga.
 3. construir uma usina de arroz e para outros cereais.
- b) Implantação pelo govêrno federal de uma colônia de plantação em São Marcos, na fronteira com a Guiana Inglesa, inclusive a construção de uma vila urbana, núcleo agrícola, escola agrícola e estação experimental.
- c) Incentivo para formação de lavouras e fazendas de criação no Acre, Amazonas e Pará, mediante :
1. total isenção de direitos e impostos.
 2. prêmio de Rs. 30:000\$000 para cada grupo de 1.000 hectares de pastagens.
 3. prêmio de Rs. 100:000\$000 para cada grupo de 1.000 hectares de plantações de arroz, feijão, milho e mandioca.
 4. prêmio de Rs. 100:000\$000 para cada 500 toneladas de produção de alimentos industrializados do leite e da carne.

7. **Pesca** — Objetivo : Instalação de companhias de pesca para captura e industrialização do peixe em larga escala, em Belém e Manaus.

Meios :

- a) isenção total de direitos, impostos e taxas para o equipamento que fôr importado durante um período de 15 anos.

- b) prêmio anual de Rs. 10.000\$000 durante 5 anos desde que a produção de peixe salgado e beneficiado pelas empresas seja mais de 100 toneladas anuais.
- c) isenção de impostos e taxas estaduais e municipais em virtude de as referidas companhias serem consideradas serviço público federal.

8. Recursos Financeiros — Para execução da lei e a realização das medidas e serviços, o Poder Executivo foi autorizado a abrir, em cada ano, créditos que fôsem necessários, sujeitos à prestação de contas ao Poder Legislativo no ano subsequente, especificando as quantias gastas, o trabalho executado e os resultados obtidos.

9 Execução do Plano — Criação da Superintendência da Proteção da Borracha, no Ministério da Agricultura, como órgão executivo encarregado de realizar as medidas e serviços autorizados pela Lei 2.542-A. Ao mesmo tempo foi baixado pelo Ministro da Agricultura, Pedro Toledo, o quadro do pessoal da referida Superintendência e respectivos vencimentos, que transcrevemos a seguir a título de ilustração e para fins comparativos

	Salário mensal
Superintendente	Rs. 5:000\$000
Engenheiro-Chefe	2:700\$000
Médico	2.500\$000
Engenheiro construtor	1 500\$000
Engenheiro de Comissão e Distrito	1.250\$000
Agrônomo e Engenheiro de 2ª classe e	
Tesoureiro	1:000\$000
Desenhista	600\$000

Guarda-livros	500\$000
Assistente técnico	450\$000
Datilógrafo	350\$000
Mensageiro	200\$000
Servente	100\$000

Observação O pessoal em serviço efetivo no Vale Amazônico tinha direito de acôrdo com a lei, a um adicional sôbre os salários da tabela acima, variando de 50% a 80% a juízo do Superintendente, tendo em vista o alto custo de vida nos respectivos locais de trabalho.

194 Pede-se

1. Fazer uma análise crítica dêsse primeiro plano de valorização econômica da Amazônia.
2. Observar que a despeito do liberalismo econômico dominante à época, a elaboração dêsse plano constituiu já um modelo de ação política para uma área subdesenvolvida, revelando a preocupação do governo brasileiro em realizar a integração nacional na Amazônia.
3. Dizer os motivos pelos quais o plano não chegou a ser executado.
4. Comparar a Lei 2.542 de 5 de janeiro de 1912 que o criou, com a Lei 1.806 de 6 de janeiro de 1953, que criou a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia.
5. Comparar os padrões salariais acima com os atuais, sabendo-se que no ano de 1912, a taxa de conversão do dólar/mil réis era de cêrca de US\$ 1 00 = Rs. 3\$000 contra a atual de US\$1.00 = Cr\$ 1.860 (620 vêzes mais) e a da libra esterlina de £ 1 =

15\$000 contra a atual £ 1 = Cr\$ 5.250 (350 vezes mais, em virtude da desvalorização da libra em relação ao dólar).

- 195.** Após um lapso de mais de 30 anos, durante o qual a Amazônia voltando-se para si mesma, retrocedeu para um sistema isolado e decadente, a partir da II Grande Guerra ressurgiria como problema de preocupação nacional e como motivo de interesse especial por parte dos Estados Unidos da América.

O interesse norte-americano fundava-se na necessidade de obtenção de suprimento alternativo de borracha nativa para esforço de guerra dos aliados, em substituição aos centros fornecedores dos seringais asiáticos que haviam sido ocupados pelos japoneses. Era um interesse de curto prazo que procurava maximizar a produção a todo o custo. Para tanto, por intermédio dos Acôrdos de Washington, celebrados pelo govêrno federal em 1942, foi estabelecido um programa americano-brasileiro de recuperação dos seringais silvestres e de incremento da produção de borracha natural, através dos seguintes órgãos criados em consequência dêsse acôrdo :

1. O Banco de Crédito da Borracha, posteriormente transformado no atual Banco de Crédito da Amazônia, em cujo capital o govêrno americano participava com 40%, criado nessa conjuntura com o objetivo de financiar a exploração dos seringais nativos e executar o monopólio legal, em nome da União, das operações finais de compra e venda do produto, com vistas a assegurar com exclusividade o suprimento americano. O preço fixado de Cr\$ 18 por quilo, equivalente a cêrca de US\$ 1.00 à época, provocou inúmeros protestos dados os altos preços pagos ao similar peruano e boliviano, cujos países não haviam celebrado idêntico convênio.

2. A constituição de uma companhia pelo govêrno americano, a Rubber Reserve Co., depois transformada em Rubber Development Corporation (R.D.C.), objetivando suprir os seringais de bens e mercadorias necessários à montagem das safras, em complementação e em concorrência com o comércio aviador tradicionalmente encarregado dêsse mister.
 3. A criação de órgãos brasileiros — S.E.M.T.A., C.A.E.T.A., e S.A.V.A. — para atrair o imigrante nordestino que em número de 30.000 responderam ao apêlo, vindo a constituir-se no segundo grande movimento de população recebido pela Amazônia.
- 196.** Passado êsse esfôrço de guerra, da chamada Batalha da Borracha que conseguiu reativar a produção de borracha, cujo ciclo já se achava então extinto, a Amazônia passou a constituir-se em objeto da preocupação nacional no Parlamento e na esfera da pública administração federal, desta vez refletindo já o processo de desenvolvimento industrial e de integração nacional desencadeado pelo núcleo dinâmico do centro-sul brasileiro.
- 197.** Analise êsse programa espontâneo ou dirigido da política brasileira em relação à Amazônia através dos seguintes eventos :
1. "Discurso do Rio Amazonas" pronunciado em Manaus, em 10 de novembro de 1940, pelo Presidente Getúlio Vargas, o qual sensibilizou a opinião pública nacional, abrindo caminho para a ação política posterior, e servindo como idéia-fôrça criadora da mística necessária para despertar a consciência bra-

sileira para a área. Dêle destacamos os seguintes trechos para estudo

"Vim para ver e observar de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros, também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legítimamente pertence ao caboclo brasileiro!"

"Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua fôrça cega e a sua fertilidade extraordinária, em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser afinal, um simples capítulo da história da terra, e equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização"

2. A política de criação de Territórios Federais na Amazônia deu origem em 1943, aos Territórios do Guaporé (atualmente Rondônia) desdobrado do Amazonas e Mato Grosso, do Rio Branco (atualmente Roraima) desdobrado do Amazonas, e Amapá desmembrado do Pará.

Contrariando os interêsses radicados dos Estados do Pará e Amazonas, a política de formação de novas unidades políticas estaria destinada a repre-

sentar um importante papel no desenvolvimento futuro regional, pela criação de novos polos de poder, centros de administração, disseminação de obras e serviços públicos e empreendimentos vários que ajudaram a interiorizar, econômica e socialmente, a Amazônia. Foi sem dúvida, nessa época, a providência política mais difícil e ousada, tendo em vista o tabu do **status-quo** da organização política-territorial da região que tem sido um dos motivos do atraso da hinterlândia dominada pelos interesses urbanos radicados em Belém e Manaus. Dada a natural resistência dos regionalismos históricos-tradicionais, lamentavelmente, o desdobramento territorial não se aprofundou, perdendo-se assim uma oportunidade para promover a redivisão territorial da Amazônia, que constitui hoje tarefa política da mais alta urgência, em termos nacionais de integração econômica e difusão cultural

Aproveite, assim, a oportunidade da apresentação desta tese para formular e discutir uma nova divisão territorial da Amazônia a seguir esquematizada :

1. Território Federal de Oiapoque (zona do Oiapoque, Amapá e Calçoene).
2. Território Federal do Amapá (limitado à zona de Macapá e Mazagão)
3. Estado do Pará (limitado à zona Marajoara, Guajarinha, Bragantina e do Salgado).
4. Território Federal do Mearim-Pindaré (zona do Alto e Baixo Mearim e Pindaré).
5. Território Federal do Tocantins (zona do Baixo e Alto Tocantins, Jacundá e Pacajá)
6. Território Federal do Baixo Amazonas (zona da Calha Central de Alenquer e Santarém)

7. Território Federal do Araguaia (zona do Norte Goiano e Médio e Alto Araguaia).
8. Território Federal do Xingu (zona de Altamira, médio e Alto Xingu).
9. Território Federal do Tapajós (zona da Tapajônia).
- u/ 10. Território Federal do Maicuru (zona do Parú, Maicuru e Curuapanema).
11. Território Federal de Trombetas (zona do Cuminã, Trombetas e Mapuera).
- u/ 12. Território Federal do Uatumã (zona do Uatumã, Jatapu e Nhamundá).
13. Estado do Amazonas (limitado à zona do Baixo Rio Negro e da Calha Central do Médio Amazonas de Parintins até Bôca do Purus).
- u/ 14. Território Federal do Rio Negro (zona do Médio Rio Negro, Waupés e Içana).
15. Território Federal de Roraima (zona do Alto Rio Branco e Catrimâni).
16. Território Federal do Japurá (zona do Japurá e Maraã).
17. Território Federal do Solimões (zona de Coarí, Tefé e Fonte Boa).
18. Território Federal do Alto Amazonas (zona de Tocantins, Içá, S. Paulo de Olivença, Tabatinga e Benjamin Constant).
19. Território Federal do Juruá (zona do Javari e Juruá).
20. Território Federal do Purus (zona do Médio Purus-Madeira).
21. Território Federal do Madeira (zona do Médio Madeira-Baixo Aripuanã e Canumã).

22. Território Federal do Aripuanã (zona do Médio e Alto Aripuanã e Juruena).
23. Território Federal de Rondônia (zona do Alto Madeira).
24. Estado do Acre (limitado à zona do Médio e Alto Purus).

198. Ainda com relação à criação desses novos Territórios analise a proposição à luz dos seguintes complexos históricos conflitantes que, sob forma residual, ainda atuam na região :

- a) — **Complexo de superioridade do Grão-Pará**, baseado na centralização e domínio da Amazônia interior, pelos interesses radicados na Amazônia litorânea.
- b) — **Complexo de inferioridade da Capitania do Rio Negro**, motivado pela luta histórica da autonomia provincial e pela posição geográfica desfavorável, em desafio ao poder central e ao oriente amazônico, porém também dominador em relação à Amazônia Central.
- c) — **Complexo de subordinação do Beiradão**, caudatário dos interesses das duas clássicas metrópoles amazônicas, que o mantém submisso e humilde pelo fiscalismo extrativista dos respectivos Estados.
- d) — **Complexo de autonomia dos Territórios**, aspiração inconsciente do povo do interior, mas que não chega a se vocalizar com base no intervencionismo federal que busca afirmar-se na órbita municipal através da expectativa de ajuda financeira, descentralização política e econômica.

- e) — **Complexo de frustração do seringal** que, a despeito do seu anacronismo econômico, tenta sobreviver conservando a estrutura latifundiária, o empirismo monopolista e o isolamento social, base de seu poder econômico e político.
- f) — **Complexo de castração da demagogia política**, que pela emasculação e exploração de eleitorado dócil e ingênuo do interior — “os currais de eleitores” —, luta por manter o **status-quo** do centralismo oligárquico, na esperança de que as bases de seu poder político não venham a ser minadas pela dinâmica renovadora das elites que a criação de novos Estados e Territórios Amazônicos dará lugar
- g) — **Complexo de sublimação dos planejadores regionais**, que na ausência de motivação para formular e executar um programa tático de ação setorial que exige descentralização e redivisão administrativa e territorial, transferem a problemática das diversas áreas amazônicas para o irrealismo de um plano global macroamazônico, inviável como projeto de desenvolvimento na fase atual

199. Enquanto se desenvolvia a ação política federal na Amazônia, reiniciada durante a II Grande Guerra, a região passou a receber o impacto do processo de desenvolvimento industrial localizado no centro-sul do país. Esse processo atuou na Amazônia em dois sentidos

1. Absorvendo a maior parte de sua produção de matérias primas e produtos primários, especialmente a borracha, cuja exportação, terminada a guerra, passou a ser destinada, exclusivamente, para o abastecimento das grandes fábricas de pneumá-

ticos — Goodyear, Firestone, Pirelli e Dunlop e outras estabelecidas em S. Paulo —, através do monopólio legal do Governo Federal, exercido pelo Banco de Crédito da Amazônia.

2. Substituindo a anterior importação estrangeira de bens de consumo pela produção nacional, protegida pelas barreiras fiscais e cambiais criadas pela política protecionista brasileira de substituição de importações.

200. Dêste modo a expansão dinâmica da grande região cafeeira paulista, contemporânea da borracha que, ao contrário desta que entrou em regressão, adquiriu notável impulso graças ao processo de capitalização e inversão dos lucros proporcionados pelo café no campo industrial. Essa transformação permitiu que a mesma se tornasse o centro-chave da articulação e integração econômica, com as demais regiões brasileiras. A economia amazônica passou assim, a despeito dos desníveis regionais de renda a integrar-se ao sistema econômico brasileiro, por intermédio da dinâmica do centro-sul, rompendo dêste modo, o isolamento que a manteve estagnada pela substituição de suas vinculações com o mercado externo, pelo mercado interno em expansão. Êste mercado iria permitir a abertura de novas perspectivas e frentes de produção na Amazônia, a exemplo da juta que passou a reforçar os elos da cadeia de intercâmbio com as demais regiões brasileiras, em tórno das quais a Amazônia passou a gravitar, como economia reflexa, periférica e tributária dêsses novos centros dominantes.

Pede-se

- 1 Estudar as correntes de intercâmbio dessa integração econômica com as demais regiões brasileiras,

pela análise das estatísticas de importação e exportação.

2. Analisar como a ação política no processo de desenvolvimento brasileiro atua no campo da integração econômica regional amazônica.
3. Balancear as vantagens com as desvantagens dessa integração — exportação regional de produtos primários contra a importação de manufaturados nacionais — em termos de relação de trocas, taxas cambiais e processo inflacionário.

201. Acompanhando a crescente articulação da economia amazônica com as demais regiões brasileiras, a ação política federal na Amazônia, destinada a incorporar valores culturais nacionais àqueles tradicionais e primitivos da região, iria ganhar novo alento quando os Constituintes de 1946, acolhendo a proposição de autoria do deputado amazonense Leopoldo Carpinteiro Peres, fixaram no Art. 199 da Constituição Federal, a obrigação do Govêrno da União de aplicar na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, durante pelo menos vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária, obrigação essa estendida, igualmente, aos Estados, Territórios e Municípios amazônicos, cujas contribuições seriam também aplicadas por intermédio do Govêrno Federal.

202. O mandamento constitucional de 1946, no entanto, iria aguardar sete longos anos, para finalmente ser disciplinado pela Lei Federal n.º 1806 de 6 de janeiro de 1953 que :

1. definiu a área legal amazônica que passou a abranger a "região compreendida pelos Estados do Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé, Rio Branco, e, ainda, a

parte do Estado de Mato Grosso ao norte do paralelo 16°, a do Estado de Goiás ao norte do paralelo 13°, e a do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44° (Art. 2.º)”.

2. conceituou o plano de valorização da Amazônia como um esforço nacional de ocupação territorial da região, em um sentido brasileiro, através da criação de uma sociedade estável e progressista baseada no desenvolvimento de sua economia em um sentido paralelo e complementar ao da economia nacional. Para tanto, o PVEA seria um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão das riquezas do país.
3. criou a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), como autarquia encarregada da promoção do desenvolvimento e elaboração do respectivo plano de valorização, integrada por uma Comissão de Planejamento e um Superintendente.
4. fixou as tarefas da valorização a ser empreendida através do sistema de Planos Quinquenais, iniciando-se por um Programa de Emergência.

203. O balanço e os resultados dessa política nacional de desenvolvimento da Amazônia, a despeito de já haverem transcorrido quase 20 anos desde o mandamento constitucional do Art. 199 e 12 anos a partir da criação da SPVEA, se não forem melancólicos, pelo menos revelam insuficiência e precariedade, tendo em vista a magnitude dos objetivos a atingir e a dimensão da área a ser traba-

lhada. A seguir discriminamos alguns fatores que têm sido citados como responsáveis pela superficialidade da ação valorizadora:

1. Inadequação da estrutura administrativa e despreparo funcional e profissional para assumir os encargos de uma agência de desenvolvimento.
2. Excessiva centralização, tanto em nível de decisão como de execução das tarefas.
3. Escassez de equipes técnicas para inventariar os recursos naturais e fixar-lhe a tecnologia de sua melhor utilização.
4. Falta de incentivos para motivar o empresariado regional, retirando-o de sua relativa debilidade e imobilidade pela identificação de novas oportunidades e oferecimento de apoio financeiro e técnico.
5. Ausência de atividade promocional capaz de criar a mística de desenvolvimento e a vontade de progredir nas comunidades.
6. Ingerência política partidária que em certa altura transformou a autarquia em clube fechado, acessível apenas a uma escassa minoria.
7. Insuficiência, irregularidade e falta de recebimento de recursos orçamentários, incompatível com a natureza e as exigências de qualquer programa de desenvolvimento.
8. Filosofia social e conceitual de base estratégica, criando programas globais indefinidos e não quantificáveis, subestimando o valor da ação tática limitada de projetos setoriais específicos.

204. A despeito das críticas formuladas, registraram-se nesse ínterim, alguns avanços positivos no setor de energia

elétrica pela implantação dos sistemas de geração de Belém e Manaus, no setor rodoviário pela abertura do eixo Belém-Brasília, construído parte com os recursos da SPVEA, apoio financeiro a alguns projetos industriais e no setor de subsídios sociais de investimento a fundo perdido. No entanto não foram suficientes para superar as deficiências, o anacronismo e o atraso da economia regional que reclama uma ação de maior profundidade e eficácia.

- 205.** A formulação da ação política federal na Amazônia necessita pois ser urgentemente revista para adequá-la ao vulto do projeto e à importância que a região representa no conjunto do quadro nacional

Assim, pede-se

1. Fazer uma crítica construtiva dos aspectos negativos e positivos da ação da SPVEA na região.
2. Apontar as deficiências e os obstáculos que dificultam a sua ação.
3. Enfatizar os resultados positivos alcançados, idealizando novos mecanismos e instrumentos de ação.
4. Fazer um levantamento para fins comparativos entre recursos programados no orçamento federal, ou efetivamente recebidos e os aplicados.
5. Estudar a ação da SPVEA do ponto de vista da distribuição geográfica dos recursos orçados e liberados entre diversos Estados e Territórios amazônicos.
6. Analisar a distribuição dos recursos do atual orçamento da SPVEA, segundo os setores de administração, desenvolvimento agro-pecuário e industrial, recursos materiais, transportes e comunicações, energia, crédito e comércio, saúde e educação.

7. Ilustrar o caso do Estado do Amazonas que, no período de 11 anos, de 1954 a 1964, teve dotações inscritas no Plano, no valor de Cr\$ 10.402.300.000, das quais somente foram pagas Cr\$ 3.224.000.000, ou sejam apenas 25,8% do total orçado.
8. Comparar os recursos orçamentários do PVEA, efetivamente liberados com os recursos orçamentários próprios dos Estados e Territórios Amazônicos, para verificar que a ação federal proveniente dos recursos do Fundo de Valorização é bem modesta e tende a assumir cada vez mais função meramente supletiva e aleatória como fonte de financiamento e promoção do desenvolvimento regional.
9. Comparar o Programa de Emergência referendado em 1954, e o Plano Quinquenal de Valorização da Amazônia de 1955, que não chegou a ser aprovado, com o primeiro plano de fomento regional instituído pela Lei 2.542-A de 5 de janeiro de 1952.

206. Enquanto a SPVEA sofria um processo contínuo de frustração e desgaste resultante das dificuldades de se afirmar como projeto global de promoção de desenvolvimento, paralelamente a ela, desenvolveram-se outros novos fatores que merecem ser bem analisados, dentro do contexto do processo de integração da Amazônia :

1. O primeiro fator está representado pela ação independente do Governo Federal, na administração Juscelino Kubitschek, transferindo em 1959 a Capital Federal para Brasília, determinando assim, num gesto heróico, a mudança histórica do centro político para o interior do continente, na confluência das bacias do Amazonas, São Francisco e Paraná.

Em consequência dessa interiorização, a política rodoviária federal passou a dar prioridade para as interligações regionais com a nova Capital Federal, daí nascendo o eixo Belém-Brasília, realizado com a implantação da BR-14, e do eixo Brasília-Acre aberto pela BR-29. Essas duas rotas de comunicação, uma longitudinal e outra radial, passaram a constituir a espinha mestra da integração territorial da Amazônia Oriental e Ocidental. A interligação da Amazônia Meridional e Central, consubstanciada no projeto da BR-80 (Brasília-Uruaçu-Dianonum-Cachimbo-Jacareacanga-Canumã-Manaus-Tapuruquara-Içana-Divisa da Colômbia, com 3.602 Kms) quando realizada, concluirá o sistema de articulação rodoviária, estabelecendo-se a infraestrutura definitiva da circulação e comunicação da Amazônia com o resto do país que tornará mais fácil a penetração das diversas frentes humanas e econômicas que caminham historicamente em direção a ela.

2. O segundo fator decorre da ação dos governos estaduais que se decidiram a empreender um programa próprio de desenvolvimento, partindo de recursos locais, capturados no seu próprio orçamento ou obtidos mediante convênios específicos. Esse programa se realiza, no momento, em competição com a SPVEA, o Banco de Crédito da Amazônia e outros órgãos e agências federais e se iniciou pela criação de Bancos Oficiais nos Estados, no qual foi pioneiro na Amazônia Clássica o Estado do Amazonas, ao fundar em 6 de abril de 1957, pela Lei Estadual n.º 98 de dezembro de 1956, o Banco do Estado do Amazonas. Seguindo esse esquema, posteriormente, foram fundados o Banco do Estado do Pará, o Banco do Estado de Mato Grosso e o Banco de Fomento do Acre, que conjuntamente com

*J. Asueira que o Encarcação deixou
passar.*

o Banco do Estado do Amazonas, do Maranhão e de Goiás, passaram a constituir a rede bancária oficial dos Estados Amazônicos, como instrumentos da ação financeira e da política de promoção econômica. Como tal, a experiência foi coroada de êxito, pois atendendo melhor às necessidades e peculiaridades regionais, iniciaram o processo de descentralização do desenvolvimento, permitindo às unidades políticas retomarem a primazia da iniciativa e partilharem das responsabilidades com o Governo da União.

De outro lado, reforçando essa linha de ação estadual, agora, em franca e aberta competição com a SPVEA, desenvolveram-se, igualmente, os órgãos estaduais de desenvolvimento e planejamento no Pará (CONDEPA), no Amazonas (CODEAMA), Mato Grosso (PLANMAT), Goiás e Maranhão. Essas agências estaduais de planejamento, constituídas graças à nova geração de economistas formados pelas Universidades amazônicas, têm adquirido grande dinamismo, realizando intenso trabalho de programação e promoção de desenvolvimento. Como experiência pioneira, essas agências representam a nova tendência de regionalizar e descentralizar o processo de desenvolvimento, em resposta aos reclamos e necessidades das unidades federadas que passaram a ter a oportunidade de construir, através delas, o seu núcleo de decisão política, econômica e financeira.

- 207.** O terceiro fator surgiu com a criação de estímulos e favores fiscais oferecido pelo Governo Federal, com o objetivo de acelerar o ritmo de inversão no Nordeste e na Amazônia, mediante isenções de imposto de renda (Arts. 13 a 16 da Lei 4.239/63-SUDENE ; Art. 19 da Lei 3.692/59-SUDENE e SPVEA; Art. 1.º da Lei 4069-B/62-

SPVEA) e deduções de impôsto de renda das pessoas jurídicas e físicas (Art. 34 da Lei 3995/61 e Arts. 18 a 23 da Lei 4239/63-SUDENE, Art. 1º da Lei 4216/63-SPVEA; Art. 14 da Lei 4357/64-SUDENE e SPVEA).

Êsses estímulos têm proporcionado um volume considerável de recursos à disposição dos empresários do Nordeste e da Amazônia, tornando mais fácil a captura de capitais na área e no centro-sul do país. O Nordeste tem sido o maior beneficiário dessa política pois, além de os favores fiscais serem mais extensos do que os concedidos à Amazônia (1), tem a seu favor, disponibilidade maior de mão-de-obra e mercado consumidor regional mais amplo somado à maior agressividade e dinamismo da SUDENE, agências estaduais e do empresariado local. Mesmo assim a Amazônia conseguiu atrair cêrca de Cr\$ 10 bilhões de depósitos para investimento, nestes dois últimos anos, através do Banco de Crédito da Amazônia, que se efetivamente investidos proporcionarão apreciável refôrço ao seu estoque de capital.

Analise o impacto produzido por essas três novas fôrças que passaram a atuar na Amazônia, especialmente

- 1 O papel desempenhado pelos grandes eixos rodoviários de integração territorial da Amazônia (BR-14 e BR-29 e futura BR-80).
2. A importância do planejamento em nível estadual que favorece o deslocamento do centro de poder de decisão política e financeira para as diversas unidades.

(1) Em virtude de recente emenda constitucional, de autoria do Deputado Federal Leopoldo Peres Sobrinho, foram estendidos à Amazônia todos os favores fiscais, cambiais e creditícios já concedidos ao Nordeste.

3. A função dos estímulos e favores fiscais na expansão do produto, geração da renda e criação de emprego.

Relacione todos os favores fiscais atualmente concedidos aos investidores na área amazônica e compare-os com os da área da SUDENE.

- 208.** O balanço da integração política e econômica da Amazônia ao conjunto nacional, revela o despertar da sensibilidade nacional para o inadiável problema de ocupação da grande área, superando aquela etapa anterior que considerava a região como reserva estratégica para o futuro. No entanto, tal ação necessita abandonar a fase ritual e mágica do exercício intelectual-especulativo, que, se considera realizado pela simples caracterização do problema, apresentação de soluções e elaboração teórica de um plano, para alcançar a etapa pragmática das decisões tomadas com o objetivo de atingir resultados que se traduzam em fatos e ações. De outro modo, a presença das forças armadas, como guardiãs da soberania nacional nas extensas fronteiras amazônicas, que vêm realizando importante missão nacionalizadora, não será suficiente, pois não contará com o apoio da retaguarda da ocupação econômica, mobilizando e promovendo o melhor aproveitamento dos recursos naturais e humanos. A ação política federal, por sua vez, não terá sentido se não reconhecer, através de legislação específica e adequada as peculiaridades regionais, liberando as forças produtivas das inibições que as enclausuram. Os incentivos e subsídios, em maior escala, devem assegurar aos que vivem na Amazônia uma compensação pela ausência de economias externas e pelos custos maiores de transferência que a sua posição necessariamente implica. A ação regional e local, no nível político, empresarial e popular será frustrada se não conseguir formar os quadros organizacionais e

técnicos responsáveis pela liderança do processo de expansão econômica e social, cujas bases vêm sendo historicamente formadas ao longo do processo de intercâmbio e assimilação racial e cultural que assinala e caracteriza a atual sociedade amazônica.

bibliografia

✓ Anuários Estatísticos do Brasil. I B.G.E., Conselho Nacional de Estatística. Amazônia Brasileira. Excerptos da Revista Brasileira de Geografia. Edição do Conselho Nacional de Geografia. I B.G.E., Rio de Janeiro, 1944.

✓ ABREU, Silvio Fróis. O Solo da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, ano IV, nº 2, Rio de Janeiro, 1939.

✓ ANDRADE, Gilberto Osório de. Um Complexo Antropogeográfico (Lineamentos para uma geografia total da Amazônia). Recife, 1940.

✓ ALTMAN, R F A — Exploração industrial de sementes oleaginosas amazônicas. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Rio de Janeiro, 1958.

✓ Ab' Sáber A. N. A Cidade de Manaus. Boletim Paulista de Geografia, nº 15, S. Paulo, 1953.

✓ AZEVEDO, João Lúcio de. Os Jesuítas no Grão Pará. Suas missões e a colonização. Editora Tavares Cardoso e Irmão. Lisbôa, 1901.

✓ AZEVEDO, Newton Pires de. Características agrárias da Amazônia. S.P.V.E.A.. Coleção Araujo Lima. Rio de Janeiro, 1958.

✓ BENCHIMOL, Samuel. O Cearense na Amazônia. Inquérito antropogeográfico sobre um tipo de emigrante. Coleção Araujo Lima, SPVEA, Rio de Janeiro, 1965 (2a. edição).

✓ BRAZIL — The Land of Rubber. Third International Rubber And Allied Trades Exhibition. New York, 1912.

✓ BASTOS, A. C. Tavares. O Valle do Amazonas. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1937

✓ BONFIM, Sócrates. Um esboço da vida amazônica. Coleção Araujo Lima. SPVEA, Rio de Janeiro, 1958.

Proposição de uma política mineral para o Estado do Amazonas. CODEAMA, Manaus, 1965.

- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. Rio de Janeiro, 1946.
- COSTA, Heitor Façanha da. Novo Distrito Ferrífero no Brasil — Rio Jatapú. CODEAMA, Manaus. 1965.
- CORREIA FILHO, Virgílio. Devassamento e ocupação da Amazônia Brasileira. In "Amazônia Brasileira", pgs. 166/185. IBGE, Rio de Janeiro, 1944.
- CRULS, Gastão — Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil. In "Amazônia Brasileira", pgs. 233/268, Rio, 1944.
- DELGADO DE CARVALHO, C. M. O Rio Amazonas e sua bacia. Revista Brasileira de Geografia, ano IV, nº 2. Rio de Janeiro, 1942.
- DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, ano I. Rio de Janeiro, 1939.
- FERREIRA FILHO, Cosme. Porque perdemos a batalha da borracha. Edições do Governo do Estado do Amazonas. Série "Euclides da Cunha", Editora Sergio Cardoso, Manaus, 1965.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Editora Fundo de Cultura. S. Paulo, 1959.
- FITTKAU, Ernst Josef. Relações entre as águas e as terras na região amazônica. Conferência no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 1965.
- GOUROU, Pierre. Observações geográficas na Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, ano XI, nº 3 e ano XII, nº 2. Rio de Janeiro, 1949/1950.
- GLERUM, B. B. e Smith, G. Inventário florestal total na região do Curuá-Una. Edição SPVEA, Rio de Janeiro, 1965.
- Grande Região Norte. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. I.B.G.E. — Vols. I e XIV. Rio de Janeiro, 1957.
- HEINSDIJK, D. A floresta entre os rios Tapajós e Xingu. Edição SPVEA, Rio de Janeiro, 1965.
- Investimentos privilegiados na Amazônia. Banco de Crédito da Amazônia. Belém, 1965.
- LE COINTE, Paul. Amazônia Brasileira : árvores e plantas úteis. São Paulo, 1947.
- LIMA, Araujo. Amazônia — A Terra e o Homem. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- A exploração amazônica. In "Amazônia Brasileira", pgs. 233/268. IBGE, Rio de Janeiro, 1944.
- LIMA, Rubens. A agricultura nas várzeas do estuário do Amazonas. Boletim Técnico do Instituto Agrônômico do Norte, nº 33, 1956.

- MARTINS, Luis de Souza. Notas sôbre a geografia da Amazônia. In "Amazônia Brasileira", pgs. 125/152. IBGE, Rio de Janeiro, 1944.
- MOURA, Pedro de . Relêvo da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, ano V, nº 3, Rio de Janeiro, 1943.
- MENEZES, Adriano. O problema da colonização da Amazônia. SPVEA, Coleção Araujo Lima. Rio de Janeiro, 1958.
- MOREIRA, Eidorfe. Conceito de Amazônia. SPVEA, Coleção Araujo Lima, Rio de Janeiro, 1958.
- PESCE, Celestino. Oleaginosas da Amazônia. Belém, 1941.
- PANDOLFO, Clara. Recursos Minerais da Região Amazônica. SPVEA, Belém, 1955.
- Política de Desenvolvimento da Amazônia. SPVEA, 1954/1960. Rio de Janeiro, 1960.
- REIS, Arthur C. F. O Processo Histórico da Economia Amazonense. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944.
- A Amazônia e a Cobiça Internacional. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1960.
- O Seringal e o Seringueiro. Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1953.
- Tempo e Vida na Amazônia. Série "Alberto Torres". Editora Sergio Cardoso, Manaus, 1965.
- SAMPAIO, A. J. A Flora Amazônica, in "Amazônia Brasileira", pgs. 92/102, IBGE, Rio de Janeiro, 1944.
- SIOLI, Harald. Estudo preliminar das relações entre a geologia e a limnologia da zona bragantina. Boletim do Instituto Agrônômico do Norte. Belém, 1951.
- SCHMIDT, José Carlos Junqueira. O Clima da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, ano IV, nº 3, Rio de Janeiro, 1942.
- SOARES, Lucio de Castro. Amazônia — Guia da excursão nº 8 do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Edição do Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1963.
- Limites meridionais e orientais da área de ocorrência da floresta amazônica em território brasileiro. Revista Brasileira de Geografia, ano XV, nº 1, Rio de Janeiro, 1953.
- SIMONSEN, Roberto C. — História Econômica do Brasil, 1500-1822. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1944.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. Vales tectônicos na planície amazônica?.
Revista Brasileira de Geografia, ano XII, nº 4, Rio de Janeiro, 1950.
A Terra e o Homem nos Trópicos. Edições do Governo do Estado
do Amazonas. Série "Euclides da Cunha", Editora Sergio Cardoso,
Manaus, 1965.

✓ Tipos e Aspectos do Brasil. IBGE. Conselho Nacional de Geografia. Rio
de Janeiro, 1963.

✓ TOCANTINS, Leandro. A Amazônia. Natureza, tempo e homem. Rio de
Janeiro, 1963.

✓ WALLACE, Alfred Russel. Viagens pelo Amazonas e rio Negro. Cia. Editora
Nacional, S. Paulo, 1939.

✓ WAGLEY Charles. Uma Comunidade Amazônica (Estudo do Homem nos
Trópicos). Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1957

*Esta obra foi executada nas oficinas da Editôra
Sergio Cardoso, Rua Joaquim Sarmiento, 78 —
Manaus, para o Govêrno do Estado do Amazonas.*

Edição Sérgio Cardoso, "Problemas de Desenvolvimento Econômico — com especial referência ao caso amazônico" Em 1958, no Rio de Janeiro, Edições SPVEA — Coleção Araújo Lima, "O Banco do Brasil na Economia do Amazonas" Em 1960, em Manaus, Revista da Faculdade de Direito do Amazonas n.º 7, "Investimento & Poupança: Inquérito Sobre a Pobreza das Nações" Finalmente, em 1965, em Manaus, nos Cadernos CODEAMA, n.º 2, "Polos de Crescimento da Economia Amazônica: Aspectos Espaciais, Temporais e Institucionais" e, em Edição Sérgio Cardoso, "Polos de Crescimento & Desenvolvimento Econômico"

No magistério o Dr Samuel Benchimol foi, também, professor da Escola de Comércio "Solon de Lucena", em Manaus (Economia Política — História Econômica), da Escola de Enfermagem de Manaus (Sociologia), da Faculdade de Ciências Econômicas (Economia Política).

O autor desta obra foi, ainda, um dos fundadores do Banco do Estado do Amazonas S/A, tendo exercido a sua Vice-Presidência no período de 1957 1962 e é membro do Conselho Universitário da Universidade do Amazonas e do Conselho Consultivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Amazonas.

GEO-ECONOMIA DA AMAZÔNIA

Este é o primeiro volume de um livro que examina a economia amazonense nas suas peculiaridades e na sua participação no processo de desenvolvimento do Brasil. O professor Samuel Benchimol, que lhe é autor, propõe-na nos seus detalhes e na sua atualidade, com fundamento em observações e nos documentos disponíveis. Não é esta uma simples exposição rotineira. Nas suas páginas, existem elementos novos, muitos fatos até então ignorados, muita realidade examinada com decisão e segurança.

Não é uma obra com limites estaduais. Amplia-se à região amazônica, abrangendo-a toda, como unidade

**UM LANÇAMENTO DO GOVÊRNO DO
ESTADO DO AMAZONAS**

Bto



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98).

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail: acervodigitalsec@gmail.com

